

BCME.DOAÇÃO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA
E CONTABILIDADE (FEAAC)
DEPARTAMENTO DE TEORIA ECONÔMICA (DTE)
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA (CAEN)**

**PERFIL DA NOVA INDÚSTRIA CEARENSE NO PERÍODO 1991-1995:
Determinantes da composição espacial e setorial**

Ricardo Aquino Coimbra

BCME - BIBLIOTECA

**Fortaleza-Ceará
1998**

BCME.DOAÇÃO

Ricardo Aquino Coimbra

**PERFIL DA NOVA INDÚSTRIA CEARENSE NO PERÍODO 1991-1995:
Determinantes da composição espacial e setorial**

BCME - BIBLIOTECA

Dissertação submetida à Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade (FEAAC), da Universidade Federal do Ceará (UFC), como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Economia no Curso de Pós-Graduação em Economia (CAEN).

Fortaleza
1998

Esta dissertação foi submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Economia como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre em economia, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se à disposição dos interessados na biblioteca central da referida Universidade.

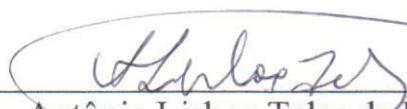
A citação de qualquer trecho desta dissertação é permitida, desde que feita de conformidade com as normas da ética científica.



Ricardo Aquino Coimbra

Dissertação aprovada em 5 de novembro de 1998

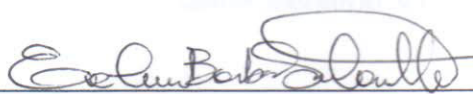
Banca Examinadora



Antônio Lisboa Teles da Rosa
Orientador



Paulo de Melo Jorge Neto



Eveline Barbosa Carvalho

BCME - BIBLIOTECA

AGRADECIMENTOS

A todos os que
a realização do

orientando
resulta
elabora

por
por

de

de

interna
de

de

de

de

de

RESUMO

*"O economista deve ser mais preocupado em
tentar melhorar a realidade do que explicá-la."
Lösch*

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização deste estudo.

Ao professor Antônio Lisboa, pela participação decisiva, orientando e sugerindo rumos que possibilitassem um aprendizado e um resultado de qualidade, promovendo discussões acadêmicas indispensáveis à elaboração deste trabalho.

Ao Alberto Teixeira, presidente do IPLANCE à época da pesquisa, por possibilitar os meios necessários ao avanço deste estudo; e por sua participação com membro da banca examinadora.

Ao IPLANCE, através do atual presidente, Francisco Ferreira, pelo apoio técnico e organizacional na realização da pesquisa. Ao estatístico e professor Odorico Elói, pela tabulação e resultados estatísticos. Aos membros do departamento de informática, especialmente ao Humberto e ao Erich, pela participação no *layout* e organização do questionário.

A Erivânio, pelos dados oriundos da SUDENE.

Aos membros da banca, Paulo Neto e Eveline Barbosa, pelas valiosas contribuições, e aos demais professores do CAEN.

À coordenação do CAEN, na pessoa do coordenador Flávio Ataliba, principalmente pelo apoio institucional e logístico no período de execução da pesquisa.

À equipe de apoio do CAEN, por: Catarina, Carmem, Júlio César, Itamar, Jacinta, Belmiro e Fázia.

Aos amigos do CAEN, presenças constantes no cumprimento dos créditos e na elaboração deste trabalho: Ester, João, Lucy, Mairton, Marcelo, Márcia, Mileno, Narcélio, Nilson, Robert, Rosemeire.

Devo especial agradecimento aos meus pais, Nelma e Coimbra, pelo estímulo e confiança; aos meus irmãos, Roberto e Roberta, e ao cunhado Márcio; a Ana Gaspar, que me incentivou em todos os momentos, pelo apoio espiritual e sentimental, pela compreensão às minhas ausências.

A Maria do Céu Vieira pela participação na revisão ortográfica.

Por fim, a todos os amigos extra-academia: Evandro, Henry, Ana Karla, assim como a todos da Cooperreh, muito obrigado.

LISTA DE TABELAS	9
LISTA DE GRÁFICOS.....	12
RESUMO.....	13
ABSTRACT	14
1.INTRODUÇÃO	15
2.FASES DA INDUSTRIALIZAÇÃO CEARENSE ATRAVÉS DA INDUSTRIALIZAÇÃO NORDESTINA E BRASILEIRA	20
2.1. Fase de transição: economia agroexportadora a industrial.....	21
2.2. Intervenção planejada: proposta de industrialização	36
2.3. Desaceleração das políticas de desenvolvimento industrial.....	48
3.REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA NACIONAL E SUAS CONSEQÜÊNCIAS.....	51
3.1.A reestruturação industrial nacional e a necessidade de reestruturação regional	52
→3.2.A recente reestruturação administrativa e financeira do estado do Ceará	58
→3.3.Ajuste e continuidade da reestruturação administrativa e financeira cearense.....	65
4.ANTECEDENTES DA PESQUISA.....	80
4.1. Procedimentos metodológicos	80
4.2.Caracterização setorial e espacial.....	84
5. ANÁLISE DOS RESULTADOS	95
⇒5.1.Condicionantes da localização industrial	95
5.1.1. A origem do grupo.....	96
5.1.2. Os motivos que levaram à instalação da planta industrial.....	100
5.1.3. Os fatores que influenciaram a localização da empresa no Ceará	104
5.1.4. As razões que motivaram a empresa a investir na atividade específica no estado do Ceará.....	112
5.1.5. Os fatores que influenciaram a localização da empresa em determinado município cearense.....	115
5.2.Tecnologia e desempenho operacional.....	118

5.2.1. A origem e as formas de aquisição da tecnologia.....	119
5.2.2. As razões, a qualidade e as vantagens da tecnologia empregada na produção	122
5.2.3. A origem dos processos de produção e o desempenho operacional	126
5.2.4. A origem e a natureza da assistência técnica.....	128
5.2.5. O funcionamento das empresas.....	133
5.3. Mercado de matérias-primas e produtos.....	135
5.4. Recursos humanos e salários.....	145
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
7. ANEXOS.....	159
1 - Áreas de desenvolvimento regional, municípios.....	160
2 - Empresas pesquisadas	163
3 - Questionário.....	166
4 - Políticas estaduais	171
5 - Indicadores demográficos e sociais	173
8. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	174

BCME - BIBLIOTECA

LISTA DE TABELAS

2.1.1 - Estabelecimentos industriais, segundo o gênero – 1950-1985.....	31
2.1.2 - Média mensal do pessoal ocupado, segundo o gênero – 1950-1985...	32
2.1.3 - Constituição jurídica da atividade industrial, segundo os estabelecimentos industriais – 1950-1985.....	33
2.1.4 - Constituição jurídica da atividade industrial, segundo o pessoal ocupado – 1950-1985.....	34
2.1.5 - Estabelecimentos industriais, segundo o grupo de pessoal ocupado – 1950-1985	35
2.2.1 - Diferença percentual da produção dos principais gêneros alimentícios, Nordeste – 1958-1957	37
2.2.2 - Distribuição percentual das indústrias incentivadas do Nordeste, segundo os fatores que influenciaram sua localização por estado, na primeira ordem de importância – 1988	43
2.2.3 - Valor da Transformação Industrial, segundo a participação do Ceará no Nordeste e no Brasil – 1950-1985.....	44
2.2.4 - Estrutura da indústria de transformação cearense – 1960-1985.....	45
3.1.1 - Número de empresas, por situação operacional, segundo os estados do Nordeste e a localização – 1986	54
3.2.1 - Execução Orçamentária do Tesouro Estadual do Ceará - 1979-1991	61
3.2.2 - Receitas correntes líquidas, despesas correntes líquidas e poupança bruta em conta corrente, Ceará – 1979-1991.....	62
3.2.3 - Valor e variação do investimento total, Ceará – 1979-1991.....	63
3.3.1 - Variação do consumo industrial da energia elétrica, segundo os estados do Nordeste – 1991-1996.....	68
3.3.2 - Variação do volume de água distribuída e de domicílios abastecidos, segundo os estados do Nordeste – 1980 - 1991 - 1996.....	69
3.3.3 - Taxas de crescimento do ICMS em relação ao ano anterior, segundo as regiões e o Brasil – 1990-1994	70
3.3.4 - Participação dos estados do Nordeste na arrecadação do IPI – 1991-1996	71
3.3.5 - Participação relativa dos estados do Nordeste e demais regiões no PIB brasileiro – 1985-1994.....	73
3.3.6 - Participação do PIB a custo de fatores, segundo os estados do Nordeste – 1970-1996	74
3.3.7 - Valor e participação das exportações e importações por fatores agregados, Ceará – 1980-1996.....	76
3.3.8 - Participação das exportações, segundo os estados do Nordeste – 1980-1996	77
3.3.9 - Participação das importações, segundo os estados do Nordeste	

– 1980-1996	78
4.1.1 - Situação das empresas em face da pesquisa, Ceará – 1998	84
➤ 4.2.1 - Número de indústrias ativas, segundo o gênero e as ADRs, Ceará – 1991	89
4.2.2 - Composição espacial das indústrias implantadas no Ceará – 1991-1995	91
➤ 4.2.3 - Composição setorial das indústrias implantadas no Ceará – 1991-1995	92
➤ 4.2.4 - Composição setorial e espacial, por tamanho das indústrias implantadas no Estado do Ceará – 1991-1995 <i>(Importante)</i>	93
5.1.1.1 - Origem do grupo quanto ao número de indústrias, segundo as regiões, Ceará – 1998	97
5.1.1.2 - Origem do grupo quanto ao volume de investimentos, segundo o gênero e as regiões, Ceará – 1998	99
5.1.2.1 - Motivos que levaram à instalação da planta industrial, segundo o gênero, Ceará – 1998	103
5.1.3.1 - Localização das indústrias por gênero, segundo as áreas de desenvolvimento regional, Ceará – 1998	108
5.1.3.2 - Localização do investimento por gênero, segundo as áreas de desenvolvimento regional, Ceará – 1998	108
5.1.3.3 - Fatores que influenciaram a localização da empresa no estado do Ceará, segundo as ADRs, Ceará – 1998	110
5.1.3.4 - Fatores que influenciaram a localização da empresa no estado do Ceará, segundo o gênero, Ceará – 1998	111
5.1.4.1 - Fatores que levaram a empresa a investir na atividade específica no Ceará, segundo as ADRs, Ceará – 1998	113
5.1.4.2 - Fatores que levaram a empresa a investir na atividade específica no Ceará, segundo o gênero, Ceará – 1998	115
5.1.5.1 - Fatores que influenciaram a localização da empresa em determinado no município, segundo as ADRs, Ceará – 1998	116
5.1.5.2 - Fatores que influenciaram a localização da empresa em determinado no município, segundo o gênero, Ceará – 1998	117
5.2.1.1 - Tecnologia empregada na produção, segundo a origem estrangeira, Ceará – 1998	121
5.2.1.2 - Forma de aquisição da tecnologia empregada na produção, segundo o gênero, Ceará – 1998	122
5.2.2.1 - Tecnologia empregada na produção, segundo a escolha, Ceará – 1998	123
5.2.2.2 - Equipamentos produtivos, segundo as ADRs, Ceará – 1998	124
5.2.2.3 - Equipamentos produtivos, segundo o gênero, Ceará – 1998	124
5.2.2.4 - Vantagens da tecnologia empregada na produção, com relação a outras empresas do setor, Ceará – 1998	125
5.2.3.1 - Processos de produção, segundo a origem e o gênero, Ceará	

- 1998	126
5.2.3.2 - Controle de qualidade, segundo a etapa do processo produtivo e o gênero, Ceará – 1998	127
5.2.4.1 - Origem da assistência técnica, segundo o gênero, Ceará – 1998	128
5.2.4.2 - Natureza da assistência técnica, segundo o gênero, Ceará – 1998	130
5.2.4.3 - Natureza da assistência técnica, segundo as ADRs, Ceará – 1998	130
5.2.4.4 - Serviços contratados de outras empresas do município, segundo as ADRs, Ceará – 1998	132
5.2.4.5 - Serviços contratados de outras empresas do município, segundo o gênero, Ceará – 1998	132
5.2.5.1 - Funcionamento das empresas, segundo o gênero, Ceará – 1998 ...	134
5.2.5.2 - Capacidade ociosa das empresas, segundo o gênero, Ceará – 1998	134
5.2.5.3 - Capacidade ociosa das empresas, segundo as ADRs, Ceará – 1998	135
5.3.1 - Origem da matéria-prima, segundo as regiões e o gênero, Ceará – 1998	136
5.3.2 - Origem da matéria-prima, segundo as regiões e as ADRs, Ceará – 1998	138
5.3.3 - Origem da matéria-prima, segundo os municípios cearenses, Ceará – 1998	138
5.3.4 - Utilização da produção para a fabricação de outros produtos, segundo o gênero, Ceará – 1998	140
5.3.5 - Utilização da produção para a fabricação de outros produtos, segundo as ADRs	140
5.3.6 - Empresa como estímulo ao surgimento de empresas fornecedoras de matéria-prima, segundo o gênero, Ceará - 1998	141
5.3.7 - Finalidade da implantação da firma, segundo o gênero, Ceará – 1998	141
5.3.8 - Empresa como estímulo ao surgimento de empresas fornecedoras de matéria-prima, segundo as ADRs, Ceará – 1998	142
5.3.9 - Finalidade da implantação da firma, segundo as ADRs, Ceará – 1998	142
5.3.10 - Destino da produção, segundo as regiões e as ADRs, Ceará – 1998	143
5.3.11 - Destino da produção, segundo as regiões e o gênero, Ceará – 1998	144
5.3.12 - Fixação de preços, segundo as formas e o gênero, Ceará – 1998 ...	145
5.4.1 - Distribuição produtiva, salarial e origem do pessoal, Ceará – 1998	146

5.4.2 - Dificuldades para contratação de mão-de-obra especializada, segundo as ADRs, Ceará –1998	146
5.4.3 - Dificuldades de contratação da mão-de-obra especializada, segundo o gênero, Ceará – 1998	147
5.4.4 - Necessidade de contratação de mão-de-obra especializada fora do estado do Ceará, segundo o gênero e as regiões, Ceará – 1998	147
5.4.5 - Contratação de mão-de-obra do Estado do Ceará, segundo os municípios e as ADRs, Ceará – 1998	148
5.4.6 - Treinamento de contratados, segundo o gênero, Ceará – 1998.....	148

BCME - BIBLIOTECA

LISTA DE GRÁFICOS

1 - Índices do comércio exterior do Brasil, açúcar e algodão – 1851-1939 ...	23
2 - Índices do comércio exterior do Brasil, café – 1851-1939	24
3 - Relações comerciais do Nordeste, resto do país e exterior – 1948-1974	27
4 - Estabelecimentos industriais, segundo a localização – 1960-1985.....	35
5 - Participação dos estados, segundo os recursos liberados, Ceará, Pernambuco e Bahia e o Nordeste – 1970-1995.....	42
6 - Localização das indústrias incentivadas, Ceará – 1986.....	47
7 - FINOR, Projetos e recursos liberados, segundo os estados do Ceará, Pernambuco e Bahia e o Nordeste – 1970-1995.....	49
8 - Participação das regiões – 1975-1990.....	55
9 - Participação do PIB a custo de fatores, segundo os estados do Nordeste – 1970-1996	73
10 - Divisão político-administrativa do Ceará, segundo as áreas de desenvolvimento regional em área territorial – 1991	85
11 - Distribuição das indústrias ativas, segundo as ADRs, Ceará - 1991.....	88
12 - Motivos que levaram à instalação da planta industrial, Ceará – 1998 ..	101
13 - Tecnologia empregada na produção, segundo a origem, Ceará – 1998	119
14 - Tecnologia empregada na produção, segundo a origem nacional, Ceará – 1998	120
15 - Assistência técnica, segundo a origem, Ceará – 1998.....	129

MAPA

Áreas de Desenvolvimento Regional, Ceará – 1992	90
---	----

RESUMO

BCME-BIBLIOTECA

Esta dissertação estuda o processo de industrialização cearense, ao longo dos anos, enfocando o período de 1991 a 1995, com o objetivo de avaliar sua nova composição espacial e setorial, diante das novas estratégias de desenvolvimento industrial surgidas ao final da década de 80. Busca-se, no entanto, uma análise mais complexa dos fatores que determinaram este novo momento, segundo a hipótese da influência das mudanças ocorridas nas políticas de desenvolvimento industrial nos âmbitos nacional, regional e estadual. O estudo é elaborado a partir da pesquisa realizada junto às empresas industriais instaladas no estado do Ceará no referido período. Através da pesquisa formou-se uma base analítica dos determinantes conjunturais e estruturais dos novos investimentos no estado, verificando-se os fatores que determinaram esta localização no Ceará. O conjunto de análises desenvolvidas no trabalho leva a algumas conclusões: a significação do aumento da capacidade de financiamento do estado, em face da importância demonstrada pelas empresas quanto à existência de incentivos estaduais e de infra-estrutura; a expressiva participação do capital local nos novos investimentos proporcionando o fortalecimento dos setores tradicionais mais integrados ao mercado regional; e, por fim, o crescimento da indústria cearense, que, embora concentrado nas Áreas de Desenvolvimento Regional (ADRs) próximas à Região Metropolitana de Fortaleza, apresenta relações produtivas entre as empresas, o que constitui ponto positivo.

ABSTRACT

BCME - BIBLIOTECA

This dissertation studies the process of industrialization from Ceará, along the years, focusing the period from 1991 to 1995, with the objective of evaluating its new space and sectorial composition, before the new strategies of industrial development appeared at the end of the decade of 80. It is looked for, however, a more complex analysis of the factors that determined this new moment, according to the hypothesis of the influence of the changes happened in the politics of industrial development in the national, regional and state ambits. The study is elaborated starting from the research accomplished the industrial companies installed in the state of Ceará in referred him period close to. Through the research was formed an analytic base of the determinant of the situation and structure of the new investments in the state, being verified the factors that determined this location in Ceará. The group of analyses developed in the work takes to some conclusions: the significance of the increase of the capacity of financing of the state, in face of the importance demonstrated by the companies with relationship to the existence of state incentives and of infrastructure; the expressive participation of the local capital in the new investments providing the invigoration of the traditional sections more integrated into the regional market; and, finally, the growth of the industry from Ceará, that, although concentrated in the Areas of Regional Development (ADR's) close to the Metropolitan Area of Fortaleza, it presents productive relationships among the companies, what constitutes positive point.

O processo de industrialização do estado do Ceará, a despeito de constituir tema bastante estudado e debatido ao longo dos anos (Cavalcante, 1982; Silveira, 1983; Rocha, 1988; Teles da Rosa, 1992; Soares & Santos, 1993; Ferreira, 1995; SINE-CE, 1996), apresenta algumas peculiaridades que propiciam vasto campo de descobrimentos e interpretações. Com esta finalidade propomo-nos a oferecer uma contribuição que favoreça melhor entendimento da natureza e das implicações de tal processo para a economia cearense, em especial nos anos mais recentes, diante principalmente do crescimento da participação da mesma na economia da região nordestina.

Destarte, este trabalho tem como objetivo avaliar a indústria cearense através da sua nova composição espacial e setorial, ante as estratégias de industrialização cearense adotadas a partir do final da década de 80; para isto faz-se necessário descobrir quais os fatores responsáveis para o surgimento deste novo momento. A princípio busca-se compreender a evolução da indústria cearense, através dos aspectos estruturais que interferiram em seu desenvolvimento e, posteriormente, desenvolve-se um estudo pormenorizado acerca dos condicionantes que determinaram a localização de novos empreendimentos industriais no estado, tendo como finalidade verificar a influência das estratégias adotadas pelo governo estadual, no período citado, para a composição e estrutura do novo parque industrial cearense instalado no início da década de 90.

Para analisarmos a evolução da indústria cearense, seu processo de transformação no decorrer dos anos, não podemos separá-lo das mudanças ocorridas na economia nordestina, onde esta se insere e participa decisivamente da sua dinâmica evolutiva. A economia nordestina, todavia, integra um processo ainda mais amplo, a economia nacional; assim, em virtude da sua característica periférica, procuraremos observar tanto a participação cearense no Nordeste como sua relação com o processo nacional, o qual tem o poder de determinar e induzir as transformações das economias nordestina e cearense.

A industrialização cearense, tal como a nordestina, caracteriza-se por três fases distintas que podem ser divididas da seguinte forma: 1. o período anterior à intervenção governamental ocorrida a partir de meados dos anos 50, marcada pela não existência de um planejamento regional e por baixa interação da indústria dessa região com a indústria do Centro-Sul; 2. o período da intervenção planejada, que tem seu início na segunda metade dos anos 50, ocorrendo maior integração entre estas regiões através do planejamento regional; 3. o período posterior a este, iniciado na segunda metade da década de 80, que retrata a posição secundária atribuída ao planejamento regional e ao surgimento de políticas individualizadas dos estados.

A importância da dissertação decorre do fato de o fortalecimento do setor industrial ter sido visualizado pelo governo do estado do Ceará, a partir da segunda metade da década de 80, como principal componente estratégico de desenvolvimento do estado. No entanto, até o início desta, verifica-se a quase inexistência de estudos sobre a evolução da economia cearense, no período anteriormente citado, e mais especificamente sobre a

industrialização do estado do Ceará. Por isso, fez-se necessário um levantamento mais apurado das novas empresas que compõem o parque industrial do Ceará, supondo-se que entre os anos de 1991-1995 ocorre o período de maturação do novo momento de evolução da indústria cearense, iniciado, como exposto, no final da década de 80.

BCME-BIBLIOTECA

O levantamento, realizado diretamente nas empresas industriais que assinaram o protocolo de intenções com a Secretaria da Indústria e Comércio do Estado do Ceará (SIC), e que se instalaram no período de 1991-1995, objetiva gerar dados para fornecer subsídios à realização de estudos relativos à configuração espacial e produtiva, a fim de determinar: a concentração e a diferenciação intra-regionais (investimentos, produção, empregos etc.); a integração setorial intra-regional (insumos e produtos) e a integração setorial com a economia regional e nacional (insumos e produtos), assim como a participação, a importância e a eficiência das políticas implementadas pelo governo estadual, principalmente os incentivos fiscais e financeiros existentes no período sob análise.

A formação do banco de dados oriundo de uma pesquisa abrangente sobre a industrialização cearense abre a possibilidade de comparações com outras pesquisas que possam ser desenvolvidas com o intuito de avaliar o processo de industrialização do estado do Ceará, e servirá de referencial para o estabelecimento de pré-requisito à elaboração e acompanhamento de novas políticas e programas para o setor industrial do estado.

O primeiro capítulo, ou introdução, constitui o aspecto introdutório da dissertação.

O segundo capítulo centra-se na análise das duas primeiras fases do processo de industrialização, apresentadas anteriormente, dando ênfase à participação da economia cearense no contexto regional e nacional. Ou seja, observa seu desenvolvimento no decorrer dos anos, buscando verificar a importância da sua economia diante das transformações, e os processos de acumulação de capital, ocorridos nas esferas regional e nacional.

No capítulo seguinte, tenta-se compreender a participação da economia cearense, por nós denominada de terceira fase, através de observações sobre a existência de relações entre o processo de desconcentração espacial de empresas do Centro-Sul com a nova fase de interiorização industrial no Ceará, analisando as principais características do processo de reestruturação da economia local. A seguir, verificam-se as mudanças ocorridas nas políticas de desenvolvimento implementadas e os efeitos destas no novo processo de industrialização.

No quarto capítulo, expõe-se a necessidade de se desenvolver um levantamento dos dados acerca dos condicionantes propiciadores deste novo momento da economia cearense, além dos procedimentos metodológicos utilizados para a realização da referida pesquisa, a fim de avaliar a influência das mudanças estruturais ocorridas no estado do Ceará, procurando enfatizar sua caracterização setorial e espacial, na qual desponta o novo direcionamento dado à localização dos novos empreendimentos industriais no estado.

No quinto capítulo, procede-se a análise do processo recente de industrialização da economia cearense através dos dados levantados na pesquisa. Examina-se quais os fatores determinantes para a localização dos

novos investimentos no estado do Ceará, buscando-se compreender a importância destes fatores por meio das teorias de localização existentes, assim como a origem e composição de mão-de-obra e tecnologia empregadas nos processos produtivos, e das possíveis inter-relações entre as empresas. Em alguns momentos, para melhor compreender a situação atual, são feitas comparações com dados de levantamentos das situações anteriores ao período de 1991-1995.

Por último, no capítulo das conclusões, realiza-se um apanhado geral dos dados levantados nas três fases consideradas, observando-se as evoluções ocorridas na indústria cearense, e por fim, que influência exerceu o processo de mudanças implementado na economia cearense, a partir da segunda metade da década de 80, sobre o desenvolvimento da indústria do estado.

BCME-BIBLIOTECA

2.FASES DA INDUSTRIALIZAÇÃO CEARENSE ATRAVÉS DA INDUSTRIALIZAÇÃO NORDESTINA E BRASILEIRA

A história do processo de desenvolvimento do Nordeste, bem como do estado do Ceará, pode ser dividida em períodos de crescimento e estagnação de acordo com os ciclos econômicos atravessados pela região. Um fator básico, entretanto, pode ser ressaltado: a grande dependência externa. O Nordeste manteve-se sempre em posição privilegiada em termos nacionais, no tocante à participação na renda e no poder político no século XIX e meados do século XX, quando o Centro-Sul começou a se firmar como área com maiores potencialidades de desenvolvimento. A partir da década de 30 as contradições tornaram-se agudas no país, marginalizando-se o Nordeste de maneira gradativa no contexto nacional. Portanto, desde os anos 30, e até início da década de 50, o período caracteriza-se por relativo processo de regressão, contínuo e permanente, em virtude dos problemas intrínsecos à região, do avanço das demais regiões e da presença do fator climático (seca) sempre marcante na história econômica e política da região.

Como veremos na segunda parte do capítulo, é a partir da década de 50, com a criação do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) e a constituição do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que o governo federal se preocupa mais seriamente com os desníveis regionais existentes e busca a estruturação de políticas mais sistemáticas para o desenvolvimento do Nordeste. Posteriormente, cria-se a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), para dar

sustentáculo às políticas de programação e promoção intensiva do desenvolvimento do Nordeste. Verificaremos, também, os efeitos das políticas implementadas em relação à indústria cearense.

Como mostra a terceira e última parte do capítulo, a crise fiscal do estado federal marca a transição para uma nova fase da economia regional e leva a uma retração da política federal de desenvolvimento regional, ou seja, marca a redução do volume de recursos liberados através dos incentivos fiscais para a economia nordestina.

2.1. Fase de transição: economia agroexportadora a industrial

BCME - BIBLIOTECA

Este período é marcado por relativa autonomia e isolamento da economia nordestina em relação à indústria do Centro-Sul,¹ cuja estrutura produtiva estava voltada para o comércio internacional, em virtude, principalmente, de maiores vínculos, anteriormente estabelecidos, com o exterior do que com outras regiões do país.

Para Guimarães Neto(1989) o estabelecimento e a origem destes vínculos dá-se nos períodos de “formação do complexo econômico nordestino”. Ou seja, a economia nordestina passa a compor um complexo econômico a partir de suas estruturas assumidas nos séculos anteriores,

¹ A região Centro-Sul referida no presente trabalho compreende os estados litorâneos do Espírito Santo ao Rio Grande do Sul e os estados mediterrâneos (Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás).

baseadas no sistema denominado açucareiro e criatório. Em tal sistema, a atividade açucareira era geradora de grandes imobilizações de capital e de complexa administração que envolviam aspectos ligados à produção agrícola e industrial, concentrada no litoral, enquanto a pecuária extensiva era difundida em quase toda a região, mas pouco monetizada e bem menos complexa na sua gestão.

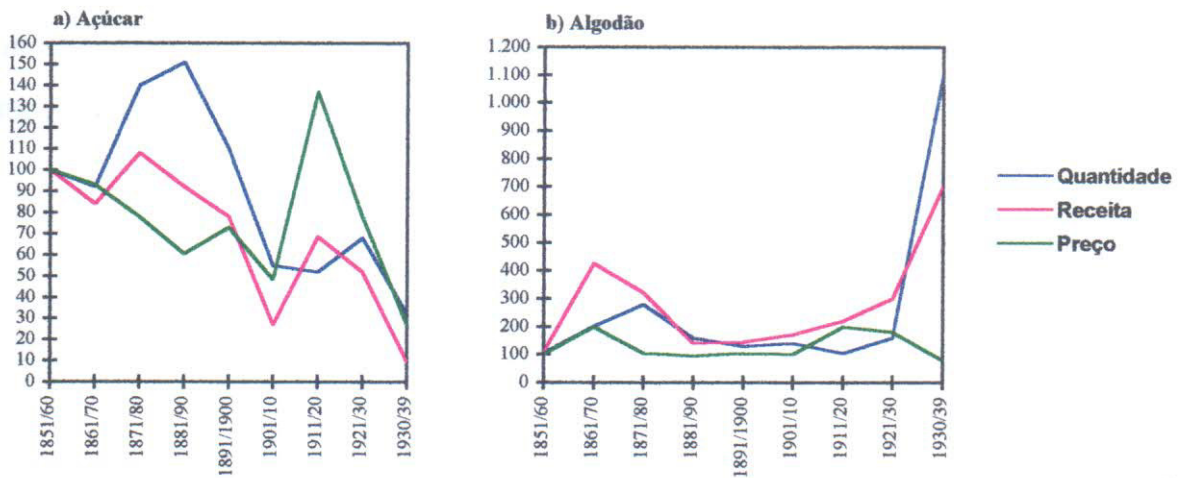
Nordeste
Posteriormente, com o crescimento da lavoura do algodão, consolida-se a formação do complexo nordestino, principalmente pelo fato de a produção algodoeira incorporar não só grandes proprietários como também os pequenos. Este crescimento, além de induzir o desenvolvimento do beneficiamento e a industrialização, foi capaz de dinamizar alguns dos centros urbanos regionais. Segundo Andrade (1973), o algodão propiciou uma “industrialização barata” e operou, após meados do século XVIII, uma verdadeira “revolução agrária no Agreste”.

BCME - BIBLIOTECA

Em virtude do surgimento da crise com o setor externo nas décadas finais do século XIX e nas iniciais do século atual, decorrente da retração da demanda internacional dos produtos, ocorre importante transformação nas relações comerciais da região nordestina relativamente às demais regiões, e mais notadamente à região Centro-Sul. Podemos observar, nos gráficos 1a e 1b, os efeitos desta crise de exportação dos produtos nordestinos através dos índices de comércio exterior do Brasil, tanto do açúcar como do algodão, uma vez que estes representavam quase a totalidade das respectivas exportações brasileiras. Em relação ao açúcar, quanto à perspectiva das quantidades exportadas, verifica-se um pequeno declínio em 1860, com boa recuperação nas duas décadas seguintes, sofrendo um grande impacto a partir de 1890, não mais conseguindo recuperar seus níveis de exportação até pelo

menos 1931-1939. Já o algodão alcança seu auge (quantidades exportadas) na década de 1870, voltando a atingir níveis de exportação superiores sessenta anos mais tarde.

Gráfico 1
Índices do Comércio Exterior do Brasil
1851-1939



Fonte: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil -1939-1940.

Nota: 1851/60 = 100.

Obs.: Gráficos extraídos do trabalho de Guimarães Neto, 1989, p. 52-53.

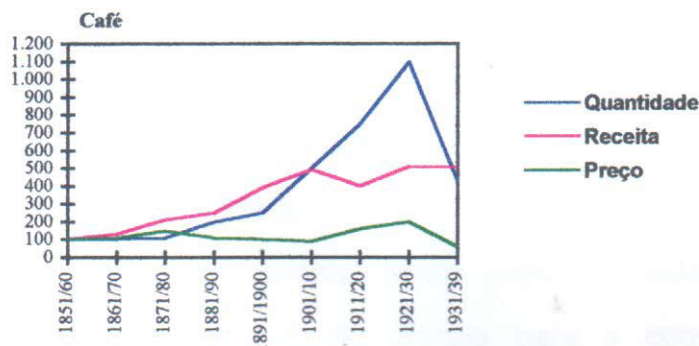
*antes de
paginas
Interas as
entre
subcassly*

O início do processo de articulação entre as regiões, como analisa Guimarães Neto (1989), visto a partir do Nordeste, fundamenta-se principalmente em dois fatores: 1. a busca desesperada, empreendida pelos produtores nordestinos, de escoamento de seus excedentes; e 2. a indústria nacional, concentrada regionalmente no Sudeste, que se voltou logo cedo aos mercados das demais regiões brasileiras.

A tentativa de expandir as relações comerciais com a região Centro-Sul deve-se, particularmente, ao fato de a evolução do café ter propiciado dinamismo e crescimento a esta região, levando-a a uma estrutura econômica complexa com centros urbanos de grande porte, além de enorme contingente populacional. Pois, ao contrário do observado na região nordestina, apesar da crise do setor externo, o café no Centro-Sul, visto pelos índices do comércio exterior do Brasil, mostra continuado crescimento, tendo seu auge - perspectiva das quantidades exportadas - na década de 30, e um declínio a partir de então, ocorrendo o mesmo em seu preço no mercado internacional, efeitos estes decorrentes, principalmente, dos estímulos à superprodução do café e em seguida da grande depressão de 30.²

BCME - BIBLIOTECA

Gráfico 2
Índices do Comércio Exterior do Brasil
1851-1939



Fonte: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1939-1940.

Nota: 1851/60 = 100.

Obs.: Gráfico extraído do trabalho de Guimarães Neto, 1989, p.52.

Em decorrência da dinâmica na economia cafeeira, o crescimento da atividade econômica do Centro-Sul mostra-se bem superior se o

² Para mais esclarecimentos ver Fritsch, 1989.

relacionarmos com a região nordestina, pois, a partir do declínio das exportações do café, sua estrutura produtiva diversifica-se não só na indústria como também na agricultura, que passa a gerar uma gama variada de produtos, notadamente o algodão e a cana-de-açúcar.

A expansão da economia nordestina com relação ao setor industrial volta-se principalmente para a produção de gêneros tradicionais, como têxtil, alimentos, bebidas e couros. Todavia, a indústria cearense como integrante desta não se diferencia e desponta principalmente no setor têxtil, por ser um grande produtor de algodão, o que favorece o crescimento da atividade agroindustrial. Como em toda região, a tecnologia utilizada no processo produtivo era relativamente rudimentar, se comparada à tecnologia empregada no Centro-Sul, fazendo com que os produtos tivessem maiores custos produtivos, podendo-os levar apenas a uma condição de complementaridade produtiva.

A estrutura econômica nacional baseada em um modelo agrário-exportador possibilitava o acúmulo de divisas do Centro-Sul, a fim de suprir sua demanda por manufaturas. De acordo com Cohn (1976) e Magalhães(1979) o Nordeste assume, então, papel secundário, passando a exercer a função de fornecedor de divisas para a economia nacional (assumindo que a economia da região Centro-Sul representa a “economia nacional”, citada anteriormente) para a compra externa de bens de capital e intermediários. Ou seja,

Fornecer alimentos e matéria-prima a baixo preço para incentivar a acumulação de capital no pólo dinâmico da economia, situado essencialmente no Centro-Sul. (...) fornecedora

*de capital e mão-de-obra para o desenvolvimento do Centro-Sul, aumentando assim as disparidades regionais.*³

Segundo Magalhães(1979), os intercâmbios comerciais com o Centro-Sul foram bastante lesivos ao Nordeste, pois seu saldo em transações internacionais, sempre positivo, mesmo sem regularidade como acontece no período de 1948-1956, era utilizado para cobrir o déficit do balanço comercial do resto do país.⁴ Como podemos observar nos gráficos 3a e 3b, os saldos da balança comercial do Nordeste mostram-se da seguinte forma: a) em relação ao exterior, superavitário - exceção ao ano de 1952 - com uma média de US\$ 169,77 milhões no período de 1948-1974; b) em relação ao resto do país, deficitário com tendência crescente. Sendo assim, leva-nos a concluir que ocorria uma transferência de divisas geradas no Nordeste utilizadas no Centro-Sul para financiar sua reestruturação industrial - no período posterior à Segunda Guerra - , com a aquisição sobretudo de bens de capital e bens intermediários destinados ao programa de substituição de importações, o que também conta com certa proteção tarifária efetiva.

BCME - BIBLIOTECA

³ Cohn, 1976, p.40.

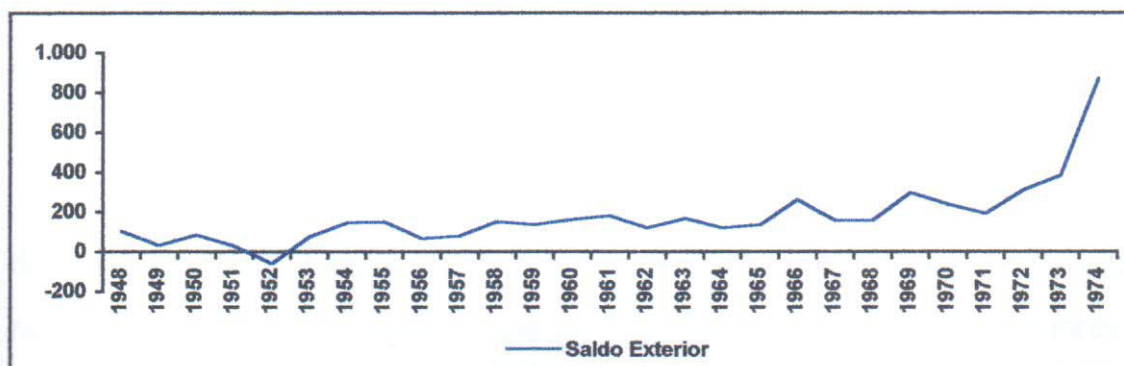
⁴ Ver Magalhães, 1979, p.863.

Gráfico 3
Relações Comerciais do Nordeste
Resto do País e Exterior
1948-1974

a) Resto do País¹



b) Exterior²



Fonte: Magalhães, 1979, p. 847, 851. Elaboração nossa.

¹ Em Cr\$ milhões.

² Em US\$ milhões.

Nota: Exclui os dados de exportações por vias internas nos anos de 1956 a 1959 do saldo com o resto do país.

Segundo o GTDN (1967), em decorrência deste processo:

Parte da renda gerada pelas exportações nordestinas - aquela parte que é despendida nos mercados do Centro-Sul - sofreu sério processo de erosão. Estima-se que, entre 1948 e 1956, houve uma transferência média anual de recursos correspondentes a cerca de

24 milhões de dólares, do Nordeste para o Centro-Sul.(...) A disparidade de ritmos de crescimento da renda real foi muito maior (...). Pode-se, portanto, assegurar que a renda per capita do Centro-Sul aumentou a uma taxa média de 3,5%, ao passo que o aumento da renda per capita do Nordeste não terá superado 1,5.⁵

NE
Proc da
Suma do
emp

Para Cano(1985), outro fator favorável à economia da região Centro-Sul é o forte protecionismo alfandegário, que leva a “periferia nacional” a consumir os produtos industriais produzidos no Centro-Sul a preços elevados. Como o Nordeste estava impedido de adquirir bens do exterior, pela exigência de comprovação da “não similaridade nacional”, obrigava-se a adquiri-los da indústria do Centro-Sul, ofertados a preços superiores aos prevalecentes no mercado externo, por força da proteção tarifária e mais elevados custos de produção.

Submissã
NE

A economia nordestina, para Oliveira(1977), passa a ter um papel de submissão relativamente ao Centro-Sul, pelo fato de a burguesia industrial nordestina açucareira-têxtil haver-se submetido em anos anteriores à reprodução da economia da “região do café”. Ou seja, a partir do instante em que ocorre a intensificação do processo de industrialização, este processo passa a atuar de acordo com a dinâmica da acumulação de capital no Centro-Sul, fazendo com que aquela burguesia ficasse de “braços atados para participar e comandar, no que deveria ser seu espaço, a expansão capitalista”. Quer dizer,

A integração do mercado nacional, ou criação do mercado nacional unificado, resultado da imposição em escala nacional do

⁵ GTDN, 1967, p. 294 e 303.

*equivalente geral da economia da "região" de São Paulo, vai encontrar aquela burguesia extremamente debilitada, incapaz de redefinir seu próprio esquema de reprodução, incapaz de impor, sob seu comando, e no seu espaço de reprodução, a seu favor, o equivalente geral da economia industrial,*⁶

fazendo a economia nordestina exportar os capitais gerados para o Centro-Sul. Estes fatores propiciam um crescimento industrial diferenciado entre as regiões, enquanto a região Centro-Sul transforma-se em um centro industrial hegemônico, intensificando-se no setor dinâmico, e a região nordestina mantém-se como uma indústria incipiente baseada em pequenas e médias empresas no setor tradicional, além da reduzida capacidade de competitividade, o que contribuiu para gerar e acentuar o desequilíbrio inter-regional brasileiro.

BCME - BIBLIOTECA

No tocante ao estado do Ceará, o que se observa é um quadro desalentador, em virtude da inexpressiva capacidade de assimilar os efeitos de aceleração do processo de substituição de importações, iniciado na década de 30 e redefinido na década de 50 em escala de mercados nacionais por parte do parque industrial sediado no Centro-Sul.

Na economia cearense, tais efeitos podem ser observados através do impacto na sua indústria de transformação. De acordo com dados dos Censos Industriais do Estado do Ceará do IBGE, nas tabelas 2.1.1 e 2.1.2, relativos ao ano de 1960 e comparados ao ano de 1950, o estado passou de 2.507 (dois mil quinhentos e sete) estabelecimentos com 26.111 (vinte e seis mil cento e onze) pessoas ocupadas em 1950, para 2.169 (dois mil cento e sessenta nove) estabelecimentos e 16.310 (dezesseis mil trezentas e dez)

⁶ Oliveira, 1977, p. 90.

pessoas ocupadas no ano de 1960. Tais números representam uma perda de 13,48% no total de estabelecimentos e de 37,53% do pessoal ocupado, contrapondo-se ao desempenho da indústria nordestina e da brasileira que obtêm, respectivamente, um crescimento de 32,17% e de 28,92%. Se compararmos seu potencial à indústria nordestina e à brasileira, observaremos uma perda de 31,02% do potencial industrial cearense, em relação a sua participação na indústria nordestina, e de 34,53% na indústria nacional.

O impacto pode ser melhor percebido quando se observa a expressiva concentração da economia cearense no setor tradicional, compreendido pelos gêneros de Química, Têxtil e Produtos alimentares, verificando-se que, no período 1950-1960, estes têm uma perda de 35,30% do número de estabelecimentos, especialmente o gênero de Produtos alimentares, no qual foram fechados 38% dos estabelecimentos e desempregadas mais de 10.000 (dez mil) pessoas, representando cerca de 76,46% da força de trabalho existente anteriormente.

A fragilidade da indústria cearense, assim como a da nordestina, se comparada à nacional, é facilmente observada em decorrência de a primeira dispor de grande quantidade de estabelecimentos constituídos juridicamente como firmas individuais. Tais firmas, quase sempre de pequeno porte, representam cerca de 79,18% do total dos estabelecimentos, gerando emprego de 45,49% de todo o pessoal ocupado, contra 60,41% e 14,43%, respectivamente, da indústria nacional (ver tabelas 2.1.3 e 2.1.4). Além disso, há imensa participação dos proprietários e sócios nas atividades do próprio estabelecimento, em torno de 90% deles, ou seja 2.008 (dois mil e oito), mostrando, claramente, a predominância do capital local nos

Tabela 2.1.1
Estabelecimentos Industriais,
Segundo o Gênero
1950-1985

Gênero	Ceará					Nordeste					Brasil							
	1950	1960	1970	1975	1980	1950	1960	1970	1975	1980	1950	1960	1970	1975	1980	1985		
Totais	2.572	2.233	4.043	4.064	5.758	6.165	16.865	21.216	31.052	32.496	43.416	40.839	83.703	110.771	164.793	187.237	214.158	207.157
Indústria extrativa de produtos minerais	65	64	153	88	116	63	1.262	711	1.108	944	779	651	1.539	2.178	3.906	3.413	4.541	2.973
Indústria de transformação	2.507	2.169	3.890	3.976	5.642	6.102	15.603	20.505	29.944	31.552	42.637	40.188	82.164	108.593	160.887	183.824	209.617	204.184
Minerais não-metálicos	433	509	826	1.185	1.985	1.720	3.034	4.655	7.394	9.845	15.159	10.695	12.750	18.146	25.367	30.979	43.170	28.974
Metálicos	23	25	196	102	161	272	116	258	1.085	801	1.166	2.232	2.221	4.850	9.681	13.279	14.407	18.964
Metalúrgica	15	13	89	62	63	119	3	36	666	440	429	741	762	1.692	6.744	8.531	9.748	11.088
Mecânica	-	1	49	19	16	30	(x)	13	311	128	124	267	341	982	3.155	2.795	3.337	4.573
Materiais elétricos e de comunicação	7	3	40	22	33	56	41	118	339	271	401	397	539	2.096	3.319	4.356	3.983	4.184
Material de transporte	46	74	209	238	412	358	381	730	1.782	2.015	3.835	3.304	7.562	11.196	14.812	17.898	21.018	17.129
Madeira	28	112	326	222	220	300	241	1.499	3.049	1.867	2.573	2.582	2.882	8.160	13.127	11.752	12.667	13.759
Mobiliário	4	1	6	11	14	22	17	35	52	102	138	170	441	784	1.178	1.538	1.704	2.107
Papel e papelão	-	3	15	17	17	19	(x)	29	98	139	135	150	119	339	974	1.235	1.273	1.421
Borracha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Couros e peles e produtos similares	54	44	74	48	65	57	486	673	725	533	563	440	2.099	2.350	2.032	1.572	1.635	1.604
Química	36	41	91	115	104	67	510 ¹	328	481	603	634	667	1.158	1.774	2.645	3.443	3.419	5.066
Produtos farmacêuticos	4	10	8	5	6	31	-	52	39	39	44	139	547	504	522	517	492	930
Perfumaria, sabões e velas	22	21	21	28	25	32	-	282	254	224	221	208	959	1.071	1.060	983	929	1.140
Produtos de matérias plásticas	-	-	7	10	19	24	-	3	52	89	157	184	104	295	1.311	2.085	2.651	2.975
Têxtil	190	140	159	198	224	358	911	1.443	689	1.021	1.094	1.350	2.941	4.272	5.309	6.138	6.062	5.570
Vestibário, calçados e artefatos de tecidos	166	210	152	255	375	850	1.057	1.378	1.075	1.363	1.656	2.628	5.076	7.639	8.613	11.166	15.338	23.200
Produtos alimentares	1.270	787	1.332	1.146	1.589	1.449	7.017	7.596	10.038	10.171	12.397	11.910	32.872	33.534	46.815	48.205	49.366	43.034
Bebidas	106	46	124	91	88	81	852	623	879	430	399	395	4.420	3.044	4.798	3.075	2.925	2.798
Fumo	7	10	9	11	2	10	84	150	41	86	105	146	252	278	144	205	219	434
Editorial e gráfica	50	46	68	101	126	158	374	414	554	680	837	1.031	2.749	3.389	5.526	6.891	8.328	9.053
Diversas	46	73	89	57	81	89	139	184	341	318	336	552	1.370	2.218	3.755	4.001	4.209	6.181

Fonte: IBGE - Censos Industriais. Elaboração nossa.

¹ Para o ano de 1950 o Gênero de Química é composto de: Química; Produtos farmacêuticos; Perfumaria, sabões e velas; Produtos de matérias plásticas.

Tabela 2.1.2
Média Mensal do Pessoal Ocupado,
Segundo o Gênero
1950-1985

Gênero	Ceará					Nordeste					Brasil							
	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1950	1960	1970	1975	1980	1985
Totais	26.782	16.878	40.918	60.487	93.218	104.593	218.119	184.988	278.680	378.899	533.517	575.544	1.177.644	1.512.239	2.652.179	3.732.816	4.922.784	5.389.032
Indústria extrativa de produtos minerais	671	568	1.397	960	1.315	835	15.909	9.129	11.270	12.015	13.780	14.425	32.708	36.237	62.337	61.160	83.531	105.003
Indústria de transformação	26.111	16.310	39.521	59.527	91.903	103.758	202.210	175.859	267.410	366.884	519.737	561.119	1.144.936	1.476.002	2.589.842	3.671.656	4.839.253	5.284.029
Minerais não-metálicos	2.503	3.029	5.963	7.355	14.199	12.655	17.716	23.325	43.521	54.790	87.602	76.330	111.269	144.076	239.354	311.361	427.728	353.838
Metalurgia	142	414	2.375	3.745	6.041	4.924	2.757	3.415	11.771	19.942	24.580	29.220	90.203	151.486	256.003	429.539	523.212	541.290
Metalurgia mecânica	139	130	464	1.241	2.461	2.368	78	397	4.466	18.926	26.503	27.843	21.798	49.554	173.712	377.555	530.119	528.570
Material elétrico e de comunicação	-	85	391	1.135	1.547	1.624	2	305	4.465	(x)	8.225	10.508	13.038	45.136	113.764	170.425	238.972	296.231
Material de transporte	80	11	311	346	1.133	1.737	287	1.400	3.864	5.448	5.984	7.167	15.121	65.110	153.239	218.025	276.508	324.280
Madeira	355	427	1.086	1.523	2.273	1.789	2.491	3.714	8.775	13.320	24.336	20.024	56.044	74.833	133.801	192.695	252.569	208.796
Mobiliário	101	386	1.374	2.449	2.697	2.366	1.545	4.940	9.738	10.671	15.968	16.093	31.672	53.020	100.418	127.176	170.368	173.528
Papel e papelão	17	4	135	313	441	466	773	1.355	2.236	4.032	5.708	7.859	22.305	35.406	64.786	82.972	106.485	128.542
Borracha	-	8	111	420	727	325	17	268	891	2.288	3.156	2.769	9.137	15.170	31.799	45.700	55.917	68.316
Couros e peles e produtos similares	327	229	306	636	929	1.035	3.233	4.085	3.118	3.422	4.385	4.654	17.309	21.966	25.842	33.873	42.537	51.631
Química	1.128	1.041	2.218	2.532	2.264	1.606	7.357 ¹	6.742	11.820	15.416	26.278	37.984	41.969	59.737	103.518	123.439	162.687	287.327
Produtos farmacêuticos	53	124	133	252	413	813	-	437	688	1.264	2.038	2.917	12.489	13.446	30.932	33.786	34.999	48.782
Perfumaria, sabões e velas	468	387	164	261	355	401	-	1.537	1.449	(x)	(x)	3.291	8.755	10.345	18.925	20.695	25.357	35.044
Produtos de matérias plásticas	-	-	105	425	1.405	1.683	-	64	1.194	3.535	(x)	8.784	2.395	7.719	39.795	75.166	116.606	136.889
Têxtil	4.862	4.596	5.356	7.397	10.127	12.221	72.754	52.809	38.825	41.565	54.640	52.498	313.845	306.121	339.033	324.682	379.484	337.519
Vestidário, calçados e artefatos de tecidos	846	980	2.176	6.375	12.946	19.908	5.744	7.085	11.739	24.628	44.736	56.172	64.140	85.325	155.495	278.269	449.136	619.067
Produtos alimentares	13.535	3.186	13.761	19.562	27.231	31.509	71.721	49.633	84.424	106.107	133.190	156.677	211.948	216.634	377.936	482.434	604.484	718.290
Bebidas	751	304	1.580	1.198	1.465	2.102	5.676	4.134	1.190	6.828	9.561	12.112	32.762	31.173	60.990	52.080	58.962	74.787
Fumo	206	234	115	71	(x)	239	5.521	5.372	3.850	(x)	(x)	7.536	14.377	13.021	16.490	23.965	25.306	35.101
Editorial e gráfica	404	460	1.054	1.824	2.051	3.154	3.665	3.984	7.758	10.095	13.050	15.042	34.491	45.008	94.069	121.559	138.843	157.495
Diversas	194	275	343	336	691	833	626	838	1.628	3.275	(x)	5.639	19.869	31.716	59.941	78.411	106.406	158.706

Fonte: IBGE - Censos Industriais. Elaboração nossa.

¹ Para o ano de 1950 o Gênero de Química é composto de: Química; Produtos farmacêuticos; Perfumaria, sabões e velas; Produtos de matérias plásticas.

empreendimentos existentes, além da pouca penetração de empresas de capital aberto.

Tabela 2.1.3
Constituição Jurídica da Atividade Industrial,
Segundo os Estabelecimentos Industriais
1950-1985¹

Constituição Jurídica	Ceará					Nordeste					Brasil				
	1950	1960	1970	1975	1980	1950	1960	1970	1975	1980	1950	1960	1970	1975	1980
Firmas individuais	82,06	79,18	79,67	69,14	15,56	81,71	86,05	83,32	75,88	16,58	63,77	60,41	55,88	45,29	21,45
Sociedades de pessoas	6,08	5,51	3,39	3,81	1,49	7,32	5,10	3,00	2,76	0,96	13,96	10,46	3,64	2,29	0,94
Sociedades anônimas	2,01	3,18	6,95	10,53	6,27	2,88	2,70	4,31	7,94	5,05	6,32	6,75	7,55	11,08	8,22
Sociedades de responsabilidade limitada	4,52	5,15	9,05	14,76	18,65	3,56	4,61	8,53	12,15	15,32	13,35	20,86	31,66	39,79	45,42
Entidades públicas	4,98	6,63	0,32	0,69	1,09	4,07	1,23	0,27	0,89	0,94	2,43	1,05	0,46	0,88	0,99
Outras	0,35	0,36	0,62	1,06	56,93	0,46	0,30	0,56	0,38	61,15	0,17	0,47	0,80	0,67	23,23
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE - Censos Industriais.

¹ Não constam informações para o ano de 1985.

Verifica-se, todavia, que, apesar dos poucos estabelecimentos constituídos sob regime jurídico de sociedades anônimas, apenas cerca de 3%, estas são capazes de absorver 28,84% do pessoal ocupado. Quer dizer, apresentam boa média de empregos gerados em comparação à indústria nacional, que com 6,75% de empresas industriais como sociedades anônimas gera 57,75% do total dos empregos industriais.

As referências anteriores levam-nos à conclusão de que a maioria das firmas individuais cearenses são pequenos estabelecimentos e geram poucas oportunidades de emprego, pois, do total de 2.233 (dois mil duzentos e trinta e três) estabelecimentos que compunham a indústria cearense em 1960, mais da metade deles ocupam apenas de 1 (uma) a 4 (quatro) pessoas,

ou seja, 1.200 (mil e duzentos) estabelecimentos que representam 53,74% do total de estabelecimentos no estado. (Tabela 2.1.5)

Tabela 2.1.4
Constituição Jurídica da Atividade Industrial,
Segundo o Pessoal Ocupado
1950-1985¹

Constituição Jurídica	Ceará					Nordeste					Brasil				
	1950	1960	1970	1975	1980	1950	1960	1970	1975	1980	1950	1960	1970	1975	1980
Firmas individuais	66,24	45,49	(x)	12,17	6,30	37,38	35,36	(x)	15,67	8,09	71,43	14,43	(x)	5,19	4,48
Sociedades de pessoas	9,41	8,18	(x)	3,99	1,65	8,97	6,14	(x)	2,92	0,95	3,16	5,43	(x)	1,35	0,64
Sociedades anônimas	11,36	28,84	(x)	61,33	49,87	40,30	44,88	(x)	60,77	49,57	17,74	57,75	(x)	58,52	48,85
Sociedades de reponsabilidade limitada	11,30	14,94	(x)	20,88	27,68	8,74	10,31	(x)	18,99	23,62	6,79	20,60	(x)	33,39	41,22
Entidades públicas	1,31	2,25	(x)	0,81	0,78	1,77	1,47	(x)	0,69	0,69	0,84	1,08	(x)	0,81	0,65
Outras	0,39	0,31	(x)	0,83	13,66	2,84	1,85	(x)	0,61	10,99	0,04	0,71	(x)	0,74	4,15
Total	100	100	(x)	100	100	100	100	(x)	100	100	100	100	(x)	100	100

Fonte: IBGE - Censos Industriais.

¹ Não constam informações para os anos de 1970 e 1985.

Nota: Resultados referentes aos estabelecimentos de 5 ou mais pessoas ocupadas e/ou valor da produção superior a 640 vezes o maior salário mínimo vigente em 1975.

Outro importante fator a ser analisado no decorrer deste trabalho refere-se à situação locacional. Verificamos que a indústria cearense segue a mesma tendência concentradora, tanto do Nordeste quanto do Brasil, em relação à predominância dos estabelecimentos no meio urbano. Observando-se, especificamente, o ano de 1960, no gráfico 4, verifica-se que o estado do Ceará mostra-se mais concentrador em relação ao Brasil e, principalmente, em relação ao Nordeste, sendo 2% e 10%, respectivamente, mais concentrado no eixo urbano, com menor concentração de seus estabelecimentos no eixo rural do que as indústrias nordestina e brasileira.

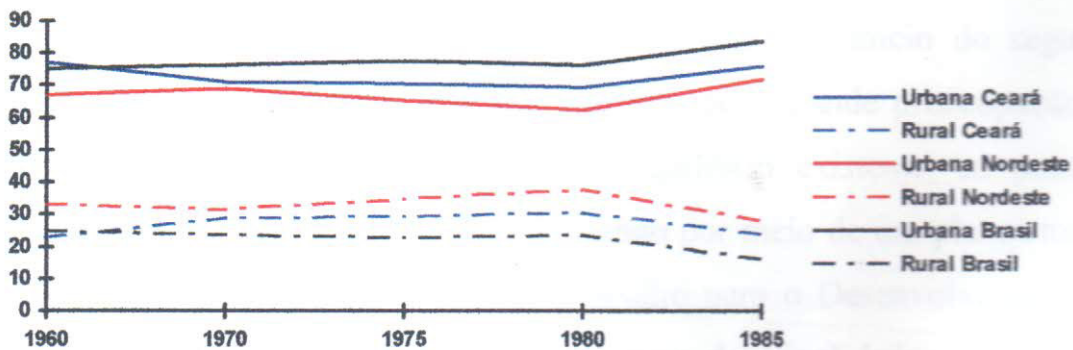
Tabela 2.1.5
Estabelecimentos Industriais,
Segundo o Grupo de Pessoal Ocupado
1950-1985

Grupo	Ceará						Nordeste						Brasil					
	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1950	1960	1970	1975	1980	1985
1 a 4	68,00	53,74	5,13	6,90	53,54	47,85	65,05	66,20	7,74	9,60	43,80	52,55	62,89	60,25	10,14	10,23	41,26	42,33
5 a 9	15,51	28,80	51,01	47,94	20,48	27,25	15,63	21,20	53,74	49,36	19,14	26,01	15,06	18,74	39,29	36,80	22,18	21,13
10 a 19	9,36	9,99	23,19	20,71	11,91	9,68	9,41	6,71	19,84	19,24	10,01	8,16	9,34	9,17	21,92	21,76	14,62	11,46
20 a 49	3,85	4,97	11,13	13,37	7,24	6,24	4,83	3,12	10,07	11,05	5,00	4,60	6,50	5,90	15,59	16,38	10,70	8,79
50 a 99	0,64	0,90	4,05	4,51	2,57	1,77	1,18	0,95	3,50	4,35	2,43	1,69	2,35	2,27	6,13	6,77	4,24	3,78
100 a 249	0,67	0,45	2,96	2,50	1,42	1,41	0,87	0,66	2,66	2,49	1,78	1,33	1,52	1,46	3,90	3,77	2,97	2,98
250 a 499	0,14	0,36	0,87	2,45	0,66	0,63	0,46	0,36	1,31	1,94	0,64	0,52	0,58	0,61	1,45	2,33	1,00	1,09
500 a 999	0,07	0,04	0,72	0,69	0,43	0,47	0,36	0,25	0,71	0,48	0,54	0,25	0,41	0,44	0,90	0,74	0,50	0,54
sem declaração	1,77	0,76	0,94	0,93	1,74	-	2,23	0,55	0,44	1,48	16,66	4,89	1,35	1,17	0,68	1,23	2,53	0,12
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE - Censos Industriais.

Nota: Para os anos de 1970 e 1975, os resultados são referentes aos estabelecimentos de 5 ou mais pessoas ocupadas e/ou valor da produção superior a 640 vezes o maior salário mínimo vigente em 1970 e em 1975.

Gráfico 4
Estabelecimentos Industriais,
Segundo a Localização
1960-1985



Fonte: IBGE - Censos Industriais. Elaboração nossa.

Conforme o apresentado até o momento, verifica-se que o setor industrial cearense do final da década de 60 era bastante frágil diante da

dinâmica de transformações ocorridas no Centro-Sul. Pelo exposto, concluimos que tanto a indústria cearense como a nordestina mostram-se bastante distanciadas dos centros mais dinâmicos da economia brasileira, o que denota grave desequilíbrio na estrutura sócio-econômica do país, indicando a necessidade imediata de soluções para a resolver e/ou reduzir tão comprometedores problemas.

2.2. Intervenção planejada: proposta de industrialização

BCME - BIBLIOTECA

Em face do agravamento do desequilíbrio inter-regional exposto no item anterior, o governo brasileiro busca a implementação de políticas de desenvolvimento econômico e planejamento regional, as quais têm como principal objetivo reduzir este desequilíbrio, por meio de uma integração da reprodução do capital em nível nacional.

É em torno deste processo que se insere o início do segundo período da industrialização cearense, marcado pela grande preocupação do governo em promover a redução do desequilíbrio existente, só possível através da participação mais efetiva do estado por meio de um planejamento regional. Cria-se, então, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) em 1956, tendo como uma das finalidades principais a intensificação dos investimentos industriais, visando fundar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira, como substituto ao elemento dinâmico fundamental da economia nordestina, representado em períodos anteriores pelo setor agrário-exportador.

Pode-se observar, através do diagnóstico do GTDN, que os maiores fatores limitativos ao crescimento regional são a escassez de terras de boa qualidade e a inadequada precipitação pluviométrica, prejudicando a produção agrícola,⁷ o que levou à idéia de que a industrialização seria a única saída para suprir o “atraso relativo” da região; supunha-se, também, que com a instalação de indústrias manufatureiras seria absorvido grande volume de mão-de-obra a um alto nível de produtividade.

A estratégia de política industrial proposta pelo GTDN previa intensa participação governamental na orientação do processo de implantação de indústrias. A princípio, se deveria determinar os ramos com maior viabilidade econômica na região, tendo em vista a possibilidade de que as indústrias aí instaladas fossem capazes de competir com aquelas em atividade, principalmente no Centro-Sul, na própria região nordestina e nas demais regiões do país. Estas atitudes demonstram que ao GTDN interessava a criação de um parque manufatureiro integrado na economia nacional e não, simplesmente, um grupo de empresas industriais voltadas para os mercados do Nordeste.

⁷ Podemos observar os efeitos dessa má distribuição pluviométrica através do colapso agrícola ocorrido em 1958. Para se ter uma idéia da extensão deste colapso, verificamos que no Ceará a produção de arroz baixou, em relação ao ano anterior, 82%; a de feijão, 86%; a de milho, 83%; a de mandioca, 31%, e a de batata-doce, 76%. Tais dados nos levam a constatar que a fragilidade deste segmento interfere diretamente na economia da região.

Tabela 2.2.1
Diferença Percentual da Produção dos Principais Gêneros Alimentícios,
Nordeste
1958-1957

<i>Estados</i>	<i>Arroz</i>	<i>Feijão</i>	<i>Milho</i>	<i>Mandioca</i>	<i>Batata-doce</i>
Piauí	-25	-49	-42	-14	-14
Ceará	-82	-86	-83	-31	-76
Rio Grande do Norte	-76	-28	-43	-33	-34
Paraíba	-43	-50	-57	-30	-29

Fonte: GTDN, 1967.

Para a criação deste parque manufatureiro, como retrata o relatório do GTDN, seria necessária a composição de quatro grupos de indústrias que, segundo estudos preliminares, deveriam ser incentivadas:

a) um núcleo de indústria siderúrgica, o qual permitiria a expansão das indústrias de transformação do ferro e aço e mecânicas, existentes de forma embrionária;

b) a criação de indústrias mecânicas simples, tais como a de implementos agrícolas e móveis de aço, as quais se beneficiariam da disponibilidade de insumos (ferro e aço) provenientes das indústrias mencionadas no item anterior;

BCME - BIBLIOTECA

c) um grupo de indústrias capazes de utilizar matérias-primas locais, como as de cimento, de pesca, de aproveitamento de reservas minerais, de sisal etc.; e

d) as indústrias tradicionais, como as têxtil-algodoeiras, estabelecidas de acordo com o mercado local, com disponibilidade de matéria-prima e baixo custo do fator trabalho.

Desse modo, a indústria não representaria apenas um novo foco de dinamismo, mas a força motriz capaz de garantir maior autonomia ao crescimento regional, e até mesmo possibilitar sua autopropagação através da integração da estrutura industrial e do poder germinativo dessa atividade econômica. De acordo com Araújo(1984), idealizava-se uma industrialização de base “regional” e, sob determinadas condições, que ela afirmava existir no Nordeste. Seriam estas: “um mercado de dimensões razoáveis, a

disponibilidade de certas matérias-primas e a existência de mão-de-obra mais barata do que na região Sudeste".⁸

Para executar as diretrizes e as orientações propostas no relatório do GTDN é criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) no final de 1959, que juntamente com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), criado em meados de 1952, assumiu a responsabilidade de "soerguer uma região economicamente estagnada, socialmente deprimida e politicamente fermentada"⁹. Ao BNB cabe o papel de agente financeiro e operacionalizador dos projetos e programas regionais, enquanto a SUDENE responde pela coordenação da política sócio-econômica e de financiamento; tais instrumentos foram colocados em prática com os Planos Diretores, através dos quais se dá início às transferências de capital da região Centro-Sul para a nordestina.

Essas transferências são realizadas usando-se os incentivos fiscais - conhecidos como artigos 34/18¹⁰ - criados na primeira metade da década de 60, que induzem a entrada de novos capitais na região, levando, é claro, a profundas transformações na estrutura econômica regional, pois o desenvolvimento desse processo de integração implicava a consolidação de mecanismos de acumulação, determinando movimentos de expansão em

⁸ Araújo, 1984, p.73.

⁹ Souza, 1979, p.136.

¹⁰ Na prática, o desenvolvimento industrial nordestino passa a ter seu grande impulso com os planos diretores da SUDENE iniciados em 1961. No primeiro Plano Diretor, através do artigo 34 da Lei nº 3.995, de 14/12/61, eram permitidas às empresas totalmente nacionais deduções no imposto de renda e adicionais de até 50% para aplicação em projetos industriais aprovados para a região.

Já em 1963, no segundo Plano Diretor, este artigo é alterado pelo artigo 18 da Lei nº 4.239, de 27/6/63, que estende às empresas de capital estrangeiro registradas no país o benefício das deduções. Os outros dois Planos Diretores que vieram posteriormente, 1966-68 e 1967-73, buscaram aperfeiçoar as propostas dos planos anteriores e criar condições para efetivar seus objetivos.

O mecanismo de incentivos é novamente alterado através do Decreto-Lei nº 1.376, de 12/12/74, transformando-se no Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR).

esfera nacional. Ocorre, porém, que, sendo este processo ditado pelas forças econômicas extra-regionais, os novos investimentos orientaram-se, principalmente, em direção aos setores mais integrados à economia nacional, com a finalidade de fornecer insumos; ou a setores produtores de bens de consumo duráveis, os quais representam a expansão da indústria do Centro-Sul. Segundo Wanderley(1996),

É na década de 60 que se inicia o estágio da integração produtiva, impulsionado pela conjuntura da economia brasileira, pois perpassam pelo declínio econômico da primeira metade deste período os incentivos fiscais e financeiros patrocinados pelo Estado. Como a recessão atingiu o pólo industrial do Sudeste e, em virtude de seu grande potencial de acumulação, gerou-se a necessidade de realocação espacial de seus investimentos que foram incentivados pela SUDENE, daí parte deles dirigir-se para o Nordeste.¹¹

Para Araújo (1984), a economia nordestina passa a ter um papel de subordinação e complementaridade, no qual sua estrutura produtiva menos dinâmica estaria subordinada ao movimento da região Centro-Sul, uma vez que as decisões quanto à escolha do que produzir, de como produzir e onde produzir, adotadas nos vários ramos industriais implantados, fizeram-se baseadas nas condições de competitividade interna dos capitais setoriais já instalados.

Esta fase da industrialização nordestina dirigida principalmente aos setores dinâmicos caracterizou-se por ser fortemente viesada a favor das técnicas de produção intensivas em capital, incorporando, portanto, baixa

¹¹ Wanderley, 1996, p.18.

quantidade de empregos diretos - comparativamente à quantidade de mão-de-obra disponível, já que esta região tem abundância de mão-de-obra.

IND
ce
BCME - BIBLIOTECA

No tocante à industrialização cearense - se compararmos aos estados de Pernambuco e Bahia - podemos observar que este processo mostra-se bastante diferenciado, principalmente pela grande participação do capital local, o que não apenas tende a impor um limite ao tamanho menor das plantas industriais instaladas, como faz com que a industrialização se concentre no setor tradicional, propiciando melhor capacidade de geração de empregos e maior integração ao mercado regional.¹² Conforme mostra o gráfico 5, o Ceará, no início da década de 70, era o estado menos beneficiado pelos incentivos fiscais destinados ao Nordeste, pois recebia apenas 10% desses incentivos, contra 35% da Bahia e 30% de Pernambuco. Ressalte-se, ainda, que 86,8% dos incentivos cearenses eram de origem local,¹³ passando, entretanto, a atingir um nível semelhante de beneficiamento dos dois estados anteriormente mencionados, a partir do início da década de 80, apresentando pequena superioridade no final desta mesma década.

A participação do capital local no processo de industrialização incentivada cearense pode ser constatada através da pesquisa de Cavalcante(1973), a qual verifica que 82,35% das empresas pesquisadas no estado do Ceará - sob o aspecto de grupos líderes - são comandadas por grupos cearenses. De acordo com a mesma pesquisa, 33,4% dos empresários tinham experiência na fabricação dos mesmos produtos ou similares; e outros 24,2% tinham experiência na comercialização dos produtos que passaram a produzir.¹⁴ Sendo assim, podemos perceber a ampliação das empresas

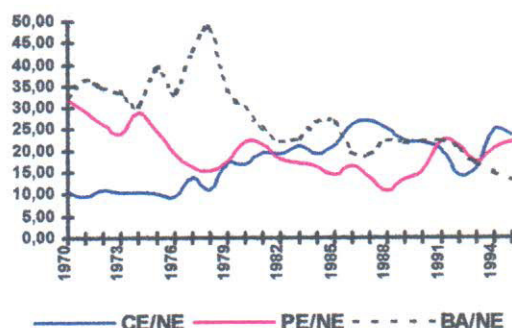
¹² Teles da Rosa, 1992, p. 91.

¹³ Cavalcante, 1973, p. 44-46.

¹⁴ Id. ibid., p.45.

existentes e o surgimento de unidades industriais, advindas parcialmente da transição do capital comercial para o capital industrial.

Gráfico 5
Participação dos Estados, Segundo os Recursos Liberados
Ceará, Pernambuco, Bahia e o Nordeste
1970-1995



Fonte: Dados básicos fornecidos pela SUDENE. Elaboração nossa.

De acordo com a pesquisa SUDENE/BNB (1992), o fato de o empresário ser radicado no próprio estado foi decisivo para a localização das indústrias incentivadas, na qual o estado do Ceará participava com 53,1%, enquanto Pernambuco e Bahia participavam, respectivamente, com 31,6% e 16,0% (ver tabela 2.2.2). Partindo desta observação, segundo Teles da Rosa (1992), podemos concluir o seguinte:

Enquanto para o Ceará os incentivos fiscais promoviam a transição do capital comercial para o capital industrial, nos estados de Pernambuco e Bahia, esta transição provavelmente

*fosse menos intensa e predominasse a expansão do capital industrial nacional sediado fora do Nordeste.*¹⁵

Tabela 2.2.2

Distribuição Percentual das Indústrias Incentivadas do Nordeste,
Segundo os Fatores que Influenciaram sua Localização por Estado na Primeira Ordem de
Importância
1988

Fatores	Distribuição Percentual por Estado (%)										
	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	MG ¹	NE
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empresário radicado no estado	30,0	31,5	53,1	29,8	30,0	31,6	28,6	36,0	16,0	25,7	32,6
Incentivos estaduais	-	5,3	2,0	12,8	2,9	3,0	3,6	-	2,3	2,9	3,2
Incentivos municipais	-	5,3	-	-	-	1,8	-	-	-	-	6,0
Distritos industriais	5,0	-	3,4	2,1	5,7	5,4	3,6	-	11,5	-	5,2
Existência de serviços básicos	-	-	2,7	4,3	7,1	7,8	3,6	4,0	3,8	2,9	4,7
Proximidade de matéria-prima	45,0	42,1	17,7	31,9	21,4	18,2	32,2	32,0	35,9	25,7	25,6
Proximidade de mercado	10,0	5,3	4,1	6,4	14,3	18,8	14,3	16,0	13,7	8,6	11,9
Enquadramento do projeto em faixa melhor	10,0	10,5	15,0	10,6	14,3	10,4	10,7	4,0	13,0	28,6	13,0
Outros	-	-	2,0	2,1	4,3	3,0	3,6	8,0	3,8	5,6	3,2
Número absoluto de respostas	20,0	19,0	147,0	47,0	70,0	165,0	28,0	25,0	131,0	35,0	687,0

Fonte: SUDENE/BNB, 1992.

¹ Área mineira da SUDENE.

Devemos mencionar que a participação da indústria cearense em relação à nordestina e à brasileira tem apresentado ligeiro crescimento nas últimas décadas. Desse modo, observando os dados do Censo Industrial no Ceará, Nordeste e Brasil, verifica-se que a contribuição do Ceará no período de 1960 e 1985 teve um crescimento significativo, passando de 0,56% para 0,91% do Valor da Transformação Industrial - VTI nacional, sendo sua indústria de transformação a principal responsável por este incremento, passando de 0,57% para 1% do VTI nacional. Vale também mencionar a participação do estado em relação à indústria nordestina, em igual período, que passou de 8,22% para 11,56% na indústria de transformação e de 7,39%

¹⁵ Teles da Rosa, 1992, p. 91.

para 11,37%, na indústria como um todo. A respeito da indústria extrativa, o que se verifica é exatamente o contrário, pois observa-se expressiva retração, principalmente em relação à indústria nacional, onde sua participação cai de 0,47% para 0,08%.(Tabela 2.2.3)

Tabela 2.2.3
 Valor da Transformação Industrial,
 Segundo a Participação do Ceará no Nordeste e no Brasil
 1950-1985

	CE/NE			CE/BR			NE/BR		
	Extrativa	Transformação	Total	Extrativa	Transformação	Total	Extrativa	Transformação	Total
1950	4,85	6,46	6,39	1,17	0,59	0,60	24,21	9,12	9,39
1960	1,17	8,22	7,39	0,47	0,57	0,56	40,52	6,89	7,64
1970	10,36	12,58	12,51	0,71	0,72	0,72	6,89	5,73	5,76
1975	3,07	11,31	11,00	0,33	0,75	0,74	10,59	6,64	6,74
1980	3,89	11,25	11,09	0,31	0,91	0,89	7,89	8,06	8,05
1985	3,54	11,56	11,37	0,08	1,00	0,91	2,18	8,61	8,05

Fonte: IBGE - Censos Industriais.

BCME-BIBLIOTECA

Ao considerarmos o número de estabelecimentos percebemos, para o mesmo período sob análise, que a indústria de transformação do Ceará teve um crescimento de cerca de 181%, enquanto a indústria extrativa manteve-se inalterada (ver tabela 2.1.1). O direcionamento dos objetivos da indústria incentivada é observado através do crescimento do número de estabelecimentos das indústrias dinâmicas, ou seja, dos gêneros de: Material elétrico e de comunicação, com 2.900,0%; Material de transporte, com 1.766,7%; Metalúrgica, com 988,0%, e Mecânica, com 815,4%, tendo uma redução crescente no número de empresas constituídas juridicamente como firmas individuais, e um paralelo, no crescimento da participação das empresas constituídas como sociedades de responsabilidade limitada e de sociedades anônimas. Tal cenário leva as sociedades anônimas, no ano de 1980, com 6,27% das empresas industriais, a uma participação de 49,87% do

pessoal ocupado na atividade industrial no estado do Ceará; e as constituídas por sociedades de responsabilidade limitada, com 18,65%, a uma participação de 27,68% (tabelas 2.1.3 e 2.1.4). Também se verifica, conforme mostra a tabela 2.1.5, o aumento da participação de estabelecimentos industriais com capacidade de gerarem maior número de empregos.

Este crescimento da indústria de transformação, todavia, mostra-se com alto grau de concentração setorial e espacial, visto os ramos que se destacaram serem: têxtil, vestuário, alimentos, com média de 65% no valor da produção e de 68% no pessoal ocupado; e em seguida os minerais não-metálicos, metalúrgico, química e mecânica, com apenas 29% e 26%, respectivamente, em 1980 (ver tabela 2.2.4). Ou seja, este incremento, manteve o domínio do setor tradicional, propiciando uma perda relativa do

Tabela 2.2.4
Estrutura da Indústria de Transformação Cearense
1960-1985

Indústria de Transformação	Valor da produção ²				Pessoal ocupado				Potência instalada ²				
	1960	1970	1975	1980	1960	1970	1975	1980	1985	1960	1970	1975	1980
TRADICIONAIS	65,6	65,5	69,1	65,0	69,9	69,0	71,2	67,7	71,86	58,4	72,7	59,0	61,4
Têxtil	43,6	22,8	26,4	23,6	30,2	16,4	14,6	12,8	11,68	35,1	13,9	18,0	23,3
Vestuário	1,5	3,3	6,0	9,8	6,7	7,4	11,9	15,5	19,03	0,2	1,0	6,8	5,4
Alimentos	12,6	32,9	28,5	24,1	19,4	31,2	31,4	27,9	30,13	13,7	50,6	20,9	22,2
Outros	7,9	6,5	8,2	7,5	13,6	14,0	13,3	11,5	11,02	9,4	7,2	13,3	10,5
DINÂMICAS A:	34,0	32,7	27,2	29,0	29,0	28,1	24,0	26,4	21,88	40,6	26,1	25,5	29,7
Mín. não-metálicos	4,1	3,3	3,7	6,4	14,5	13,6	9,8	13,2	12,10	5,9	3,1	3,6	13,4
Metalúrgica	2,3	5,4	5,3	7,1	2,6	6,4	6,8	7,0	4,71	5,2	3,0	4,6	8,3
Química	23,9	21,9	14,8	9,6	8,1	6,0	4,3	2,5	1,54	26,5	18,0	13,2	5,9
Outras	3,7	2,1	3,4	5,9	3,8	2,1	3,1	3,7	3,53	3,0	2,0	4,1	2,1
DINÂMICAS B ¹ :	0,4	1,8	3,7	6,0	1,1	2,9	4,8	5,9	5,47	1,0	1,2	15,5	8,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/CAEN/IPLANCE, in: Silveira, 1983, p. 17.

¹ Dinâmicas B : Mecânica, Elétrica e Comunicação, e Transporte.

² Não constam informações para o ano de 1985.

peso das microempresas no que se refere ao número de estabelecimentos, de mão-de-obra ocupada e de valor de produção. No que concerne à concentração espacial, esta foi materializada¹⁶ no momento em que se tornou objetivo da política de industrialização, em virtude da política de planejamento regional vigente a partir dos anos 70,¹⁷ que enxergava na formação de complexos industriais o caminho para a consolidação da matriz produtiva do país, segundo a qual a melhoria da dinâmica dessa região estava nas externalidades e efeitos multiplicadores proporcionados pelos mesmos. Conforme Merhav, “a tendência à concentração é maior nas economias subdesenvolvidas do que nas avançadas devido ao menor tamanho absoluto dos mercados”.¹⁸

Nesse período, o processo de concentração industrial cearense se fortalece com a implantação do III Pólo Industrial do Nordeste - cuja finalidade é a melhoria da dinâmica industrial, além da maior integração do espaço estadual - visando, ainda, à reestruturação da indústria de transformação do Ceará, concebida sob a perspectiva de modernização dos setores tradicionais, através da implantação de um complexo metal-mecânico e do apoio tecnológico e qualificação de recursos humanos. Apesar disso, observa-se na pesquisa SUDENE/BNB (1992), ilustrada no gráfico 6 e na tabela 3.1.1, que houve pouca integração do espaço estadual, porquanto, das 180 indústrias incentivadas no Ceará, 145 localizam-se na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), ou seja, 80,55% estão concentradas no eixo urbano da capital e apenas 19,45% nas demais regiões, propiciando elevado desnível econômico e social em relação ao desenvolvimento do

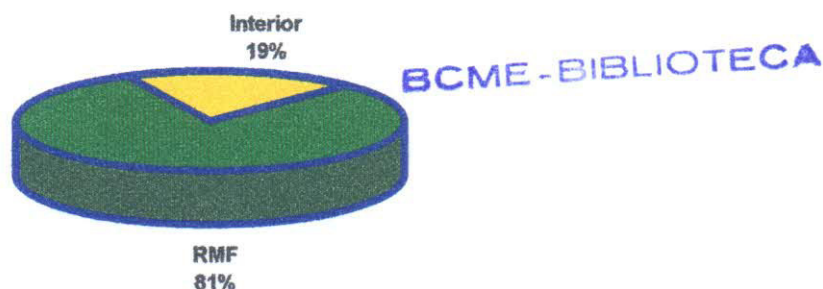
¹⁶ Materializar no sentido de que a concentração industrial existente passe a ser o objeto da intervenção planejada, para assim alcançar o crescimento industrial desejado.

¹⁷ A proposta de complexos industriais é formalizada através do II PND-Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) e detalhada na exposição de motivos nº 17/74.

¹⁸ In: Holanda Filho, 1983, p.33.

estado como um todo. Analisando os dados dos censos industriais, constantes do gráfico 4, observamos pequena redução do número de estabelecimentos industriais, tanto no meio urbano nordestino quanto no cearense, contra um pequeno crescimento destes no meio rural, nos anos de 1970 e 1980, revertendo esta tendência, a partir do início da década de 80.

Gráfico 6
Localização das Indústrias Incentivadas
Ceará
1986



Fonte: SUDENE/BNB, 1992, p.31.

As conseqüências desta industrialização concentrada na região metropolitana são observadas, principalmente, pelo crescimento migratório campo-cidade, na busca de condições de sobrevivência, o qual produz: a redução da capacidade de atendimento econômico e social desta região, como geração de emprego, educação, saúde, transporte e lazer, provocando o surgimento e o crescimento de um grande “exército de reserva” de mão-de-obra, de favelização e marginalidade, entre outros.

2.3. Desaceleração das políticas de desenvolvimento industrial

A fase de crescimento induzido na economia nordestina, como também na cearense, sofre redução drástica, em decorrência, principalmente, da profunda crise fiscal e financeira que a atinge desde o início dos anos 80, colocando o planejamento regional em segundo plano. No gráfico 7, verificamos esta redução ao observarmos a queda tanto do número de projetos aprovados quanto dos recursos liberados através do FINOR. Tal redução teve início em 1986, e representou queda de 75,06% do total dos recursos liberados para o Nordeste, se compararmos a 1990 (ano de maior redução), quando o Ceará apresentou uma perda de 78,64%. Em relação ao número de projetos aprovados para o Nordeste, observa-se, a partir de 1989 (maior auge), uma redução de 37% do total, se compararmos a 1992 (ano de maior queda); o Ceará atingiu a maior perda, em torno de 37,8%; Pernambuco chegou a 17,8% e a Bahia, a 27,4%. (Estados que mais se beneficiaram com os recursos liberados).

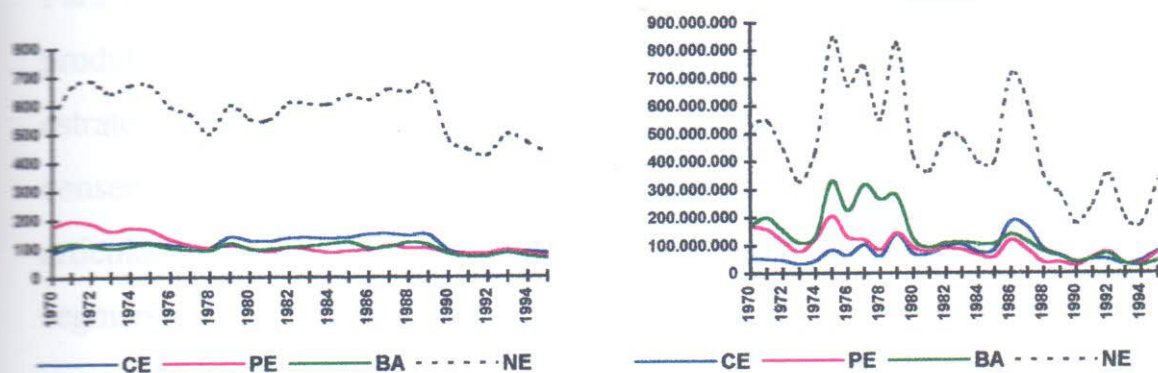
Segundo Suzigan(1988), o papel do estado em relação à indústria, a partir dos anos 80, passou a ser inteiramente passivo, sendo esta mudança de papel influenciada pela interrupção do fluxo de poupança externa e pela perda da capacidade de poupança e de investimento do estado, pois ambas levaram a reduzir o raio de manobra da política econômica. Isso ocorre porque, após o segundo choque do petróleo e a elevação das taxas de juros no mercado internacional(1979), agrava-se significativamente a situação do balanço de pagamentos, que juntamente com o estrangulamento externo impõe-se como a principal restrição macroeconômica ao crescimento. A

partir de então, observa-se predominância absoluta de preocupações de curto prazo da política macroeconômica e ausência de qualquer estratégia de longo prazo para o setor industrial.¹⁹

Gráfico 7

FINOR

Projetos e Recursos Liberados, Segundo os Estados do Ceará, Pernambuco e Bahia e o Nordeste
1970-1995



Fonte: Dados básicos fornecidos pela SUDENE. Elaboração nossa.

A preocupação da política econômica em reverter a crise no setor externo da economia provocou profunda recessão industrial em 1981-1983. Para Suzigan(1988), esta foi a pior recessão da história da industrialização brasileira, pois:

Em três anos (1981-1983), a produção industrial caiu cerca de 17%, os níveis de investimento foram reduzidos à metade, o nível de emprego na indústria caiu 20% (com perda de 940.000

¹⁹ Suzigan, 1988, p.11.

empregos), e a indústria passou a operar com uma capacidade ociosa de, em média, 25%.²⁰

Conforme Suzigan (1988), o estado tentou reorientar o desenvolvimento industrial entre os anos de 1985-1987, formulando através de órgãos do governo federal diversas estratégias de política industrial. Tais estratégias procuraram enfatizar a necessidade de atingir índices mais elevados de produtividade e, também, aumentar a eficiência da indústria. Para que isso acontecesse, eram necessárias a modernização da estrutura produtiva e a capacitação científica e tecnológica nacional. Nenhuma dessas estratégias, entretanto, chegou a ser implementada, revelando total falta de consenso em torno das metas estabelecidas, além da inexistência de articulação entre estado, iniciativa privada, comunidade acadêmica e outros segmentos da sociedade.

BCME - BIBLIOTECA

A reduzida possibilidade de se implementar uma estratégia industrial de longo prazo através do governo federal força a mudança da dinâmica do processo de industrialização para a região Nordeste. Para tanto, seus estados membros passam a ser os precursores de suas próprias estratégias de desenvolvimento industrial.

O estado do Ceará, a partir deste momento, busca ajustar-se à nova dinâmica e estrutura-se para dar início a um modelo de intervenção pública, com a finalidade de promover uma reestruturação produtiva, com base na sua reestruturação administrativa e financeira, conforme veremos no capítulo seguinte.

²⁰ Id. *ibid.*, p.12.

3. REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA NACIONAL E SUAS CONSEQÜÊNCIAS

BCME - BIBLIOTECA

Conforme o capítulo anterior, no Brasil a industrialização foi um processo regionalmente concentrado, tendo como suporte a esfera federal, que por meio de sua multiplicidade de ações induziu à concentração da atividade econômica nos grandes eixos urbanos.

Posteriormente, as mudanças no ambiente macroeconômico nacional, geradas pela intensa instabilidade econômica, com altas taxas de juros e de inflação, levam o estado federal a intensa crise fiscal e conseqüente esvaziamento das políticas de desenvolvimento regional.

No decorrer deste capítulo, porém, observaremos que mesmo em face destas perspectivas as forças do mercado tendem a dar continuidade à dinâmica de reestruturação iniciada pelo estado nacional e, juntamente com a reestruturação dos estados federados, buscam novo momento para sua expansão e dinamização.

Nesse novo momento, analisaremos a reestruturação administrativa e financeira ocorrida no estado do Ceará, enfatizada na melhoria da capacidade do estado para a indução do desenvolvimento industrial e, posteriormente, os efeitos desta reestruturação para a alavancagem do crescimento eqüitativo da economia do estado.

3.1. A reestruturação industrial nacional e a necessidade de reestruturação regional

O desenvolvimento industrial brasileiro mostra a consolidação dos grandes grupos econômicos nacionais no Centro-Sul, e a partir do momento em que a industrialização nacional concentrada nesta região avançou, forçou os demais espaços regionais a ajustarem sua estrutura produtiva conforme a presença e o avanço da região dinamizadora, uma vez que esses ajustamentos partiram de relações competitivas nas quais os impactos prevaletentes reduziam as possibilidades de os demais espaços regionais repetirem a experiência do Centro-Sul. Foi através de especializações, preenchendo os vazios deixados pela área mais industrializada, que as demais regiões encontraram caminhos para dinamizar suas economias.²¹

Posteriormente, observa-se o surgimento de um processo de integração produtiva, estruturado na transferência de capitais das regiões mais industrializadas para as demais, no intuito de se criar frentes de investimentos e ocupação de espaços econômicos, intrincados pela atuação intervencionista do estado, que favorece a consolidação de um centro hegemônico no país.

Este processo de integração produtiva, através da transferência de capital do Centro-Sul para o Nordeste, caracteriza-se pelo desenvolvimento diferenciado intra-regional, visto que esta desconcentração (ou expansão de capital do Centro-Sul) propicia a concentração da atividade econômica no

²¹ Ver Cano, 1977, 1985.

eixo urbano das regiões metropolitanas nordestinas. De acordo com a pesquisa da SUDENE (1992), 64,3% das indústrias do Nordeste que receberam incentivos - cerca de 547 (quinhentas e quarenta e sete) - localizavam-se, na sua maioria, nas Regiões Metropolitanas de Recife, Fortaleza e Salvador e nas demais capitais nordestinas, e as 35,7% restantes - cerca de 304 (trezentas e quatro) - situavam-se nos municípios do interior dos estados. (Ver tabela 3.1.1)

Esta integração produtiva estrutura-se na idéia de desenvolvimento polarizado, segundo o qual a concentração de atividades econômicas em determinado local constitui a base para obtenção do crescimento. Para a região nordestina, este processo está vinculado ao fato de no Centro-Sul passarem a predominar as deseconomias de aglomeração,²² forçando os empresários a buscar a ocupação de novos espaços capazes de oferecer melhores condições. Nessa perspectiva, a interferência do estado - planejamento regional - é conduzida por uma política de desconcentração concentrada em alguns pontos no espaço (pólos) nordestino,²³ cujo processo combina os interesses dos empresários à atuação do estado, facilitando a “reversão da polarização”, a qual, na análise de Richardson (1980), dá-se a partir do momento em que se observa um “ponto de mudança”, quando as tendências de polarização espacial na economia nacional dão lugar a um processo de “dispersão espacial” para fora da região central, em direção a outras regiões do sistema.

BCME - BIBLIOTECA

²² O crescimento da concentração urbana pode proporcionar desvantagens às empresas através do aumento dos custos decorrente do aumento dos preços de: terrenos, aluguéis, salários, entre outros. Para Steindl (1952), o capital se move no espaço em busca de lucro diferencial, tendo como elemento central a redução de custos.

²³ Azzoni, 1986, p.25.

Tabela 3.1.1

Número de Empresas, por Situação Operacional,
Segundo os Estados do Nordeste e a Localização

1986

<i>Estados e Localização</i>	<i>Em instalação</i>		<i>Situação Operacional</i>				<i>Total</i>	
	<i>Quantidade</i>	<i>%</i>	<i>Quantidade</i>	<i>%</i>	<i>Quantidade</i>	<i>%</i>	<i>Quantidade</i>	<i>%</i>
MARANHÃO	9	6,4	13	2,2	4	2,2	26	2,9
Capital	4	2,9	6	1,0	-	-	10	1,1
Interior	5	3,6	7	1,2	4	2,2	16	1,8
PIAUI	5	3,6	16	2,7	1	0,6	22	2,4
Capital	1	0,7	6	1,0	-	-	7	0,7
Interior	4	2,9	10	1,7	1	0,6	15	1,7
CEARÁ	38	27,1	108	18,3	34	18,8	180	19,8
Região Metro. Fortaleza	32	22,9	85	14,4	28	15,5	145	15,9
Interior	6	4,3	23	3,9	6	3,3	35	3,9
RIO GRANDE DO NORTE	10	7,1	45	7,6	12	6,6	67	7,4
Capital	1	0,7	16	2,7	6	3,3	23	2,6
Interior	9	6,4	29	4,9	6	3,3	44	4,8
PARAÍBA	17	12,1	57	9,7	19	10,5	93	10,2
Capital	9	6,4	31	5,3	8	4,4	48	5,2
Interior	8	5,7	26	4,4	11	6,1	45	5,0
PERNAMBUCO	23	16,4	144	24,4	54	29,8	221	24,3
Região Metro. do Recife	8	5,7	107	18,2	43	23,7	158	17,4
Interior	15	10,7	37	6,3	11	6,1	63	6,9
ALAGOAS	9	6,4	18	3,1	6	3,3	33	3,6
Capital	3	2,1	11	1,9	4	2,2	18	2,0
Interior	6	4,3	7	1,2	2	1,1	15	1,6
SERGIPE	3	2,1	27	4,6	2	1,1	32	3,5
Capital	-	-	13	2,2	1	0,6	14	1,5
Interior	3	2,1	14	2,4	1	0,6	18	2,0
BAHIA	15	10,7	127	21,6	35	19,3	177	19,5
Região Metro. Salvador	11	7,9	88	14,9	25	13,8	124	13,7
Interior	4	2,9	39	6,6	10	5,5	53	5,8
TOTAL NE	129	-	555	-	167	-	851	-
MINAS GERAIS ¹	11	7,9	34	5,8	14	7,7	59	6,5
TOTAL	140	100,0	589	100,0	181	100,0	910	100,0

Fonte: SUDENE/BNB, 1992, p. 31.

¹ Área mineira da SUDENE.

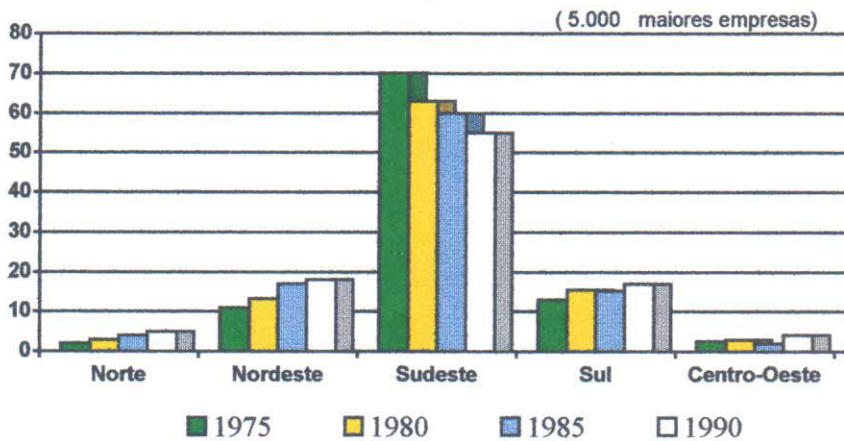
Nota: Situação em 31.12.86.

Como podemos observar no gráfico a seguir, o processo de desconcentração dos capitais do Centro-Sul não ocorre somente no período da indústria incentivada na região nordestina, continua se desenvolvendo

conforme sua própria dinâmica, o que pode ser demonstrado pela contínua redução percentual das maiores empresas no Sudeste. As regiões a ela subordinadas, todavia, buscam uma estruturação a fim de melhor se beneficiarem deste processo.(Gráfico 8)

BCME-BIBLIOTECA

Gráfico 8
Participação das Regiões (%)
1975-1990



Fonte: Guimarães Neto, 1994a, p. 18.

Segundo Diniz(1991), a concentração e a desconcentração econômicas do Centro-Sul, apontadas por Guimarães Neto(1994a), retratam a perspectiva de deseconomias de aglomeração, tendo em vista que uma região, a partir de certo nível de concentração, abre por si própria a possibilidade de desconcentração, embora esta requeira novas economias de aglomeração,²⁴ recriando portanto novas formas de concentração. Quer dizer,

²⁴ Como veremos mais detalhadamente no capítulo 5, as economias de aglomeração podem ser entendidas como vantagens advindas da redução dos custos unitários de produção, em face da localização das unidades produtoras com relativa proximidade umas das outras, e são normalmente divididas em economias de: escala, localização e urbanização.

tal processo só ocorre por haver economias de aglomeração em outras regiões.

O processo de desconcentração, contínuo no decorrer dos anos, apenas modificando sua forma a partir do momento em que o governo federal tem necessidade de implementar políticas de curto prazo para reverter a instabilidade econômica nacional, em meados dos anos 80, marca nova fase para a industrialização nordestina e cearense. Conforme Soares & Santos (1993), o esgotamento do sistema de planejamento regional promovido pelo governo federal conduz os estados - principalmente os do Nordeste - à falta de um direcionamento macrossetorial mais determinado a longo prazo, levando os governos estaduais a assumirem a responsabilidade de implementar políticas de desenvolvimento regional.

A redução do poder de intervenção financeira federal no processo força os próprios estados a serem os condutores de suas políticas de desenvolvimento, propiciando a oportunidade de uma nova macrodinâmica locacional dos novos investimentos, uma vez que os estados - de acordo com sua estrutura anterior - precisam de melhor distribuição das atividades econômicas em todo seu território. O processo contínuo de desconcentração dos capitais no Centro-Sul estimula a uma melhor estruturação econômica, fiscal e administrativa dos estados concorrentes, demonstrando não ser apenas uma guerra fiscal,²⁵ mas, sim, uma conjunção de infra-estruturas e de garantias para o retorno de tais investimentos.

²⁵ Conceitualmente, é difícil a definição rigorosa do que venha a se chamar de "guerra fiscal". De modo geral, o termo caracteriza os procedimentos de concessão generalizada pelos estados brasileiros de incentivos fiscais via Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e seu acoplamento à concessão de créditos subsidiados e vinculados ao recolhimento de ICMS. Para mais esclarecimentos ver Perobelli & Piancastelli, 1996.

Todos os estados brasileiros passam, a partir de então, a concentrar seus esforços nas políticas de atração de investimentos e na geração de empregos, baseadas em concessões fiscais derivadas do ICMS, ao invés de propriamente implementar políticas estáveis e duradouras. Isto ocorre, principalmente, em virtude das alterações no sistema tributário por meio da reforma constitucional de 1988, que proporcionou aos estados maior autonomia.²⁶

A igualdade de direitos para aplicação de políticas de concessão fiscal, como se observa no anexo 4, leva as diferentes estruturas administrativas dos diversos estados nordestinos à busca de diferenciais, para se beneficiarem mais efetivamente de tal processo. Observam-se pequenas diferenças entre as modalidades de incentivos e benefícios fiscais oferecidas pelos estados da região nordestina, sobressaindo a garantia de outras condições para o sucesso diante dos possíveis empreendedores. Entre estas, pode-se destacar a estabilidade financeira do estado como importante indício de credibilidade e atração de novos investimentos, conforme veremos a seguir.

BCME - BIBLIOTECA ▲

²⁶ Para Perobelli & Piancastelli (1996), as alterações no sistema tributário - via reforma constitucional de 1988 - tiveram o objetivo de buscar a descentralização do sistema como um todo, proporcionando maior autonomia aos governos locais, com apoio em dois fatores:

1. Em relação ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), cuja base de incidência foi ampliada com a incorporação dos impostos únicos preexistentes e dos tributos sobre serviços, passando a se denominar ICMS. De acordo com a sistemática vigente do ICMS, a estrutura de alíquotas é a seguinte:

- 17% para transações internas, no nível de estado, para bens de consumo final;
- 12% para transações interestaduais, excetuando-se as realizadas do Sul e Sudeste (excluindo-se o Espírito Santo) para o Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Espírito Santo, as quais são tributadas com alíquota de 7%;
- 13% nas transações de exportações;
- alíquota zero para as importações de insumos agrícolas tais como fertilizantes, inseticidas e sementes;
- isenções para vegetais, frutas, implementos agrícolas para o Nordeste e alguns estados da região Norte e para produtos agrícolas de exportação (sucos de fruta, frutas frescas, carnes não congeladas etc.).

2. Em relação ao aumento na participação da arrecadação tributária da União, por meio do aumento dos coeficientes de distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

3.2.A recente reestruturação administrativa e financeira do estado do Ceará

Analisando-se o comportamento das estruturas administrativas surgidas com a crise fiscal-financeira federal, podemos observar novo comportamento administrativo no estado do Ceará. Destarte, dá-se início ao denominado “Governo das Mudanças”, o qual procura romper com as práticas anteriores, no intuito de tornar o estado eficiente e capaz de comandar, como indutor, o processo de desenvolvimento econômico-social. Botelho(1994), baseado na concepção social-democrata, afirma que a solução para a crise da perda da eficácia do estado depende da reorganização sistêmica da máquina estatal.

Esta nova fase se configura na preocupação diante da necessidade de reestruturação espacial e produtiva, visto que, conforme o diagnóstico elaborado no “Plano de Mudanças”:

A distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Estado do Ceará,(...), é caracterizada por forte concentração em algumas microrregiões e na área metropolitana de Fortaleza.(...) Observa-se no interior, de modo geral, a falta de atividades produtivas estruturadoras da economia, capazes de gerar emprego, renda e produto que dêem suporte para a população. A busca de oportunidades para o desenvolvimento dessas atividades produtivas, em cada região e município, será

*preocupação máxima do Governo no seu propósito de viabilizar a interiorização do desenvolvimento do Estado.*²⁷

O exposto leva-nos a concluir que a forte concentração do parque industrial na Região Metropolitana de Fortaleza inviabiliza o desenvolvimento eqüitativo do estado, pois a indústria do interior, em sua maioria, centra-se em atividades marginais, de mercado reduzido, e não integradas aos processos mais dinâmicos de produção.

Diante deste panorama, inicia-se a estruturação de políticas com a finalidade de mudanças sociais e econômicas do estado do Ceará, tendo como objetivos gerais:

- acelerar a taxa de crescimento econômico, para obter melhor distribuição de renda, favorecendo as camadas mais necessitadas e as áreas menos desenvolvidas;

BCME - BIBLIOTECA

- assegurar a criação de empregos produtivos de acordo com uma política de investimento que contemple a melhoria da produtividade da economia de modo geral.

A consecução destes objetivos relacionava-se à necessidade de uma ampla reforma e modernização da administração pública, e, para tal, foram desenvolvidas estratégias para dotar o setor público de uma estrutura organizacional moderna e capaz, através da implementação do Sistema

²⁷ CEARÁ, Plano de Mudanças, 1987, p.45.

Estadual de Planejamento (SEP)²⁸ e do reordenamento das finanças públicas.²⁹

A estratégia de ajuste financeiro implementada pelo governo estadual visava principalmente à diminuição da necessidade de solicitar empréstimos, tanto do mercado como das autoridades monetárias federais; por isto, os ajustes objetivavam baixar o déficit corrente do governo em relação ao PIB estadual. Tais ajustes dirigiram-se, pois, à redução tanto do coeficiente da relação entre dívida pública e PIB estaduais como do coeficiente da relação entre serviço da dívida e PIB estaduais.³⁰

O saneamento das finanças públicas pode ser melhor compreendido ao analisarmos sua estrutura orçamentária ao longo dos anos. Entre 1981 e 1987, verificamos déficits crescentes em seu orçamento.³¹ Para o período de 1987-1988 há uma recuperação da ordem de 109,8%, com um superávit de Cr\$ 24,3 bilhões (a preços médios de 1991, US\$ 59,4 milhões), passando a gerar superávits orçamentários (excetuando-se o ano de 1989).(Tabela 3.2.1)

²⁸ Objetivos do SEP, conforme o Plano de Mudanças, 1987:

- Propiciar condições para dar coerência às ações de governo com referência a objetivos de médio e longo prazos;
- Assegurar o uso eficiente dos recursos disponíveis;
- Garantir o atendimento das prioridades;
- Reforçar a possibilidade de captação e internalização de recursos externos para o atendimento das prioridades;
- Institucionalizar os processos de decisão, como forma de defesa contra a prática clientelista e autoritária;
- Manter a flexibilidade de ação para assegurar o alcance dos objetivos;
- Reforçar a capacidade do estado no gerenciamento de suas atividades e na definição e execução de seus programas e projetos.

²⁹ Sanear as finanças públicas com medidas no campo tributário, especialmente nos sistemas de arrecadação e de fiscalização, paralelamente à racionalização das despesas públicas, com a finalidade de reduzir o déficit real do estado, e possibilitar a realização de seus compromissos.

³⁰ Amaral Filho, 1997, p.67.

³¹ Exceto em 1984, quando registrou-se pequeno superávit de Cr\$ 1,6 bilhão.

Tabela 3.2.1

Execução Orçamentária do Tesouro Estadual do Ceará
1979-1991Em Cr\$ milhões constantes¹

	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
I - RECEITAS CORRENTES	131.743.227	150.790.776	159.831.822	199.923.428	181.477.572	186.304.392	240.631.327	318.195.683	297.102.523	403.307.070	366.232.250	459.174.840	441.065.554
1.1 Receita Patrimonial	501.985	3.416.288	4.023.850	3.366.974	2.106.688	3.820.415	6.390.559	1.237.775	25.179.049	127.912.248	62.074.439	52.293.174	67.182.887
1.2 Receita Tributária	102.488.645	114.048.249	111.167.146	123.050.993	108.563.685	116.673.150	134.357.263	178.578.220	158.612.036	138.877.024	176.978.180	221.186.345	214.372.456
ICM/ICMS	99.114.189	110.715.625	107.913.538	119.109.253	106.237.445	114.837.464	131.855.934	174.310.975	151.250.156	134.041.741	172.636.639	215.072.830	209.238.793
1.3 Transferências Correntes	25.210.812	29.645.015	39.886.575	69.424.281	68.238.613	62.796.578	97.369.987	127.637.564	107.536.523	96.833.956	123.052.306	179.719.355	153.054.980
FPE	15.171.108	18.573.452	32.502.878	51.307.241	48.914.060	51.116.572	83.153.232	110.023.605	87.530.520	81.909.953	94.747.131	145.543.168	123.436.159
II - RECEITAS DE CAPITAL	56.612.775	118.147.794	79.799.711	44.365.833	3.522.209	14.232.934	22.075.672	15.421.925	91.703.651	91.882.741	49.619.004	47.738.140	26.501.481
2.1 Operações de Crédito	0,000	72.983.070	47.396.433	38.414.111	1.823.451	13.116.994	21.144.715	14.245.231	89.338.696	90.316.088	48.582.429	47.194.109	25.848.188
2.2 Transferências de Capital	56.612.775	45.150.780	32.403.277	5.951.722	1.689.373	1.115.940	925.696	1.176.693	2.364.955	1.543.229	621.343	0,000	612.182
III - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	188.356.002	268.938.571	239.631.533	244.289.261	184.999.781	200.537.326	262.706.999	333.617.607	388.806.157	495.189.811	415.851.253	506.932.979	467.567.036
IV - DESPESAS CORRENTES	143.623.543	168.499.699	184.360.041	238.116.476	223.821.847	180.178.202	286.214.201	354.414.084	538.355.820	303.932.583	331.281.881	342.600.484	306.616.033
4.1 Custeio	78.811.676	86.006.798	91.027.978	105.297.858	101.310.106	81.501.622	131.553.485	166.726.673	150.259.376	139.423.378	159.053.745	156.979.309	139.813.955
Pessoal	72.648.414	78.337.579	80.769.153	94.686.788	92.914.189	78.324.451	119.442.451	152.103.260	137.414.543	116.448.955	121.941.555	122.644.688	108.904.801
Transferências Correntes	64.839.755	82.492.901	93.325.423	132.818.618	122.511.741	98.676.580	154.660.716	187.687.464	388.096.444	164.509.205	172.228.136	185.621.176	166.802.078
Transferências Intergovernamentais	17.039.609	23.481.752	27.768.546	49.575.482	39.444.184	43.021.935	55.567.016	64.722.085	115.553.827	77.956.470	68.336.591	59.735.723	44.088.942
Transferências Intergovernamentais	19.549.535	22.603.278	22.244.053	24.534.697	22.583.971	24.319.814	27.869.161	38.413.555	34.696.023	28.703.260	44.004.391	56.778.358	57.143.369
Encargos da Dívida Interna	4.294.762	5.061.684	4.096.890	22.244.053	7.488.214	11.514.265	39.713.933	48.056.833	204.302.982	6.430.655	6.117.542	27.324.396	24.867.600
Encargos da Dívida Externa	230.993	6.679.192	16.540.280	18.650.995	29.490.290	991.529	1.905.232	727.223	413.680	17.343.655	17.581.315	32.483	1.206.773
V - DESPESAS DE CAPITAL	64.365.658	85.909.189	60.198.384	38.512.740	10.185.848	18.726.336	40.139.183	103.184.031	99.094.417	166.914.260	134.992.146	141.853.328	127.937.941
5.1 Investimentos	10.681.130	12.856.399	7.788.739	5.210.307	2.808.918	3.843.376	6.203.469	7.393.705	10.852.312	26.455.138	26.498.474	54.280.213	64.305.752
5.2 Transferências de Capital	45.039.228	53.503.256	34.860.083	27.170.459	5.713.031	12.866.502	30.377.290	78.579.828	85.321.333	72.715.077	107.547.303	86.596.613	60.478.680
Transferências Intergovernamentais	35.808.278	43.589.048	28.512.228	19.793.725	4.541.196	9.709.055	23.695.175	65.954.202	3.147.226	22.533.489	34.801.375	41.168.363	54.917.589
Transferências Intergovernamentais	5.493.949	4.489.979	3.047.767	3.302.355	235.976	514.760	4.474.747	266.805	44.747	105.571	682.734	515.457	0,000
Amortização da Dívida Interna	3.123.463	4.866.468	2.775.527	3.962.146	895.636	2.637.677	915.430	12.266.536	82.089.123	14.061.585	27.120.810	44.826.083	5.561.091
Amortização da Dívida Externa	557.761	292.825	418.321	61.218	33.519	0,000	226.484	75.731	40.236	36.014.432	44.942.101	86.711	0,000
VI - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	208.017.089	254.408.888	244.558.425	276.629.215	234.007.695	198.904.538	326.353.384	457.598.114	637.450.221	470.846.843	466.274.026	484.453.812	434.553.974
Superávit Orçamentário	(19.661.087)	14.529.683	(4.926.892)	(32.339.954)	(49.007.914)	1.632.778	(63.646.385)	(123.980.507)	(248.644.064)	24.342.968	(50.422.773)	22.479.167	33.013.062
Amortização	3.681.225	5.159.292	3.193.848	4.023.364	929.155	2.637.677	12.342.268	12.342.268	89.338.696	90.316.088	48.582.429	47.194.109	25.848.188
Operações de Crédito	0,000	72.983.070	47.396.433	38.414.111	1.823.451	13.116.994	21.144.715	14.245.231	89.338.696	90.316.088	48.582.429	47.194.109	25.848.188
VII - NECESS. DE FINANCIAMENTO ²	23.342.312	53.294.095	49.129.477	66.730.702	49.902.209	8.846.529	83.649.187	125.883.471	255.853.401	15.897.103	26.942.729	(20.197.852)	(12.725.965)
VIII - RECEITA EFETIVA ³	188.356.002	195.955.500	192.235.100	205.875.150	183.176.330	187.420.333	241.562.284	319.372.376	299.467.461	404.873.723	367.268.825	459.738.870	441.718.848
IX - NEC. FINANC./REC. EFETIVA	12,39	27,20	25,56	32,41	27,24	4,72	34,63	39,42	85,44	3,93	7,34	(4,39)	(2,88)

Fonte: Botelho, 1994, p.12.

¹ A preços médios de 1991, inflacionados pelo IGP-DI/FGV.² Necessidade de Financiamento = operações de crédito menos amortizações, menos superávit orçamentário.³ Receita efetiva = receita orçamentária menos operações de crédito.

Para Botelho (1994), um processo de ajuste fiscal em determinada unidade federada pode acarretar diversos impactos sobre a macroeconomia local, proporcionando, após um período inicial contracionista, a abertura de espaços para a dinamização da atividade privada, para a retomada dos investimentos e do crescimento econômico, pois as drásticas medidas implementadas para a redução das despesas e o aumento das receitas resultam na formação crescente de poupança em conta corrente.

De fato, verificamos que, entre os anos de 1987 e 1991, ocorre a formação crescente da poupança em conta corrente, principalmente como consequência de dois fatores: 1. o incremento de 46,3% nas receitas correntes líquidas, proveniente do crescimento da receita patrimonial, que em decorrência do uso efetivo da “conta única” e da introdução do Sistema Integrado de Contabilidade (SIC) proporcionou ao governo ganhos financeiros significativos, favorecidos pelo mecanismo inflacionário;

BCME - BIBLIOTECA

Tabela 3.2.2

Receitas Correntes Líquidas, Despesas Correntes Líquidas e Poupança Bruta em Conta Corrente

Ceará

1979-1991

Em Cr\$ milhões constantes¹

Discriminação	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
1.Receitas Correntes Líquidas	112.277	128.369	156.784	175.389	158.894	161.988	212.634	279.783	262.412	374.604	322.228	402.396	383.922
2.Despesas Correntes	143.623	168.499	184.360	238.116	223.821	180.178	286.214	354.414	538.355	303.932	331.281	342.600	306.616
3.Transferências a Municípios	19.466	22.422	3.048	24.535	22.584	24.316	27.997	38.413	34.690	28.703	44.004	56.778	57.143
4.Encargos da Dívida Interna e Externa	4.546	11.741	20.637	32.486	36.979	12.506	41.617	48.784	204.717	23.774	23.698	59.807	26.074
5.Despesas Correntes Líquidas 2-3-4	119.611	134.336	160.675	181.095	164.258	143.356	216.600	267.217	298.948	251.455	263.579	226.015	223.399
6.Poupança Bruta em Conta Correntes % ((5/1)-1) x 100	-6,53	-4,65	-2,48	-3,25	-3,38	11,5	-1,87	4,49	-13,92	32,87	18,20	43,83	41,66

Fonte: Botelho, 1994, p.81.

¹ A preços médios de 1991, inflacionados pelo IGP-DI/FGV.

2. a queda de 25,3% das despesas correntes líquidas, advinda da redução dos gastos com pessoal e da suspensão de várias rubricas. Quanto ao primeiro período - anos de 1987 e 1988 - o saldo positivo da poupança em conta corrente está bastante relacionado ao crescimento de 42,8% das receitas correntes líquidas e à redução de 88,4% nos encargos das dívidas interna e externa, o que contribui diretamente na redução de 43,5% das despesas correntes. (Tabelas 3.2.1 e 3.2.2)

O crescimento da poupança bruta em conta corrente, de 32,87%, 18,20%, 43,83% e 41,66%, para os anos de 1988-1991, propicia ao governo a oportunidade de aumentar seus investimentos com recursos próprios. Isso ocorreu principalmente no ano de 1988, quando o governo estadual já havia elaborado seu plano de ação, com as novas programações e diretrizes, gerando um incremento no investimento total, se compararmos ao ano de

Tabela 3.2.3
Valor e Variação do Investimento Total
Ceará
1979-1991

Em Cr\$ milhões constantes¹

Anos	Investimento Total	Variação %	Investimento Administração Direta	Variação %	Receita Líquida para Investimento	IAD/RLI
1979	60.684,433	-	19.326,430	-	44.732,459	43,20
1980	80.749,897	33,07	32.405,933	67,68	27.455,802	118,03
1981	57.004,536	-29,41	25.338,301	-21,81	7.875,059	321,75
1982	34.489,376	-39,50	11.342,281	-55,24	-32.241,326	-35,18
1983	9.256,693	-73,16	4.472,817	-60,57	-40.645,516	-11,00
1984	16.088,659	73,81	5.859,834	31,01	7.242,130	80,91
1985	38.997,269	142,39	9.761,893	66,59	-44.651,917	-21,86
1986	90.841,763	132,94	24.604,203	152,04	-35.041,708	-70,21
1987	16.965,058	-81,32	13.773,085	-44,02	-238.888,359	-5,77
1988	116.838,243	588,70	94.199,183	583,94	100.941,140	93,32
1989	62.929,673	-46,14	27.444,643	-70,87	35.986,944	76,26
1990	96.940,534	54,05	55.256,715	101,34	117.138,386	47,17
1991	122.376,850	26,24	67.459,261	22,08	135.102,815	49,93

Fonte: Botelho, 1994, p.14.

¹ A preços médios de 1991, inflacionados pelo IGP-DI/FGV.

1987, de 588,70% (tabela 3.2.3). Para Botelho(1994), este investimento é “equivalente a 31,18% das receitas correntes líquidas, dos quais 100% financiados com recursos próprios (IAD/RLI³² =93,32%)”³³, mostrando que a eficiência e a eficácia do processo de reestruturação promovido nas finanças estaduais levou à diminuição da necessidade de financiamento, à criação de poupança e à retomada da capacidade de investir do estado.³⁴

Este reordenamento das finanças visava, precipuamente, à melhoria das condições financeiras do estado para dar sustentáculo às suas políticas de desenvolvimento econômico regional, políticas estas, conforme o Plano de Mudanças (1987), direcionadas à prioridade de integração econômica do estado, através de:

- priorização da localização de investimentos governamentais no interior do estado;
- integração das ações governamentais dos diversos setores com vistas ao atendimento das prioridades de cada região;
- promoção da oferta de serviços urbanos conforme as necessidades de cada município, respeitando as relações interurbanas e os interesses das comunidades;
- aproveitamento das oportunidades geradoras de emprego e renda nas regiões mais carentes do estado;

³² Investimento da administração direta (IAD) = despesas de capital menos transferência de capital
Receita líquida para investimento (RLI) = receita orçamentária menos operações de crédito, menos despesas correntes.

³³ Botelho, 1994, p.82.

³⁴ Segundo a análise de Botelho, 1994, a expansão da capacidade de investimento adquirida pelo estado, com recursos próprios, não significa que o mesmo possa prescindir de fontes de financiamento exógenas, uma vez que a base econômica de onde provém a maior parte dos recursos fiscais do governo estadual é, ainda, notoriamente limitada e as demandas de infra-estrutura econômica e social são acentuadamente inelásticas.

- promoção da integração sócio-econômica das áreas circunvizinhas compatibilizando o desenvolvimento urbano com o rural quanto aos aspectos físicos, econômicos e sociais.

A mudança de concepção do governo do estado do Ceará quanto à localização dos empreendimentos industriais incentivados visa reverter os efeitos da metropolização ocorrida em anos anteriores, com a finalidade de obter maior integração intra-estadual, marcando a nova fase de políticas de desenvolvimento voltadas para a desconcentração espacial, baseada na atração de capitais não somente do Centro-Sul do país, mas, também, do exterior.

BCME - BIBLIOTECA

3.3 Ajuste e continuidade da reestruturação administrativa e financeira cearense

A expectativa de crescimento gerada à economia do estado propicia nova dinâmica à industrialização cearense, mais notadamente no início dos anos 90, com base em concessões financeiras e apoio de infraestrutura.³⁵ Tal dinâmica está atrelada ao melhor aproveitamento dos espaços

³⁵ A política industrial do estado do Ceará para os anos 90 é composta de:

- **Apoio Governamental:** Oferecimento de terrenos por parte do governo estadual e municipal em dimensões compatíveis com os projetos e provendo-os de sistema de abastecimento d'água; rede elétrica e telefônica e, ainda, rede de gás natural nas regiões em que este é disponível.
- **Incentivos Financeiros:** Concessão de incentivos, via Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI), nas seguintes condições:
 - * Plantas industriais localizadas na RMF são beneficiadas com um empréstimo de 45% do ICMS, recolhido mensalmente pela empresa, com carência de 36 meses. Ao devolver cada parcela, o investidor tem um rebate de 40% do valor devido, corrigido pelo Índice de Preços de Mercado (IGPM) da Fundação Getúlio Vargas. O prazo do benefício é de seis anos ou 72 parcelas, prorrogável por igual período, em caso de ampliação da indústria.

regionais, que conforme Brito & Bonelli (1996) pode encontrar-se em contraposição às tendências tradicionais de políticas de desenvolvimento regional, talvez relacionada a um “desenvolvimento endógeno dos espaços regionais”.³⁶ Isso ocorreu em virtude do fortalecimento da divisão político-administrativa do estado do Ceará em Áreas de Desenvolvimento Regional (ADRs), cuja finalidade é o dimensionamento e divisão das ações a serem implementadas com o objetivo de reverter as disparidades existentes, promovendo o desenvolvimento em todos os espaços do estado.

Neste intuito chegamos à constatação de Hirschman (1958), segundo a qual o poder público conta com instrumentos capazes de contornar os problemas dos desequilíbrios regionais, e para isso dispor-se-ia de um programa de investimentos adequado e de um sistema fiscal condizente com as necessidades.

* Plantas industriais localizadas fora da RMF são beneficiadas com um empréstimo de 75% do ICMS, recolhido mensalmente pela empresa, com carência de 36 meses. Ao devolver cada parcela, o investidor terá um rebate de 75% do valor devido, sem qualquer correção, por se tratar de indústria pioneira. O benefício dar-se-á de acordo com a distância da RMF, da seguinte forma: até 300km, de 300 a 500km e acima de 500km, por dez, treze ou quinze anos respectivamente.

- **Linhas de Crédito:** Linhas especiais para financiamento a longo prazo, no Banco do Estado do Ceará e nos demais bancos de desenvolvimento federais.
- **Benefícios Especiais:** Concessão nas formas de isenção/ deferimento de ICMS no caso de importação de bens de capital para a indústria. Através de requerimento à Secretaria da Fazenda, será incorporada ao ativo fixo da empresa a respectiva parcela do ICMS, que só será recolhido à Fazenda Estadual quando da alienação do bem.
- **Outros:** Criação do Programa de Competitividade Industrial (PCI), o qual tem por objetivo o apoio ao incremento da produtividade, via financiamento para investimentos fixos e capital de giro. O benefício é dado às empresas industriais com sede e foro no estado do Ceará, o prazo é de três anos e com juros de 12% a.a., mais atualização financeira.
- **Incentivos Federais:** Concessão de incentivos via FINOR, por meio da isenção de imposto de renda sobre os resultados operacionais da indústria por dez anos, bem como a aplicação de imposto de renda gerado em outras regiões do país por empresas do mesmo grupo.

³⁶ Brito & Bonelli, 1996, p.1.

Segundo Amaral Filho(1997), o fenômeno ocorrido na economia cearense pode-se caracterizar como:

Um caso típico de crescimento ou desenvolvimento endógeno, cuja principal fonte geradora da mudança de regime de crescimento, como da aceleração e estabilização deste, são os agentes locais.³⁷

Com isso o governo local assume o papel de criar condições objetivas e subjetivas capazes de gerar um bom ambiente, a fim de que o setor privado adquira confiança e estímulo para participar mais efetivamente no investimento, na produção e no crescimento locais.³⁸

O argumento de Botelho (1994) para a melhoria das condições econômicas cearenses é que:

Considerando o multiplicador keynesiano do investimento ($\alpha = 1/1-c(1-t)$) maior do que a unidade, ao longo do período 1985-91, pode-se afirmar, com grande probabilidade, que o ajuste fiscal realizado pelo Governo do Estado possibilitou uma expansão significativa na contribuição do Governo à formação de capital, visto que propiciou uma fonte adicional de dinamismo para a ampliação da capacidade produtiva (via incremento na infra-estrutura de energia, transporte, comunicação e saneamento) no plano estritamente econômico.³⁹

³⁷ Amaral Filho, 1996, p.71.

³⁸ Id. ibid., p. 71.

³⁹ Botelho, 1994, p.101.

Nesta nova fase da industrialização cearense, as melhorias nas condições de infra-estrutura desempenharam papel importante para a consecução dos objetivos. Através da variação crescente de dois fatores estruturantes: o consumo da energia elétrica industrial e o volume de água distribuída nos últimos anos, podemos observar o crescimento sistemático da indústria cearense.

Em relação ao consumo de energia elétrica, verifica-se que a indústria cearense, se comparada às demais indústrias nordestinas, alcançou significativo incremento nos anos de 1991-1995. O Ceará, como estado de maior desempenho, obteve uma taxa de crescimento de 20,8%, além de ser o único com resultado positivo em todos os anos, mostrando-se bem superior aos estados da Bahia (crescimento de 8,4%) e Pernambuco (redução de 3,1%), conforme tabela 3.3.1.

Tabela 3.3.1
Variação do Consumo Industrial de Energia Elétrica,
Segundo os Estados do Nordeste
1991-1996

Estados	Variação					
	1992/91	1993/92	1994/93	1995/94	1996/95	1995/91
Maranhão	1,5	-0,3	0,6	0,4	0,4	2,2
Piauí	-5,0	3,5	7,4	-1,0	-0,1	4,5
Ceará	2,1	7,8	0,6	9,2	9,9	20,8
Rio Grande do Norte	-0,8	8,2	1,1	11,0	13,9	20,4
Pernambuco	-4,9	6,7	-1,8	-2,8	2,8	-3,1
Alagoas	9,3	-4,4	2,5	-7,7	2,1	-1,0
Sergipe	-2,7	7,0	0,2	0,2	4,8	4,5
Bahia	8,4	0,4	4,8	4,8	10,9	8,4
Nordeste	3,5	1,2	2,2	2,2	5,6	5,5

Fonte: SUDENE, 1997, p.57.

No que diz respeito ao volume de água distribuído para o período de 1991-1995, verifica-se expressivo desempenho obtido pelo estado do Ceará, da ordem de 85,1%, passando de um fornecimento de 109.667 milhões de metros cúbicos no ano de 1991 para 202.989 milhões em 1995. Deve-se ressaltar, também, o crescimento do número de domicílios particulares com abastecimento d'água, onde se verifica um ganho de participação da ordem de 141,87%, o maior desempenho entre os estados do Nordeste, no período de 1980-1991.⁴⁰ Os dados da tabela 3.3.2 para o ano de 1991, contudo, fazem-nos constatar a exigência de continuidade das políticas de recursos hídricos, pois mais da metade da população cearense (57,31%), principalmente a do interior do estado, ainda não possui sistema de abastecimento.

BCME - BIBLIOTECA

Tabela 3.3.2

Variação do Volume de Água Distribuído e de Domicílios Abastecidos,
Segundo os Estados do Nordeste
1980 - 1991 - 1996

Estados	Variação volume distribuído						Domicílios abastecidos		
	1992/91	1993/92	1994/93	1995/94	1996/95	1995/91	Total 1980	Total 1991	Variação 1991/80
Maranhão	9,1	3,0	4,1	1,0	5,2	18,2	17,87	35,25	97,26
Piauí	3,6	6,1	16,6	3,7	-0,1	32,9	26,71	48,96	83,30
Ceará	3,8	-6,5	63,4	16,7	4,0	85,1	17,65	42,69	141,87
Rio Grande do Norte	5,2	3,2	3,9	6,9	1,8	20,6	37,85	62,73	65,73
Paraíba	6,6	-1,3	3,9	6,6	0,4	16,4	36,27	58,57	61,48
Pernambuco	12,3	-11,7	2,1	19,8	-0,2	21,3	41,90	65,72	56,85
Alagoas	11,9	10,7	9,4	-5,1	0,0	28,7	33,25	52,55	58,05
Sergipe	65,6	9,8	6,5	4,8	0,0	102,9	42,31	65,57	54,98
Bahia	7,1	7,9	7,5	8,1	0,8	34,2	34,68	52,22	50,58
Nordeste	10,0	0,4	9,3	9,3	1,2	31,9	31,59	52,74	66,95

Fonte: SUDENE, 1997, p.66-67.

⁴⁰ O crescimento da quantidade de água ofertada teve como fator importante as grandes estiagens ocorridas entre os anos de 1989 e 1993, as quais provocaram sérias crises de abastecimento nos estados nordestinos, principalmente nas capitais. No estado do Ceará, a solução para o abastecimento foi providenciada via construção de um canal para transposição de água para a Região Metropolitana de Fortaleza, mais conhecido como Canal do Trabalhador.

As conseqüências da continuidade das políticas implementadas pelo setor público e o reordenamento dado aos objetivos das novas políticas para o setor industrial concretizam-se ao analisarmos as variáveis econômicas que identificam a existência das alterações ocorridas. O êxito das políticas de finanças públicas implementadas para os anos posteriores evidencia-se ao compararmos a evolução da economia cearense à dos demais estados da região nordestina.

Primeiramente, poderemos verificar este bom resultado através das taxas de arrecadação de tributos. O Ceará é o único estado da região com taxas de crescimento de arrecadação do ICMS positivas para o período de 1990-1994, de 3,18%, contra -2,68% e -9,59% da Bahia e de Pernambuco, respectivamente. É importante destacar ainda que, para o mesmo período, as regiões mais desenvolvidas do país apresentaram taxas negativas, ou seja,

Tabela 3.3.3
Taxas de Crescimento do ICMS em Relação ao Ano Anterior,
Segundo as Regiões e o Brasil
1990-1994

<i>Regiões</i>	1991/90	1992/91	1993/92	1994/93	1994/90
Nordeste	-1,94	-4,46	-3,21	5,55	-4,07
Maranhão	-1,49	-0,72	-5,89	6,48	-1,61
Piauí	3,08	-5,63	-4,67	4,52	-2,71
Ceará	2,22	-5,67	-1,31	7,93	3,18
Rio Grande do					
Norte	-6,36	-5,82	-5,11	7,36	-9,93
Paraíba	-0,38	-7,09	-7,01	4,33	-10,15
Pernambuco	-2,42	-6,54	-4,36	3,73	-9,59
Alagoas	-2,75	-6,66	-9,35	8,06	-10,7
Sergipe	0,04	-7,97	-4,22	10,79	-1,36
Bahia	-3,67	-1,94	-1,18	4,12	-2,68
Norte	-5,29	-12,73	0,12	7,61	-10,3
Sudeste	-2,82	-3,96	-3,67	4,96	-5,49
Sul	-3,49	-3,58	-2,45	6,92	-3,1
Centro-Oeste	-0,78	-3,61	-4,16	36,49	27,94
Brasil	-2,87	-4,26	-3,31	5,77	-4,67

Fonte: Perobelli & Piancastelli, 1996, p.14.

-5,49% e -3,1% para Sudeste e Sul, respectivamente, levando à queda de -4,67% no âmbito nacional. (Tabelas 3.3.3 e 3.3.4.)

O êxito das políticas fiscais do estado do Ceará, em Perobelli & Piancastelli (1994), evidencia-se quando da observação do *ranking* dos estados com maiores receitas de ICMS, para os anos de 1990 e 1995, pois verifica-se um aumento na participação da arrecadação de 1,68% para 2,01%, passando da 12^a para a 11^a colocação, no referido *ranking*.⁴¹

BCME - BIBLIOTECA

Tabela 3.3.4
Participação dos Estados do Nordeste na Arrecadação do IPI
1991-1996

Estados	Participação (%)					
	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Maranhão	4,17	4,16	5,09	5,32	4,37	4,28
Piauí	4,58	5,40	4,95	5,05	4,99	4,93
Ceará	11,49	10,86	10,52	10,67	13,57	13,33
Rio Grande do Norte	3,07	2,91	2,77	2,86	3,83	4,77
Paraíba	7,81	7,04	6,45	6,74	7,19	6,62
Pernambuco	27,79	27,07	25,95	24,15	23,92	23,51
Alagoas	2,56	2,56	4,11	3,93	3,59	4,30
Sergipe	1,86	1,74	1,84	2,14	1,87	1,74
Bahia	36,65	38,27	38,31	39,12	36,67	36,52
Nordeste	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte : SUDENE, 1997, p.147.

Outro fator importante é o aumento da participação do Ceará, em relação aos estados nordestinos, na arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que demonstra sinais claros do maior crescimento da indústria cearense nos últimos anos, em relação aos demais estados nordestinos. A indústria cearense, que detinha 11,5% da participação da arrecadação de IPI para o ano de 1991, chega a uma média de 13,5% nos

⁴¹ Perobelli & Piancastelli, 1994, p.21.

anos de 1995 e 1996, contra a redução de 27,8% para 23,5% da indústria pernambucana.

A constatação mais evidente é que, nesta década de profunda instabilidade econômica, praticamente sem crescimento - o PIB nacional cresceu 17% no período - a economia cearense obtém bom desempenho, em decorrência da sua expansão industrial, conseguindo aumentar sua participação tanto no Produto Interno Bruto (PIB) regional quanto no nacional.

A tabela 3.3.5 fornece os dados sobre a participação relativa dos estados do Nordeste e das demais regiões no PIB brasileiro, nos anos de 1985 a 1994, e indica que a economia cearense obteve significativo crescimento, passando de 1,66% para 1,81% no PIB nacional. Tal resultado contribui para manter a tendência de estabilidade do crescimento da economia nordestina no período (cerca de 14% a.a), contrapondo-se à participação dos estados da região Sudeste - principalmente São Paulo - que mostram tendência de retração nos últimos anos.

O crescimento da participação cearense revela-se significativo, principalmente pelo fato de os estados da Bahia e Pernambuco apresentarem retração ao longo dos anos, levando-nos à conclusão de que o estado do Ceará passa a ocupar mais espaço dentro da economia da região, ganhando terreno sobre as duas maiores economias. A economia pernambucana teve a maior queda de participação no PIB, passando de 24,6% em 1970 para apenas 16,8% no ano de 1996, o que mostra que a economia cearense tende a ultrapassar esta última, pois vem mantendo crescimento constante e

equilibrado ao longo das duas últimas décadas, passando de 12,2% em 1970 para 16,4% em 1996. (Ver gráfico 9 e tabela 3.3.6)

Tabela 3.3.5

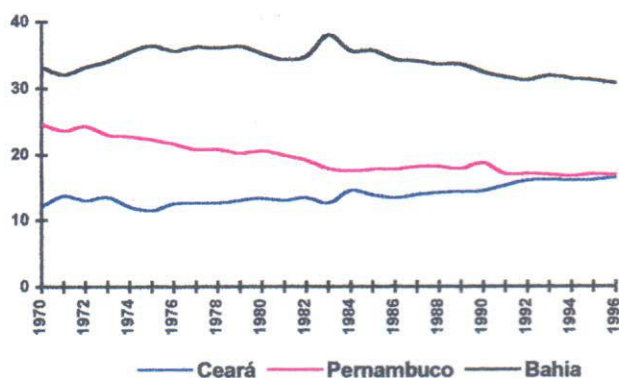
Participação Relativa dos Estados do Nordeste e Demais Regiões no PIB Brasileiro
1985-1994

Regiões	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Nordeste	13,93	14,18	14,09	14,10	14,29	14,02	14,15	13,90	14,32	13,97
Maranhão	1,00	1,13	1,11	1,16	1,15	1,14	1,08	1,05	1,12	1,15
Piauí	0,43	0,47	0,44	0,46	0,44	0,49	0,45	0,41	0,48	0,48
Ceará	1,66	1,70	1,65	1,65	1,64	1,67	1,83	1,85	1,86	1,81
Rio Grande do Norte	0,88	0,93	1,05	1,06	1,08	0,91	0,99	0,89	0,93	0,96
Paraíba	0,71	0,73	0,76	0,70	0,73	0,80	0,80	0,77	0,79	0,78
Pernambuco	2,49	2,46	2,54	2,54	2,70	2,55	2,74	2,63	2,64	2,50
Alagoas	0,74	0,67	0,74	0,68	0,73	0,85	0,79	0,79	0,77	0,77
Sergipe	0,70	0,79	0,80	0,74	0,78	0,81	0,75	0,76	0,69	0,66
Bahia	5,31	5,29	5,01	5,11	5,05	4,80	4,72	4,77	5,03	4,86
Norte	4,36	4,52	4,65	4,80	5,06	5,02	4,89	4,63	4,79	4,82
Sudeste	59,07	58,64	58,97	59,08	58,76	58,50	59,03	58,55	56,64	56,57
Sul	17,36	17,07	16,49	15,82	15,58	15,85	15,26	16,56	17,32	17,55
Centro-Oeste	5,28	5,59	5,79	6,20	6,31	6,61	6,66	6,36	6,94	7,08

Fonte: Lavinias, Garcia & Amaral, 1997, p.17.

Gráfico 9

Participação do PIB a Custo de Fatores,
Segundo os Estados do Nordeste
1970-1996



Fonte: SUDENE, 1997. Elaboração nossa.

Tabela 3.3.6

Participação do PIB a Custo de Fatores,
Segundo os Estados do Nordeste

1970-1996

	Participação																										
	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Maranhão	6,3	5,7	5,6	5,6	6,3	6,1	6,0	5,7	6,1	6,4	6,8	6,8	7,1	6,4	6,8	6,5	7,8	7,2	8,3	8,7	8,4	9,1	8,8	9,0	9,0	9,0	9,3
Piauí	3,2	3,4	3,2	3,4	3,3	3,3	3,5	3,5	3,6	3,5	3,5	3,6	3,6	3,0	3,4	3,7	4,0	3,9	4,1	4,0	4,4	4,4	3,8	4,0	4,4	4,4	4,4
Ceará	12,2	13,7	13,0	13,5	12,0	11,5	12,5	12,6	12,6	13,0	13,3	13,8	13,4	12,6	14,5	13,8	13,4	13,9	14,2	14,3	14,4	15,2	16,0	16,1	16,0	16,0	16,4
Rio Grande do Norte	4,6	5,4	5,3	5,2	4,8	4,9	5,1	5,1	4,9	5,0	5,5	5,5	5,5	5,3	5,9	5,4	6,2	6,5	6,3	6,8	6,0	6,6	6,7	6,5	6,6	6,6	6,7
Paraíba	6,4	7,1	6,5	6,7	6,3	6,2	6,1	6,0	6,3	6,1	5,5	5,8	5,6	5,3	5,2	5,6	5,7	5,6	5,8	6,0	6,4	6,1	6,2	6,2	6,6	6,7	6,9
Pernambuco	24,6	23,6	24,3	22,9	22,7	22,2	21,6	20,7	20,8	20,1	20,5	19,8	19,1	17,8	17,5	17,7	17,7	18,1	18,1	17,8	18,7	17,0	17,1	16,9	16,7	17,0	16,8
Alagoas	5,5	5,3	5,1	5,0	5,2	5,7	5,6	5,9	5,7	5,4	5,5	6,6	6,5	6,5	5,9	6,5	5,9	6,2	5,1	5,2	5,8	5,8	5,9	5,5	5,6	5,5	5,3
Sergipe	4,0	3,8	3,8	3,7	3,9	3,8	4,0	4,1	4,0	4,1	4,2	4,6	4,5	5,1	5,2	5,1	4,9	4,4	4,2	3,6	3,7	4,0	4,3	3,9	3,6	3,5	3,5
Bahia	33,2	32,1	33,2	34,1	35,4	36,4	35,6	36,2	36,1	36,3	35,2	34,3	34,8	38,0	35,6	35,7	34,3	34,1	33,6	33,6	32,4	31,7	31,2	31,9	31,4	31,2	30,7
Nordeste	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: SUDENE, 1997, p.348-352.

Esta tendência pode ser melhor compreendida quando se observa a taxa de crescimento da curva ajustada do PIB regional, para o período de 1985 a 1994, elaborada em Lavinias, Garcia & Amaral (1997), na qual se verifica que o desempenho positivo da economia cearense deve-se ao melhor desempenho do PIB industrial do Ceará, em relação ao dos outros estados nordestinos, uma vez que nos setores agropecuário e de serviços a economia cearense manteve-se, relativamente, no mesmo nível.

Através da pauta de exportações cearenses, percebe-se o impacto do crescimento do setor industrial, pois observa-se um incremento da participação dos produtos de maior valor agregado, na qual a economia cearense vem obtendo aumentos significativos em suas exportações ao longo da década de 90 - excetuando-se 1992 com queda de 9,5% - aumentos estes compostos, principalmente, pelo crescimento da exportação dos produtos industrializados e, conseqüentemente, pela redução de produtos básicos.

Desse modo, verificamos na tabela 3.3.7 a queda da participação da exportação dos produtos básicos no ano de 1980 de 66,5% para 52,2% no ano de 1996, e o crescimento dos produtos industrializados na participação nas exportações cearenses, os quais passaram de 33,3% para 46,1% em igual período.

Quanto ao incremento registrado nas exportações de produtos industrializados, saliente-se a maior participação dos produtos manufaturados, principalmente nos anos de 1993 e 1994, quando chegaram a 75%, mostrando que o crescimento recente da indústria cearense se faz nos ramos de maior valor agregado do setor.

Tabela 3.3.7

Valor e Participação das Exportações e Importações por Fatores Agregados

Ceará

1980-1996

Ano	Exportação ¹						Importação ¹						Saldo	
	Total Geral	%	Prod. Básico	Prod. Industrializados			Total Geral	%	Prod. Básico	Prod. Industrializados			Total Geral	%
				Total	Semina nufatu.	Manuf.				Total	Semina nufatu.	Manuf.		
1980	156.224	-	66,5	33,3	63,2	36,8	112.487	-	70,2	29,4	5,1	94,9	43.737	-
1981	173.099	10,8	71,2	28,3	50,6	49,4	105.166	-6,5	86,9	12,9	24,4	75,6	67.933	55,3
1982	155.730	-10,0	68,6	30,2	48,3	51,7	105.523	0,3	72,6	26,9	17,7	82,3	50.207	-26,1
1983	165.626	6,4	59,5	39,5	37,9	62,1	89.595	-15,1	70,3	29,2	10,3	89,7	76.031	51,4
1984	203.041	22,6	59,7	39,4	33,8	66,2	69.130	-22,8	87,0	12,0	34,2	65,8	133.911	76,1
1985	216.094	6,4	68,5	30,4	34,4	65,6	91.855	32,9	68,3	31,4	7,4	92,6	124.239	-7,2
1986	197.496	-8,6	71,2	28,0	41,9	58,1	93.950	2,3	54,0	45,5	14,0	86,0	103.546	-16,7
1987	229.403	16,2	63,3	35,9	35,5	64,5	82.322	-12,4	63,6	36,4	19,6	80,4	147.081	42,0
1988	262.014	14,2	58,9	40,5	44,2	55,8	58.104	-29,4	23,3	76,7	19,0	81,0	203.910	38,6
1989	219.595	-16,2	56,3	43,0	38,9	61,1	123.001	111,7	37,2	62,8	25,4	74,6	96.594	-52,6
1990	230.569	5,0	56,1	42,5	41,8	58,2	113.705	-7,6	41,7	58,2	21,4	78,6	116.864	21,0
1991	270.419	17,3	56,0	43,0	34,4	65,6	164.618	44,8	40,2	59,8	13,0	87,0	105.801	-9,5
1992	303.590	12,3	56,9	42,1	29,3	70,7	238.937	45,1	39,4	60,5	14,0	86,0	64.653	-38,9
1993	274.825	-9,5	55,4	43,7	25,0	75,0	389.551	63,0	31,8	68,2	40,8	59,2	-114.726	-277,4
1994	334.861	21,8	43,6	42,8	24,2	75,8	545.778	40,1	26,3	72,7	39,6	60,4	-210.917	-83,8
1995	352.131	5,2	53,6	45,4	34,1	65,9	656.785	20,3	26,3	71,8	35,4	64,6	-304.654	-44,4
1996	380.434	8,0	52,2	46,1	32,5	67,5	817.920	24,5	23,1	76,6	49,2	50,8	-437.486	-43,6

Fonte: SUDENE, 1997, p.175, 181, 196, 202, 217. Elaboração nossa.

¹ Valor FOB (US\$ 1.000).

Este incremento significa melhoria na participação da economia cearense no cenário regional, pois à medida que a participação das exportações cearenses mantém crescimento estável ao longo dos últimos quinze anos, passando de 6,7% em 1980 para 9,9% em 1996, a participação da segunda maior economia da região - Pernambuco - registra enorme recuo, caindo de 20,7% para 8,8%. Deve-se mencionar o estado do Maranhão, que passa de 0,5% para 17,7%, enquanto os outros estados mantêm relativo equilíbrio.(Tabela 3.3.8)

No que diz respeito à pauta de importações cearense, saliente-se que, apesar de certa irregularidade nos últimos quinze anos, observam-se sinais de regularidade a partir do final dos anos 80 e início dos anos 90, devendo-se mencionar o incremento de 111,7% ocorrido em de 1989. Cabe

também destacar a transformação radical ocorrida na composição das importações cearenses, que no início dos anos 80 chegava a ser composta de 87% de produtos básicos e apenas 12% de produtos industrializados. Destarte, com o crescimento da estrutura da economia cearense, esta composição passa em 1996 para 23,1% e 76,6%, com os respectivos produtos.

Tabela 3.3.8
Participação das Exportações,
Segundo os Estados do Nordeste
1980-1996

Estados	Participação																
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Maranhão	0,5	0,5	0,4	0,7	1,0	3,3	8,0	9,7	15,5	16,0	14,6	16,7	14,1	15,4	16,4	15,8	17,7
Piauí	0,8	0,8	0,8	0,7	0,6	0,7	0,8	1,2	1,4	1,3	1,1	1,4	1,3	2,1	1,5	1,6	1,6
Ceará	6,7	6,4	7,9	7,0	7,5	8,6	9,8	10,0	9,0	7,6	7,6	9,5	10,0	9,1	9,6	8,3	9,9
Rio Grande do Norte	2,4	2,3	2,4	1,8	1,6	1,7	1,4	2,1	2,1	2,5	2,9	2,8	2,4	2,7	2,5	1,9	2,5
Paraíba	2,1	2,2	1,8	2,1	2,3	1,9	2,4	1,7	1,8	2,3	1,7	2,0	1,9	2,3	2,4	2,0	2,7
Pernambuco	20,7	19,0	14,0	11,9	12,8	10,4	12,5	11,0	12,0	11,2	13,2	11,8	11,6	11,5	10,6	13,5	8,8
Alagoas	18,4	15,6	9,9	10,1	8,8	7,5	8,3	7,5	6,6	5,3	9,6	9,5	8,0	7,9	6,9	11,0	7,5
Sergipe	0,5	5,3	8,5	1,0	1,3	1,2	0,8	1,1	1,2	1,0	1,3	0,9	1,5	0,9	1,0	0,5	1,5
Bahia	48,0	47,9	54,3	64,7	64,0	64,8	56,0	55,6	50,5	52,9	48,0	45,5	49,1	48,1	49,1	45,3	47,9
Nordeste	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: SUDENE, 1997, p.193.

Quanto à composição dos produtos industrializados importados, observa-se que os manufaturados se mostram bastante superiores aos semimanufaturados até o ano de 1992. Assim, com a implementação e maturação dos novos investimentos industriais, a importação dos semimanufaturados passa a ter maior intensidade, e a participação destes no *quantum* de importações de produtos industrializados do Ceará chega a saltar de 14% em 1992, para 40,8% em 1993.

Como vimos na tabela 3.3.7, o *quantum* de exportações cearenses vem mantendo relativo crescimento ao longo dos últimos quinze anos. Paralelamente, porém, nos últimos sete anos, o *quantum* de importações vem crescendo de forma bem superior às exportações, o que deflagra um crescente déficit comercial. Assim, para o ano de 1996, dispomos de US\$ 380.434 milhões de exportações, contra US\$ 817.920 milhões de importações, gerando um déficit de US\$ 437.486 milhões, cuja causa principal é o expressivo crescimento da participação de semimanufaturados nas importações cearenses.

BCME - BIBLIOTECA

Tabela 3.3.9
Participação das Importações,
Segundo os Estados do Nordeste
1980-1996

Estados	Participação																
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Maranhão	2,0	1,7	3,2	7,8	6,2	8,6	7,4	4,5	5,1	7,8	6,8	14,1	10,9	8,2	7,8	6,7	9,7
Piauí	0,2	0,1	0,0	0,1	0,2	0,1	0,3	1,5	0,2	0,3	0,4	0,5	0,4	0,3	0,2	0,1	1,2
Ceará	8,1	9,9	10,6	11,4	9,8	11,9	10,2	8,7	5,5	9,5	7,6	10,4	17,4	19,7	21,6	18,4	19,7
Rio Grande do Norte	0,5	0,8	0,4	0,1	0,2	0,1	0,5	0,5	0,8	1,6	1,5	0,4	0,8	0,8	1,3	1,0	2,5
Paraíba	0,9	0,5	0,4	0,4	0,9	1,1	0,7	0,8	0,6	2,6	2,3	3,5	4,5	5,2	5,6	6,0	4,5
Pernambuco	22,8	24,4	18,3	20,1	26,0	19,7	23,9	18,1	13,2	15,2	15,2	19,6	18,4	24,1	25,3	25,0	19,9
Alagoas	4,7	8,3	5,3	3,9	5,4	5,9	3,5	3,7	4,4	3,5	4,0	5,4	4,1	4,0	3,5	3,1	4,4
Sergipe	1,2	0,7	0,3	0,2	1,4	1,1	1,8	1,3	1,4	1,0	1,6	1,1	1,1	1,7	0,2	0,7	3,4
Bahia	59,6	53,6	61,5	56,0	49,8	51,5	51,7	60,9	68,9	58,6	60,6	45,0	42,4	36,0	34,6	39,0	34,7
Nordeste	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: SUDENE, 1997, p.214.

Este crescimento, entretanto, também pode ser verificado através da participação das importações cearenses em relação às importações dos outros estados da região nordestina. Mais uma vez, observamos a melhoria da participação da economia cearense em relação à pernambucana e à baiana. A economia cearense detinha 8,1% contra 22,8% e 59,6%, das participações pernambucana e baiana nas importações em 1980, passando em 1996 para

19,7%, contra 19,9% e 34,7%, respectivamente. A partir de 1992, o Ceará chega a deter 17,4% das importações da região, apresentando evolução crescente em anos posteriores.(Tabela 3.3.9)

Diante do exposto, observando o crescimento da economia cearense por meio da dinamização do setor industrial, propomo-nos, através desta dissertação, analisar os fatores que estimularam os empresários para esta dinamização, como também os efeitos das políticas de desenvolvimento com vistas à redução das disparidades inter-regionais implementadas pelo governo estadual; ao mesmo tempo, elaboramos um estudo das novas unidades industriais implantadas, focado principalmente na localização destas unidades.

4. ANTECEDENTES DA PESQUISA

Diante da recente tendência de crescimento da economia cearense, mostrada no capítulo anterior, faz-se necessário compreender sua natureza e possíveis implicações. A não existência de informações mais específicas, todavia, exige que se proceda a um levantamento mais pormenorizado nas empresas integrantes desta nova fase da industrialização cearense, no período de 1991-1995, cujo resultado servirá de base indicativa dos fatores e condicionantes da fase citada, como também trará novos referenciais para o planejamento industrial do Ceará, de tal modo que propicie a compreensão dos rumos das políticas implementadas.

Um dos pré-requisitos à realização desta pesquisa foi compreender a estrutura das novas políticas implementadas pelo governo estadual para o desenvolvimento da economia cearense, e, conforme veremos a seguir, estas políticas foram estruturadas através do fortalecimento das ações por meio das divisões político-administrativas.

4.1. Procedimentos metodológicos

Com o objetivo de avaliar os efeitos provocados pela instalação de empresas industriais sob a égide da política de interiorização do desenvolvimento do governo do estado do Ceará, realizou-se uma pesquisa de campo apenas nos municípios onde foram instaladas empresas que tiveram protocolos de intenção assinados com a Secretaria da Indústria e

Comércio do Estado do Ceará (SIC). Em primeiro lugar, devemos considerar que o êxito de uma pesquisa desse tipo depende da obtenção de dados confidenciais das empresas, sendo então verificada a viabilidade desses dados serem obtidos em determinados municípios, antes de despender recursos com um levantamento mais abrangente em todo o estado. Em segundo lugar, como já mantínhamos relacionamento com empresários e técnicos de órgãos de planejamento e desenvolvimento do estado, a coleta de dados tornou-se mais fácil. Finalmente, estimava-se em cerca de 220 (duzentos e vinte) o número de empresas a serem entrevistadas, o que permitiria um levantamento completo do universo, não sendo necessário recorrer a uma amostragem.

BCME-BIBLIOTECA

Para chegar ao universo da pesquisa de campo, realizou-se um estudo e um levantamento preliminar nos seguintes órgãos: Secretaria da Indústria e Comércio do Estado do Ceará, onde obtivemos, através do seu cadastro industrial, a relação das empresas que haviam assinado protocolos de intenção com a perspectiva de instalação no período de 1991-1995; e Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Ceará (SEBRAE-CE), onde adquirimos o banco de dados do Cadastro Industrial do Estado do Ceará, para obtermos informações sobre as empresas que assinaram os protocolos de intenção com a SIC e sobre as que chegaram a entrar em funcionamento no referido período.

De posse das informações obtidas na SIC e no SEBRAE, fez-se um levantamento para obter o número de empresas efetivadas no período de 1991-1995, e elaboramos uma relação de 220 (duzentas e vinte) empresas que haviam assinado protocolos de intenção com a SIC. Constatou-se, porém, que dessas empresas 80 (oitenta) não pertenciam ao universo da

pesquisa (empresas em implantação, falidas, paralisadas etc.). Chegamos ao número de 140 (cento e quarenta) indústrias que haviam se efetivado - conforme apresenta o anexo 2 - ou seja, haviam entrado em funcionamento através do programa de desenvolvimento industrial do estado do Ceará.

Para a execução da pesquisa, buscamos o apoio financeiro e institucional de entidades governamentais e empresariais, entre estas a Fundação Instituto de Planejamento do Ceará (IPLANCE), a qual responsabilizou-se pela digitação e *layout* do questionário, pelo envio e recebimento do mesmo e, ainda, pela digitação e tabulação dos dados.

As empresas foram pesquisadas através de um questionário enviado pelo correio, com carta de recomendação dos órgãos que nos apoiaram, além de uma carta nossa esclarecendo o objetivo e a importância da pesquisa para o estudo. Algumas entrevistas foram realizadas pessoalmente por nós, especialmente na fase de teste do questionário.

Nessa fase contatamos, aleatoriamente, três empresas, uma das quais no interior do estado (Redenção) e as outras duas na capital (Fortaleza). Tais contatos foram mantidos pessoalmente, nas próprias empresas, contudo, só foi possível concluir duas entrevistas, pois uma das empresas havia paralisado suas atividades. Este momento mostrou-se bastante importante, porque pudemos verificar as falhas nas formas de elaboração das perguntas, corrigindo-as a tempo.

Na fase de pesquisa propriamente dita, enviamos 139 (cento e trinta e nove) questionários, excluindo-se a empresa paralisada na fase de teste. Como o número de questionários recebidos no prazo estipulado para a

devolução mostrou-se insuficiente para a análise, foram mantidos contatos telefônicos com as empresas, a fim de obter melhor retorno. Neste momento, constatou-se que cerca de 30 (trinta) empresas não haviam recebido o questionário, sendo reenviados em uma segunda fase, alguns pelo correio, e outros por fax.

Outras constatações observadas que propiciaram a análise da situação das empresas de acordo com a fase final da pesquisa - conforme mostra a tabela 4.1.1 - foram o grande número de empresas paralisadas, cerca de 17 (dezesete) e um número expressivo de empresas sem qualquer informação, nem mesmo um prefixo telefônico na Companhia Telefônica do Ceará (Teleceará). Esses e outros fatores impossibilitaram a obtenção de informações referentes a 99 (noventa e nove) empresas. Em suma, 41 (quarenta e um) dos 140 (cento e quarenta) questionários enviados retornaram para análise, ou seja, cerca de 30% da população. Para a teoria de amostragem, este índice representa uma superestimação amostral, assegurando com isto bom grau de representatividade, como também um ganho de precisão nas estatísticas a serem geradas.

O levantamento cobriu, portanto, quase todas as empresas incluídas no universo da pesquisa, salvaguardando apenas aquelas com as quais não pudemos contatar. Alguns questionários, no entanto, foram preenchidos apenas parcialmente, dificultando sobremodo a tabulação e a análise, prejudicando a correlação de algumas variáveis. Em relação aos dados, estes foram tabulados e analisados estatisticamente por meio do software Statistical Product & Service Solution - SPSS 7.5 for Windows, tendo como resultado as tabelas e gráficos a serem analisados no capítulo seguinte.

Tabela 4.1.1
Situação das Empresas em Face da Pesquisa
Ceará
1998

<i>Situação</i>	<i>Quantidade</i>
Em instalação	4
Funcionando	88
Paralisada	17
Sem informação	31
Total	140

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

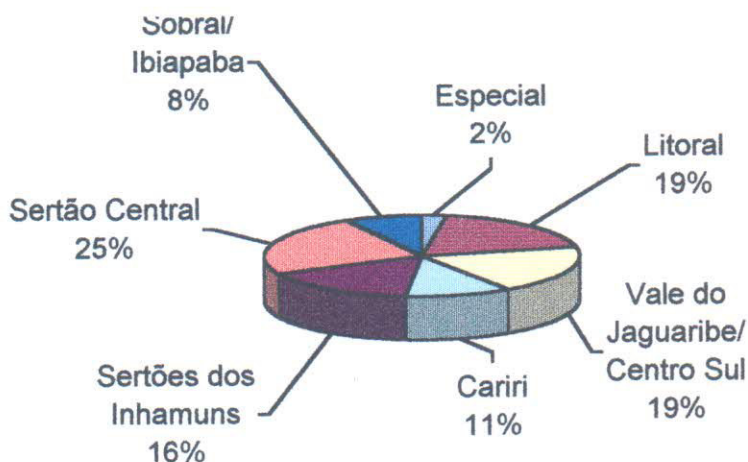
O questionário utilizado é apresentado no anexo 3 e estrutura-se em cinco itens: a) identificação, localização e organização industrial; b) tecnologia e desempenho operacional; c) matéria-prima, recursos humanos e salários; d) mercado; e e) gerais. Podemos observar que alguns dados solicitados não possuem relação direta com os objetivos da pesquisa, entretanto, aqueles cujo custo marginal de obtenção foi praticamente nulo poderão ser utilizados em futuras investigações.

4.2. Caracterização setorial e espacial

Para analisar a composição espacial das indústrias implantadas, procedemos a um levantamento sobre quantas indústrias ativas existiam no estado do Ceará antes da implantação destas. A realização deste levantamento segue a estrutura setorial e espacial da proposta de interiorização do desenvolvimento econômico implementada pelo governo do estado do Ceará, através da sua divisão político-administrativa em Áreas

de Desenvolvimento Regional (ADRs), conforme apresentam os gráficos 10 e 11 e o mapa, estando estas divididas em sete áreas: Especial, Litoral, Vale do Jaguaribe/Centro-Sul, Cariri, Sertões dos Inhamuns, Sertão Central e Sobral/Ibiapaba.

Gráfico 10
Divisão Político-Administrativa do Ceará, Segundo as
Áreas de Desenvolvimento Regional
Área Territorial
1991



Fonte: IPLANCE, 1993, p. 31

Para efeito de compreensão da divisão político-administrativa do estado do Ceará (ver tabela 4.2.1 e anexo 1) faz-se a seguir uma breve caracterização das ADRs:

- Especial – composta de 9 (nove) municípios, com área territorial de 3.483 km² e um total de 3.880 (três mil oitocentas e oitenta) indústrias

ativas, onde parte destas compõem os distritos industriais de Fortaleza e de Maracanaú, e os centros industriais sócio-integrados nos municípios de Aquiraz e Caucaia. Nesta ADR se destaca a dimensão dos gêneros de: Vestuário, calçados e artefatos de tecidos, com 1.639 (mil seiscentos e trinta e nove) estabelecimentos; e o de Produtos alimentares, com 540 (quinhentos e quarenta e nove) estabelecimentos.

- Litoral – composta de 43 (quarenta e três) municípios, com área territorial de 28.173 km² e um total de 532 (quinhentas e trinta e duas) indústrias ativas, compondo em parte os centros industriais sócio-integrados nos municípios de Aracati e Pacajus, onde se destacam os gêneros de: Produtos alimentares, Têxtil e Vestuário, calçados e artefatos de tecidos, com 132 (cento e trinta e dois), 110 (cento e dez) e 95 (noventa e cinco) estabelecimentos, respectivamente.
- Vale do Jaguaribe/Centro-Sul – composta de 31 (trinta e um) municípios, com área territorial de 28.218 km² e um total de 473 (quatrocentas e setenta e três) indústrias ativas, compondo em parte os centros industriais sócio-integrados nos municípios de Iguatu, Limoeiro do Norte, Morada Nova e Russas, demonstrando a concentração nos gêneros de: Produtos alimentares e Minerais não-metálicos, com 152 (cento e cinquenta e dois) e 115 (cento e quinze) estabelecimentos, respectivamente.
- Cariri – composta de 26 (vinte e seis) municípios, com área territorial de 15.934 km² e um total de 520 (quinhentas e vinte) indústrias ativas, compondo em parte o distrito industrial do Cariri (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha). Nesta, quase metade concentra-se nos gêneros de: Vestuário, calçados e artefatos de tecidos e Produtos alimentares, com

147 (cento e quarenta e sete) e 107 (cento e sete) estabelecimentos, respectivamente.

- Sertões dos Inhamuns – composta de 15 (quinze) municípios, com área territorial de 24.061 km² e um total de 106 (cento e seis) indústrias ativas, apresentando maior concentração nos municípios de Crateús e Tauá, despontando os gêneros de: Produtos alimentares, Vestuário, calçados e artefatos de tecidos e Madeira, com 27 (vinte e sete), 15 (quinze) e 15 (quinze) estabelecimentos, respectivamente.
- Sertão Central – composta de 35 (trinta e cinco) municípios, com área territorial de 34.985 km² e um total de 341 (trezentas e quarenta e uma) indústrias ativas, compondo em parte os centros industriais sócio-integrados dos municípios de Acarape, Quixeramobim e Redenção, tendo praticamente um terço destas no gênero de Produtos alimentares, ou seja, 109 (cento e nove) estabelecimentos.

BCME - BIBLIOTECA

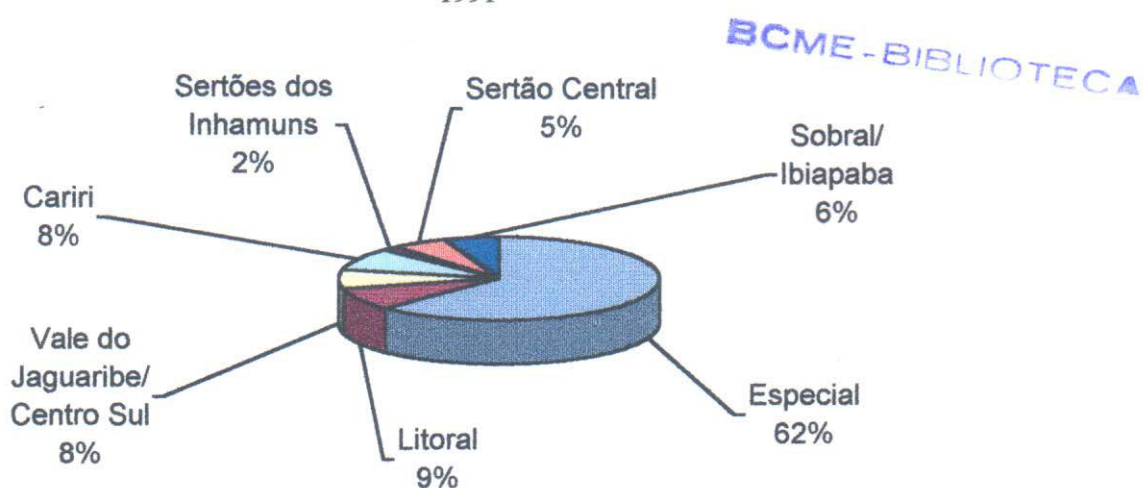
- Sobral/Ibiapaba – composta de 25 (vinte e cinco) municípios, com área territorial de 11.963 km² e um total de 353 (trezentas e cinquenta e três) indústrias ativas, compondo em parte o distrito industrial de Sobral, concentrando-se principalmente nos gêneros de: Produtos alimentares, Bebidas e Vestuário, calçados e artefatos de tecidos, com 92 (noventa e dois), 66 (sessenta e seis) e 53 (cinquenta e três) estabelecimentos, cada um.

Gráfico 11

Distribuição das Indústrias Ativas, Segundo as ADRs

Ceará

1991



Fonte: Ceará, 1992, p. 101-112. Elaboração nossa.

Em relação às 140 (cento e quarenta) empresas pesquisadas, 11 (onze) localizam-se no município de Fortaleza - capital do estado - e as 129 (cento e vinte e nove) restantes, no interior. A grande maioria das indústrias instaladas no que chamamos de interior concentram-se na Região Metropolitana de Fortaleza. São cerca de 87 (oitenta e sete) indústrias, como podemos ver na tabela 4.2.2, sobre a Composição Espacial das Indústrias Implantadas no Ceará (1991-1995), que se instalaram preferencialmente nos municípios de Maracanaú, Horizonte, Caucaia, Maranguape e Pacajus, os quais compõem as ADRs Especial e Litoral, e, segundo os dados do SEBRAE, esta participação representa 62,14% das indústrias instaladas em todo o território estadual.

Tabela 4.2.1

Número de Indústrias Ativas, Segundo o Gênero e as ADRs

Ceará

1991

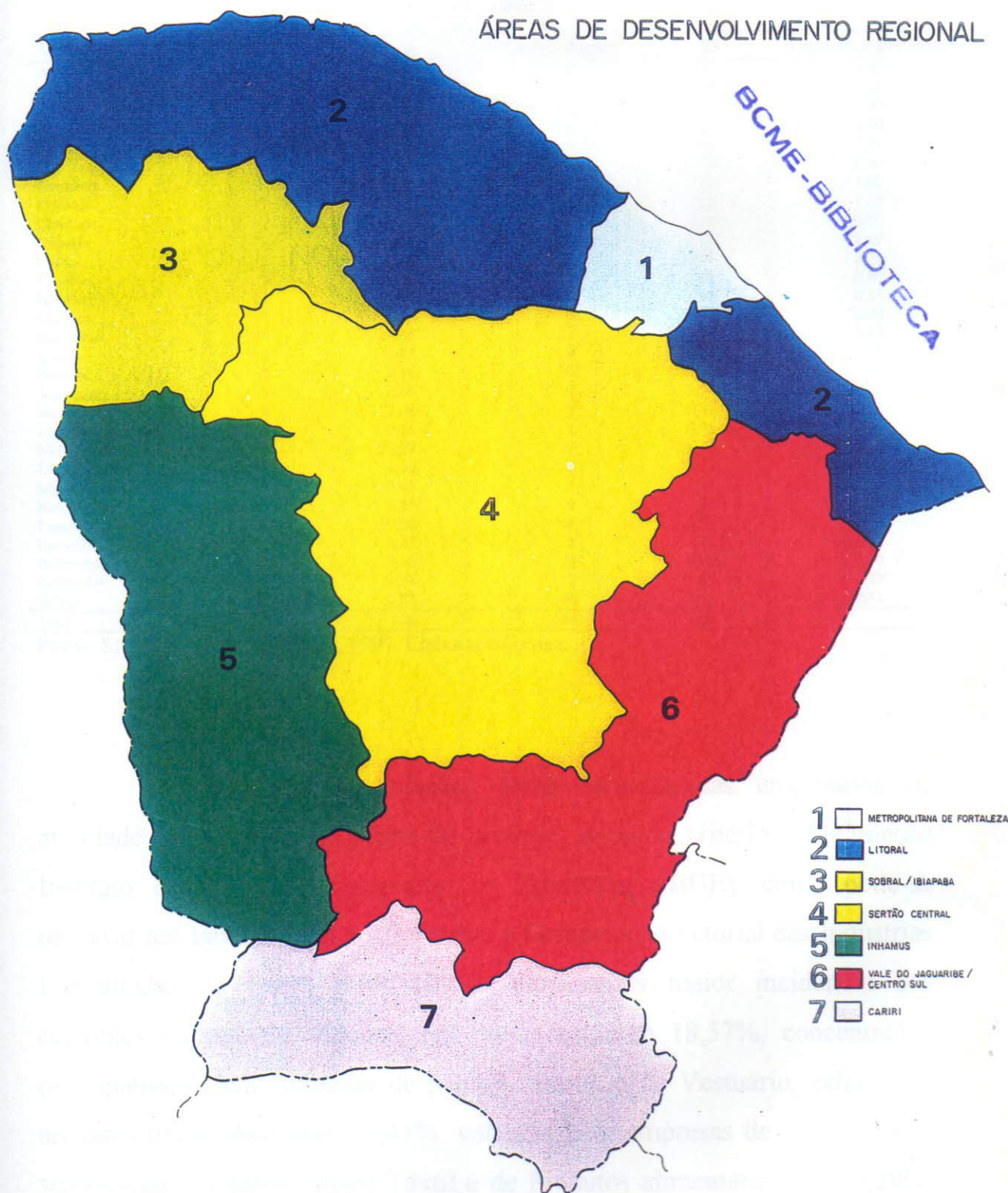
<i>Gênero</i>	<i>Especial</i>	<i>Litoral</i>	<i>Vale do Jaguaribe/ Centro-Sul</i>	<i>Cariri</i>	<i>Sertões dos Inhamuns</i>	<i>Sertão Central</i>	<i>Sobral/ Ibiapaba</i>	<i>Total</i>
Indústria extrativa de produtos minerais	27	31	7	1	3	11	4	84
Indústria de transformação	3.853	501	466	519	103	330	349	6.151
Minerais não-metálicos	163	62	115	56	12	40	26	474
Metalúrgica	236	8	16	32	6	15	22	335
Mecânica	38	0	4	3	0	0	1	46
Material elétrico e de comunicação	38	0	1	0	0	0	1	40
Material de transportes	56	1	1	2	1	1	2	64
Madeira	92	36	43	33	15	31	21	271
Mobiliário	271	18	45	35	8	21	27	425
Papel e papelão	22	0	0	2	0	6	0	30
Borracha	19	1	1	11	0	2	3	37
Couros, peles e produtos similares	22	0	2	6	0	1	1	32
Química	113	7	15	18	0	8	7	168
Produtos farmacêuticos	9	0	0	2	0	1	0	12
Perfumaria, sabões e velas	71	7	14	7	2	7	4	112
Produtos de matérias plásticas	42	0	1	6	0	0	0	49
Têxtil	113	110	14	8	2	9	10	266
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	1.639	95	33	147	15	47	53	2.029
Produtos alimentares	540	132	152	107	27	109	92	1.159
Bebidas	25	19	0	9	11	22	66	152
Fumo	0	0	0	1	0	1	0	2
Editorial e gráfica	186	4	6	9	3	8	10	226
Diversas	158	1	3	25	1	1	3	192
Total	3.880	532	473	520	106	341	353	6.235

Fonte: Ceará, 1992, p. 101-112. Elaboração nossa.

BCME-BIBLIOTECA

MAPA

ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL



Fonte: Ceará, 1992, p. 30.

Tabela 4.2.2
Composição Espacial das Indústrias Implantadas no Ceará
1991-1995

<i>Município</i>	<i>Metas</i>	<i>%</i>	<i>Implantadas</i>	<i>%</i>	<i>Implantadas/Metas</i>
Acarape	10	4,56	8	5,71	0,80
Aquiraz	1	0,45	1	0,71	1,00
Aracati	1	0,45	1	0,71	1,00
Banabuiú	1	0,45	1	0,71	1,00
Barbalha	6	2,74	2	1,43	0,33
Boa Viagem	1	0,45	0	0,00	0,00
Camocim	1	0,45	1	0,71	1,00
Canindé	2	0,91	2	1,43	1,00
Caridade	1	0,45	0	0,00	0,00
Caucaia	9	4,10	9	6,43	1,00
Crato	1	0,45	1	0,71	1,00
Eusébio	5	2,28	4	2,86	0,80
Fortaleza	13	5,92	11	7,86	0,85
Guaiúba	1	0,45	0	0,00	0,00
Horizonte	40	18,18	25	17,86	0,63
Iguatu	4	1,82	3	2,14	0,75
Itapiúna	1	0,45	0	0,00	0,00
Jaguaribe	1	0,45	1	0,71	1,00
Juazeiro do Norte	5	2,28	1	0,71	0,20
Limoeiro do Norte	1	0,45	1	0,71	1,00
Maracanaú	60	27,27	37	26,43	0,62
Maranguape	10	4,56	8	5,71	0,80
Missão Velha	1	0,45	1	0,71	1,00
Nova Russas	1	0,45	1	0,71	1,00
Pacajus	22	10,00	8	5,71	0,36
Pacatuba	1	0,45	1	0,71	1,00
Pentecoste	1	0,45	0	0,00	0,00
Redenção	3	1,36	2	1,43	0,33
Sobral	16	7,27	10	7,14	0,63
Total	220	100	140	100	

Fonte: SIC, 1995, 1997; SEBRAE, 1997. Elaboração nossa.

As empresas pesquisadas foram classificadas em ramos de atividade de acordo com o tipo de produto, segundo critério da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como pode-se observar nas tabelas 4.2.3 e 4.2.4 sobre a Composição Setorial das Indústrias Implantadas no Ceará (1991-1995). Verificamos maior incidência dos seguintes setores: de Minerais não-metálicos, com 18,57%, concentrados principalmente em empresas de pequeno porte; e de Vestuário, calçados e artefatos de tecidos, com 16,43%, voltados para empresas de médio porte, sendo seguidos pelos setores Têxtil e de Produtos alimentares, com 9,29%, tendo estas concentrações em empresas de tamanhos bastante diferenciados; enquanto as têxteis tendem às empresas de portes médios e grandes, e o

setor de alimentos é bastante equilibrado, variando de micro a pequenas e médias empresas, com leve vantagem para as pequenas.

Tabela 4.2.3
Composição Setorial das Indústrias Implantadas no Ceará
1991-1995

<i>Indústria de Transformação</i>	%
Minerais não-metálicos	18,57
Metalúrgica	7,86
Mecânica	8,57
Material elétrico e de comunicação	5,71
Madeira	0,71
Mobiliário	2,14
Papel e papelão	2,86
Borracha	1,43
Couros e peles e produtos similares	0,71
Química	4,29
Perfumaria, sabões e velas	5,00
Produtos de matérias plásticas	3,57
Têxtil	9,29
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	16,43
Produtos alimentares	9,29
Bebidas	0,71
Diversos	2,86
Total	100,0

Fonte: SIC, 1995, 1997; SEBRAE, 1997. Elaboração nossa.

De maneira geral, neste novo processo de industrialização da economia cearense, constata-se a concentração em empresas de pequeno e médio porte, pois das 140 (cento e quarenta) instaladas para o período sob análise, 117 (cento e dezessete) assim se denominam. (Tabela 4.2.4)

Para complementar a pesquisa de campo, foram feitos vários estudos comparativos com os Censos Industriais (IBGE), acrescentando-se outros estudos correlatos, tentando sempre obter o maior número de dados com vistas a facilitar as análises sobre os efeitos da política de interiorização do governo cearense, assim como as perspectivas de desenvolvimento industrial do Ceará.

Tabela 4.2.4

Composição Setorial e Espacial por Tamanho das Indústrias Implantadas no Estado do Ceará

1991-1995

<i>Gênero/Tamanho</i>	<i>Acarape</i>	<i>Aquiraz</i>	<i>Aracati</i>	<i>Banabuiú</i>	<i>Barbalha</i>	<i>Camocim</i>	<i>Canindé</i>	<i>Caucaia</i>	<i>Crato</i>	<i>Eusébio</i>	<i>Fortaleza</i>	<i>Horizonte</i>	<i>Iguatu</i>	<i>Jaguaripe</i>	<i>Juazeiro do Norte</i>	<i>Limoeiro do Norte</i>	<i>Maracanai</i>	<i>Maranguape</i>	<i>Missão Velha</i>	<i>Nova Russas</i>	<i>Pacajus</i>	<i>Pacatuba</i>	<i>Redenção</i>	<i>Sobral</i>
Minerais não-metálicos	—	—	—	—	—	—	1	5	—	—	2	6	1	—	—	1	3	1	—	1	1	—	1	3
Micro	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Pequena	—	—	—	—	—	—	1	2	—	—	1	5	1	—	—	—	—	1	—	1	1	—	1	1
Média	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	1	1	—	—	—	1	3	—	—	—	—	—	—	1
Grande	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Metalúrgica	—	—	—	1	—	—	—	—	1	—	2	1	—	1	—	—	3	—	—	—	1	—	—	1
Micro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pequena	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	2	—	—	1	—	—	2	—	—	—	1	—	—	1
Média	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Grande	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Mecânica	4	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	5	—	—	—	—	1	—	—	—	1	—	—	—
Micro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pequena	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Média	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—
Grande	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Mat. elétrico e de comunicação	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	1	—	—	—	—	3	1	—	—	—	—	—	—
Micro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pequena	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—
Média	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—
Grande	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Madeira	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Micro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pequena	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Média	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Grande	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Mobiliário	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	1
Micro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Pequena	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Média	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Grande	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Papel e papelão	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—	—	—	—	1	—	—	—	1	—	—	—
Micro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pequena	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Média	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Grande	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—
Borracha	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Micro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pequena	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Média	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Grande	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Couros e peles e prod. similares	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Micro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pequena	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Média	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Grande	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

Gênero/Tamanho		Acarape	Aquiraz	Aracati	Banabuiú	Barbalha	Camocim	Canindé	Caucaia	Crato	Eusébio	Fortaleza	Horizonte	Iguatu	Jaguaripe	Juazeiro do Norte	Limoeiro do Norte	Maracanaú	Maranguape	Missão Velha	Nova Russas	Pacajus	Pacatuba	Redenção	Sobral
	Química	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—	—	—	—	2	—	—	—	—	1	—	—
Micro		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pequena		1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—	—	—	—	2	—	—	—	—	1	—	—
Média		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Grande		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	Perfumaria, sabões e velas	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—	1	—	—	—	—	3	—	—	—	1	—	—	—
Micro		—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pequena		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—
Média		—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Grande		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	Prod. de matérias plásticas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1
Micro		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pequena		—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1
Média		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Grande		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	Têxtil	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	3	—	—	—	—	6	—	—	—	2	—	—	1
Micro		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pequena		—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Média		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	3	—	—	—	1	—	—	1
Grande		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	—	—	—	1	—	—	—
	Vestuário, calçados e artef. de tecidos	1	—	—	—	—	—	—	2	—	—	2	4	—	—	1	—	8	3	—	—	—	—	—	2
Micro		—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pequena		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	2	—	—	1	—	3	1	—	—	—	—	—	—
Média		—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	1	—	—	—	—	5	2	—	—	—	—	—	1
Grande		1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
	Produtos alimentares	1	—	1	—	1	—	—	—	—	1	1	1	1	—	—	—	4	1	1	—	—	—	—	—
Micro		—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pequena		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	2	1	1	—	—	—	—	—
Média		1	—	1	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Grande		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
	Bebidas	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Micro		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pequena		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Média		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Grande		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	Diversos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	1	—	—	1
Micro		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pequena		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—
Média		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—
Grande		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1
	♦ TOTAL	8	1	1	1	2	1	2	9	1	4	11	25	3	1	1	1	37	8	1	1	8	1	2	10
Micro		—	—	—	1	—	—	2	—	1	3	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2
Pequena		1	—	—	1	1	1	3	1	2	6	13	3	1	1	—	—	14	4	1	1	3	1	2	3
Média		6	—	1	1	—	—	4	—	1	2	9	—	—	—	—	1	17	4	—	—	4	—	—	4
Grande		1	1	—	—	—	—	1	—	—	—	1	—	—	—	—	—	6	—	—	—	1	—	—	1

Fonte: SIC, 1995, 1997; SEBRAE, 1997. Elaboração nossa.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A fim de que se possa explicar analiticamente as principais questões pertinentes à nova fase da industrialização cearense, é necessário sistematizar alguns aspectos discutidos ao longo dos próximos itens, dentre os quais são considerados mais importantes: a) os fatores que condicionaram a localização das indústrias, considerando para tal a origem e a natureza das mesmas, além de deter-se nos motivos e nos fatores mais específicos que influenciaram o investimento no estado e nos municípios; b) a procedência e natureza da tecnologia e assistência técnica empregada nos processos produtivos, assim como a origem dos processos produtivos e as inter-relações com outras empresas; c) a origem das matérias-primas utilizadas pelas empresas e o destino do produto final, tanto no que se refere à reutilização produtiva no estado como do produto acabado para o consumo; e d) origem e necessidades de mão-de-obra a ser usada nos processos produtivos.

5.1 Condicionantes da localização industrial

Cabe aqui verificar a importância dos fatores locais para a tomada de decisão do empreendedor, sendo importante salientarmos que este pressuposto baseia-se nas teorias clássicas de localização industrial.

Neste intuito, as indagações da pesquisa quanto aos fatores que levaram à localização do empreendimento e à escolha do gênero industrial

podem ser agrupadas em cinco condicionantes: 1. a origem do grupo; 2. os motivos que levaram à instalação da planta industrial; 3. os fatores que influenciaram a localização da empresa no estado do Ceará; 4. as razões que levaram a empresa a investir na atividade específica no estado do Ceará; e 5. os fatores que influenciaram a localização da empresa em determinado município cearense.

5.1.1 A origem do grupo

Quanto à origem do grupo empresarial, evidencia-se que esta fase de atração de investimentos para o setor industrial cearense fundamenta-se na utilização do capital local, mesmo que este índice seja bem inferior, se comparado ao período da intervenção planejada, conforme apresentado no primeiro capítulo. Uma prova disso é que 65,9% das indústrias instaladas no período de 1991-1995 e 40,2% do volume de investimentos têm origem local.

Segundo Teles da Rosa (1992), a origem do capital é um fator diferenciador da orientação setorial dos investimentos; desse modo, os estados assistidos por capitais locais tendem a direcionar-se para os setores tradicionais, mais integrados ao mercado regional, enquanto os assistidos por capitais de fora da região tendem aos setores mais dinâmicos, de acordo com o âmbito de sua atuação, seja nacional ou internacional.

Devem-se mencionar, portanto, dois aspectos: o primeiro deles é o crescimento significativo da participação de indústrias oriundas da região Sul, chegando a quase 10% do número de empresas, todas elas do setor de

bens de consumo não duráveis; o segundo é a participação das empresas estrangeiras, tanto no setor de bens de consumo duráveis como no de consumo não duráveis, atingindo quase 5% do total das indústrias instaladas no estado, no período de 1991-1995. Esses números demonstram que os ajustes estruturantes realizados na economia cearense no período anterior a este têm projetado relativa confiança para investidores, os quais, anteriormente, não dispunham de capital investido no estado do Ceará. (Tabela 5.1.1.1)

Tabela 5.1.1.1
 Origem do Grupo Quanto ao Número de Indústrias, Segundo as Regiões
 Ceará
 1998

<i>Gênero</i>	<i>Ceará</i>	<i>Outros Nordeste</i>	<i>Norte</i>	<i>Centro-Oeste</i>	<i>Sudeste</i>	<i>Sul</i>	<i>Exterior</i>	<i>Total</i>
Minerais não-metálicos	14,6	0,0	-	-	4,9	0,0	0,0	19,5
Metalúrgica	12,2	0,0	-	-	0,0	0,0	0,0	12,2
Mecânica	2,4	0,0	-	-	0,0	0,0	2,4	4,9
Material elétrico e de comunicação	4,9	0,0	-	-	2,4	0,0	0,0	7,3
Química	2,4	0,0	-	-	0,0	0,0	0,0	2,4
Perfumaria, sabões e velas	4,9	0,0	-	-	0,0	0,0	0,0	4,9
Produtos de matérias plásticas	2,4	0,0	-	-	2,4	0,0	0,0	4,9
Têxtil	4,9	2,4	-	-	0,0	2,4	0,0	9,8
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	12,2	0,0	-	-	4,9	7,3	0,0	24,3
Produtos alimentares	4,9	2,4	-	-	0,0	0,0	2,4	9,8
Total	65,9	4,9	0,0	0,0	14,6	9,8	4,9	100,0

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

Para entender melhor a participação dos novos investimentos e a origem desta nova composição industrial, é necessário fazer uma leitura dos dados com o intuito de se observar a localização setorial relacionada à origem das indústrias. Constata-se que as indústrias de origem local concentram-se especialmente nos mesmos setores onde a economia cearense já os tinha como principais participantes de sua composição industrial. Verifica-se isto analisando a tabela 4.2.1, a qual mostra o número de

empresas ativas no estado do Ceará até abril de 1991, apresentando a maior participação dos setores de: a) bens de consumo não duráveis, como: Vestuário, calçados e artefatos de tecidos, com 32,5%; Produtos alimentares, com 18,5 %; Mobiliário, com 6,8%; e b) bens intermediários como: Minerais não-metálicos, com 7,6%; e Metalúrgica, com 5,3%

BCME-BIBLIOTECA

Em relação às novas indústrias instaladas, comparando-as às anteriores, tem-se:

1. o crescimento da participação do setor de bens intermediários, que pode ser observado, principalmente, através dos gêneros de:
 - a) Minerais não-metálicos, contribuindo com 19,5%, sendo 14,6% de origem local e 4,9% da região Sudeste, embora o capital local represente apenas 31,9%, contra 68,1% do volume de investimentos da região Sudeste neste gênero; e
 - b) Metalúrgica, com 12,2%, composta totalmente de indústrias com origem local; e
2. uma diminuição da participação do setor de bens de consumo não duráveis, verificada por meio dos gêneros de:
 - a) Vestuário, calçados e artefatos de tecidos, que têm expressiva redução na sua participação, passando de 33,0% para 24,4%, dos quais 12,2% de origem local, 7,3% do Sul e 4,9% do Sudeste. Em relação ao volume de investimentos, contudo, a maior participação no setor é da região Sul, com 39,5%, em seguida, a região Sudeste, com 32,9%, e apenas 27,5% dos investidores locais; e
 - b) Produtos alimentares, com uma grande queda, visto que sua participação em 1991 era de 18,8%, passando a participar com apenas 9,8%, sendo metade destas de origem local e a outra

metade, igualmente, participação de indústrias do exterior e de outras do Nordeste, tendo mais da metade dos investimentos origem local, cerca de 55,0%. O gênero Têxtil, porém, que participava até abril de 1991 com apenas 4,2% do parque industrial cearense, obtém aumento na participação do número de empresas neste novo momento, de 9,7%, com as indústrias locais participando com 4,9%, outras do Nordeste e Sul com 2,4%, cada uma. Verificamos, entretanto, que as empresas do Sul participam com 44,6% dos investimentos no gênero, levando-nos à conclusão de que são empresas de grande porte.

As indústrias originárias da região Sul concentram-se maciçamente nos gêneros de Vestuário, calçados e artefatos de tecidos, e Têxtil, respondendo por 23,3% do volume total dos investimentos do estado do Ceará, neste período. Com relação ao capital externo, este concentra-se igualmente em apenas dois gêneros: o de Mecânica e o de Produtos alimentares, detendo, todavia, pequena participação no volume dos investimentos, ou seja, apenas 3,9%.

Tabela 5.1.1.2

Origem do Grupo Quanto ao Volume de Investimento, Segundo o Gênero e as Regiões

Ceará

1998

Gênero	Ceará	Outros Nordeste	Norte	Centro Oeste	Sudeste	Sul	Exterior	Total
Minerais não-metálicos	8,3	0,0	-	-	17,7	0,0	0,0	25,9
Metalúrgica	9,7	0,0	-	-	0,0	0,0	0,0	9,7
Mecânica	0,2	0,0	-	-	0,0	0,0	2,6	2,8
Material elétrico e de comunicação	0,1	0,0	-	-	2,0	0,0	0,0	2,0
Química	0,2	0,0	-	-	0,0	0,0	0,0	0,2
Perfumaria, sabões e velas	0,5	0,0	-	-	0,0	0,0	0,0	0,5
Produtos de matérias plásticas	0,1	0,0	-	-	0,6	0,0	0,0	0,7
Têxtil	14,6	6,6	-	-	0,0	17,2	0,0	37,8
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	4,3	0,0	-	-	5,1	6,1	0,0	15,4
Produtos alimentares	2,3	0,7	-	-	0,0	0,0	1,3	4,3
Total	40,3	7,3	-	-	25,4	23,3	3,9	100,0

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

Os investimentos da região Sudeste, com participação de 14,6% no número total das novas indústrias instaladas, estão concentrados em apenas quatro gêneros: de Minerais não-metálicos; de Vestuário, calçados e artefatos de tecidos; de Material elétrico e de comunicação; e de Produtos de matérias plásticas, que representa um volume de investimentos da ordem de 25,4% do total investido no estado, conforme tabela 5.1.1.2, destacando-se aí a participação dos investimentos no gênero de Minerais não-metálicos, em face do descobrimento de grandes reservas de rochas ornamentais cearenses, fazendo crescer o interesse do produto no mercado nacional e internacional, e estimulando os investidores, principalmente de Santa Catarina, detentores de grande parcela do mercado nacional.⁴²

BCME - BIBLIOTECA

5.1.2. Os motivos que levaram à instalação da planta industrial

O segundo aspecto a ser avaliado são os motivos que levaram à instalação da planta industrial, por parte dos investidores, admitindo-se, para tanto, que o crescimento é o objetivo da firma. Conforme Guimarães (1982), a firma é um “locus de acumulação de capital”, e através da acumulação interna de lucros retidos possibilita o crescimento da firma pela expansão desta em diversos mercados e em várias plantas. A utilização do “potencial de crescimento da firma”⁴³ depende da decisão de investir da firma, e esta decisão comunga com a demanda do seu mercado corrente, que pode optar por três tipos de investimento: a) expansão, através do aumento da

⁴² Para mais esclarecimentos e avaliações sobre o crescimento e desenvolvimento do setor de rochas ornamentais cearenses nos últimos anos, ver Farias e Calaes, 1995.

⁴³ O potencial de crescimento de uma firma pode ser definido como o somatório de sua acumulação interna e do montante de capital de terceiros que ela pode absorver.

capacidade produtiva; b) modernização, com a mudança do processo produtivo; e c) reposição, substituindo bens de capital.

Constata-se, porém, imediatamente, a existência de inúmeras empresas em processo de expansão, seja a expansão da planta já existente no local, seja a expansão da empresa através de uma nova planta industrial em local diferente do existente. Para exemplificar, podemos citar casos como o das indústrias do gênero de Vestuário, calçados e artefatos de tecidos do estado do Rio Grande do Sul, que estão instalando plantas industriais nestas condições.

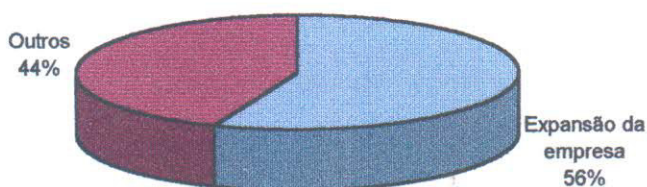
BCME - BIBLIOTECA

Gráfico 12

Motivos que Levaram à Instalação da Planta Industrial

Ceará

1998



Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

Para Guimarães (1982), as estratégias de expansão empresarial dependem diretamente das formas de competição capitalista, as quais, para

as diferentes indústrias,⁴⁴ relacionam-se ao preço e à diferenciação de produto. Segundo Haddad (1990), as formas estratégicas de expansão mais frequentemente adotadas têm sido por:

- a) *diferenciação do produto*, referente à introdução de uma nova mercadoria na linha de produtos de uma firma, sendo esta substituta próxima de alguma outra previamente produzida, e que, portanto, será vendida em um dos mercados supridos pela firma;
- b) *diversificação das atividades*, referente à introdução de uma nova mercadoria na linha de produtos da firma, que será vendida em um mercado do qual a mesma não participava anteriormente, ou seja, a indústria se move para além do seu mercado corrente através da realização de investimentos em uma nova indústria ou setor.⁴⁵

Segundo os dados da pesquisa, conforme apresentam o gráfico 12 e a tabela 5.1.2.1, o motivo de expansão da empresa representa 56,1% da preferência das empresas industriais pesquisadas, mostrando ser este um dos fatores decisivos para instalação das novas plantas industriais no estado do Ceará. Dentre outros motivos que levaram as empresas a instalar uma nova planta industrial, citados pelas mesmas, merecem destaque: 1. a necessidade de integrar e acompanhar os grupos industriais (clientes) que estão se deslocando de outras regiões para esta;⁴⁶ 2. a oportunidade do mercado local, por falta de concorrência; e 3. a chance de lançar novos produtos em novos mercados.

⁴⁴ Diferentes indústrias do tipo: indústria competitiva; oligopólio homogêneo; oligopólio diferenciado; indústria competitiva diferenciada e outros.

⁴⁵ Haddad, 1990, p. 258.

⁴⁶ Para algumas empresas, isto representa um processo de regionalização da produção de seu ramo de atividade.

Quando a análise da questão é feita pelo lado dos setores, verifica-se que o motivo de instalação da planta industrial dos gêneros de Química, Produtos de matérias plásticas e Têxtil deve-se ao fato de todas as empresas destes gêneros estarem passando por um processo de expansão, enquanto para os gêneros de Produtos alimentares e de mecânica, são outros fatores que determinam sua tomada de decisão, e dentre os mais significativos são: o lançamento de novos produtos e a abertura de novos mercados.

Tabela 5.1.2.1

Motivos que Levaram à Instalação da Planta Industrial, Segundo o Gênero
Ceará
1998

Motivos	Minerais não-metálicos	Metalúrgica	Mecânica	Material elétrico e de comunicação	Química	Perfumaria, sabões e velas	Produtos de matérias plásticas	Têxtil	Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	Produtos alimentares	Total
Expansão da empresa	70,0	60,0	0,0	33,3	100,0	50,0	100,0	100,0	44,4	25,0	56,1
Outros	30,0	40,0	100,0	66,6	0,0	50,0	0,0	0,0	55,6	75,0	43,9
Total	23,8	11,9	4,8	7,1	2,4	4,8	4,8	9,5	21,4	9,5	100,0

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

De forma geral, contudo, os fatores de expansão dos diversos gêneros apresentados podem gerar inúmeras implicações. Para Guimarães (1982), conforme a dimensão da firma, tanto a expansão por diferenciação de produto quanto a diversificação das atividades podem levar esta a avançar sobre as vendas correntes dos outros produtores locais, chegando até a provocar a expulsão das firmas existentes anteriormente. Ou seja, podem

provocar profundas mudanças nas estruturas dos mercados dos quais fazem parte, sejam eles oligopólios, monopólios, concorrência perfeita etc.

5.1.3. Os fatores que influenciaram a localização da empresa no Ceará

A análise dos fatores influenciáveis sobre a localização industrial em determinado espaço econômico leva-nos a observar a adequação das teorias clássicas de localização industrial a este novo processo de industrialização da economia cearense, não cabendo discutir os problemas teóricos, por ventura nestas existentes.

BCME - BIBLIOTECA

Segundo os postulados de Weber,⁴⁷ de 1909, a empresa se instala onde seu preço de custo é menor. Quer dizer, a localização industrial de qualquer empreendimento deve ocorrer no ponto geográfico onde são minimizados os custos de produção, sendo orientada por três custos: a) transporte, considerado o fator principal, já que, encontrando-se o ponto de custo mínimo, os outros fatores constituem desvios; b) mão-de-obra, fator preponderante quando da existência de determinada reserva de mão-de-obra barata, sendo esta capaz de provocar o deslocamento do ponto ótimo da firma; e c) aglomeração, pois a proximidade de outras empresas leva a acarretar reduções dos custos unitários. Lösch em 1940 contrapõe-se à lógica weberiana, principalmente sobre o ponto de custo mínimo como

⁴⁷ Weber, em seus postulados, parte da dedução de que a localização é uma análise microeconômica em um quadro de equilíbrio parcial, no qual o mercado de cada produtor é ilimitado, sob condições de concorrência perfeita.

optimum de localização. Para ele as empresas são interdependentes e a localização ótima se confunde com o lugar de lucro máximo.⁴⁸

A análise das teorias de localização industrial, entretanto, é aperfeiçoada por Hoover em 1948, com a introdução de estudos referentes ao comércio internacional, à existência de fronteiras e à intervenção do estado; e, principalmente, por Isard em 1955, que busca a criação de uma teoria geral, baseada na combinação dos estudos de Thünen, Weber e Lösch. Segundo Manzagol (1985), Isard, após definir as equações do equilíbrio espacial, para integrar as teorias das localizações e das regiões, “constrói os esquemas combinados de localização, que emanam do quadro de equilíbrio, ordena os pontos de produção e as zonas de mercado, introduz os custos e as economias de escala e de aglomeração.”⁴⁹

Desta forma, podemos perceber que as “forças aglomerativas” resultam da existência de economias vinculadas à concentração de fábricas em determinados pontos no espaço que, quando confrontadas aos custos de transporte e de mão-de-obra, teriam a capacidade de modificar o ponto ótimo de localização. O processo de localização atual, todavia, mostra-se extremamente complexo, conforme Perroux, em face da existência de um campo de forças múltiplas e instáveis, apontando para a existência de economias externas, das quais, para Perobelli (1996), fazem parte “a competição, acionistas, mercados, ofertantes (vendedores), ações governamentais e as transformações tecnológicas”.

⁴⁸ A interdependência para empresas leva à idéia de concorrência imperfeita e à busca do equilíbrio espacial em condições de oligopólio, de duopólio e de monopólio. Lösch introduz a demanda na teoria da localização, sendo assim, admite que a elasticidade da curva de demanda varia segundo as regiões, conforme a preferência dos consumidores e, principalmente, e de acordo com o seu poder aquisitivo.

⁴⁹ Manzagol, 1985, p. 34.

Seguindo esta perspectiva, podemos classificar as forças aglomerativas em:

- a) economias de escala – referem-se às economias internas das firmas, que aumentam de acordo com o seu tamanho, ou seja, há diminuição nos custos unitários de produção em virtude do aumento na escala de produção da própria firma;
- b) economias de localização – resultam da redução dos custos unitários graças à aglomeração de firmas do mesmo setor ou vinculadas em um mesmo espaço restrito, e, segundo Manzagol (1985), estas podem ser geradas através de: 1. especialização e complementaridade – quando da existência de concentração de algumas empresas em determinado lugar, podendo provocar o surgimento de indústrias complementares; 2. ligações interindustriais – vinculação entre empresas de uma cadeia complementar; e 3. surgimento de serviços especializados;
- c) economias de urbanização – resultam das vantagens internas à área urbana, independentes da natureza da firma, em decorrência da oferta de: 1. infra-estrutura - como transporte, energia elétrica, água, comunicações etc.; 2. serviços especializados – como instituições bancárias, técnicos de suporte, consultores etc.; 3. mercado – capaz de permitir a utilização das economias de escala;
- d) economias de complexo industrial – referem-se às economias internas, ao conglomerado de setores mutuamente inter-relacionados, também denominados de clusters. Segundo Galvão (1998), as firmas localizadas em *clusters* se organizam “em redes (*networks*) e desenvolvem sistemas complexos de integração, predominando entre

as firmas vários esquemas de cooperação, solidariedade e coesão e a valorização do esforço coletivo”.⁵⁰

Para melhor compreender os fatores que influenciaram estas novas empresas a investirem e se localizarem no Ceará, segundo as teorias apresentadas, deve-se, primeiramente, observar de que forma estas se distribuíram no território do estado, conforme exposto no capítulo anterior, através da distribuição territorial em ADRs.

De acordo com os dados da pesquisa, elaboramos as tabelas 5.1.3.1 e 5.1.3.2, as quais mostram que os nove municípios componentes da ADR Especial respondem por quase metade (46,3%) das indústrias instaladas e por quase um quarto (23,4%) dos investimentos no estado do Ceará no período de 1991-1995. Em seguida, consta a ADR Litoral, que detém 29,3% e 48,1%, respectivamente; e posteriormente a ADR Sertão Central, com apenas 9,8% e 9,5% cada uma, enquanto a ADR Sobral/Ibiapaba apresenta 4,9% e 23,1%, devendo-se mencionar que alguns municípios que compõem a ADR Litoral fazem parte, juntamente com os municípios da ADR Especial, da Região Metropolitana de Fortaleza.

Deste modo, percebe-se que, em termos de distribuição espacial, as novas empresas e investimentos instalados no território cearense estão extremamente concentrados na região geográfica mais desenvolvida do estado, levantando fortes indícios, a princípio, da presença de fatores aglomerativos, principalmente nos setores de bens intermediários, na ADR Especial, com 19,5% do total das indústrias e 12,0% dos investimentos totais, para o estado; e bens de consumo não duráveis, na ADR Litoral,

⁵⁰ Galvão, 1998, p. 775.

respectivamente, com 19,5% e 39,7%, sendo, portanto, necessário compreender quais os fatores locais que influenciaram nesta escolha.

Tabela 5.1.3.1

Localização das Indústrias por Gênero, Segundo as Áreas de Desenvolvimento Regional
Ceará
1998

<i>Gênero</i>	<i>Especial</i>	<i>Litoral</i>	<i>Vale do Jaguaribe/ Centro-Sul</i>	<i>Cariri</i>	<i>Sertão Central</i>	<i>Sobral/ Ibiapaba</i>	<i>Total</i>
Minerais não-metálicos	12,2	2,4	0,0	0,0	2,4	2,4	19,5
Metalúrgica	4,9	2,4	0,0	2,4	2,4	0,0	12,2
Mecânica	0,0	2,4	0,0	0,0	2,4	0,0	4,9
Material elétrico e de comunicação	7,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	7,3
Química	0,0	0,0	2,4	0,0	0,0	0,0	2,4
Perfumaria, sabões e velas	0,0	4,9	0,0	0,0	0,0	0,0	4,9
Produtos de matérias plásticas	2,4	2,4	0,0	0,0	0,0	0,0	4,9
Têxtil	2,4	7,3	0,0	0,0	0,0	0,0	9,8
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	14,6	4,9	0,0	2,4	0,0	2,4	24,3
Produtos alimentares	2,4	2,4	0,0	2,4	2,4	0,0	9,8
Total	46,3	29,3	2,4	7,3	9,8	4,9	100,0

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

Nota: Nenhuma indústria pesquisada se localiza na ADR Sertões dos Inhamuns.

BCME-BIBLIOTECA

Tabela 5.1.3.2

Localização dos Investimentos por Gênero, Segundo as Áreas de Desenvolvimento Regional
Ceará
1998

<i>Gênero</i>	<i>Especial</i>	<i>Litoral</i>	<i>Vale do Jaguaribe/ Centro-Sul</i>	<i>Cariri</i>	<i>Sertão Central</i>	<i>Sobral/ Ibiapaba</i>	<i>Total</i>
Minerais não-metálicos	8,2	0,1	0,0	0,0	0,1	17,6	25,9
Metalúrgica	3,7	0,2	0,0	0,2	5,5	0,0	9,7
Mecânica	0,0	0,2	0,0	0,0	2,6	0,0	2,8
Material elétrico e de comunicação	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0
Química	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,2
Perfumaria, sabões e velas	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5
Produtos de matérias plásticas	0,1	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7
Têxtil	6,6	31,2	0,0	0,0	0,0	0,0	37,8
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	2,5	7,3	0,0	0,1	0,0	5,5	15,4
Produtos alimentares	0,3	0,7	0,0	2,0	1,3	0,0	4,3
Total	23,4	48,1	0,2	2,3	9,5	23,1	100,0

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

De modo geral, em relação aos fatores que influenciaram diretamente a instalação das novas empresas no estado, os incentivos governamentais sobressaem em cerca de 35% das opções apresentadas. Entre estes, os incentivos estaduais respondem por 20,0%, e os federais, por 14,8%, conforme a tabela 5.1.3.3, evidenciando a participação efetiva deste instrumento na política implementada pelo governo estadual – pois, comparada com a tabela 2.2.2, onde consta a importância dos investidores no estado no período da intervenção planejada – constata-se uma evolução significativa da importância dos incentivos estaduais, que representavam apenas 2,0%.

Em seguida, por ordem de importância, aparecem a conquista do mercado, com 18,3%, o baixo custo da mão-de-obra, com 13,9%, e o aproveitamento da matéria-prima local e a infra-estrutura, ambas com 11,3% de participação. Destarte, pode-se perceber que a disponibilidade de recursos financeiros oriundos dos incentivos fiscais proporcionados pelo governo estadual surge como principal fator de indução à realização de novos investimentos industriais na economia cearense. Este fato merece mais atenção, pois as indústrias atraídas principalmente por incentivos fiscais e baixos custos de mão-de-obra são mais facilmente deslocáveis, enquanto as atraídas pela existência de matéria-prima e infra-estrutura tendem a ser mais permanentes.

Visto pelo lado regional, através das ADRs, surge expressiva alternância na significação destes fatores, mantendo-se ligeira preponderância dos incentivos governamentais em relação aos demais motivos, existindo momentos em que os incentivos estaduais são superiores, e outros nos quais predominam os incentivos federais. Convém, pois,

observar os fatores mais preponderantes das indústrias instaladas nas ADRs Sertão Central e Cariri, onde se destacam a existência de baixo custo de mão-de-obra, com 28,6% e 22,2%, e de infra-estrutura adequada, com 21,4% e 22,2%, respectivamente, levando à conclusão de que as indústrias instaladas nestas áreas de desenvolvimento são intensivas em mão-de-obra. Este fato se contrapõe à importância das empresas instaladas, principalmente na ADR Especial, as quais demonstram sinais de indústrias pouco intensivas em mão-de-obra, em virtude da pouca relevância atribuída ao baixo custo da mão-de-obra, representando apenas 4,4%. (Tabela 5.1.3.3)

Merece destaque a indústria instalada na ADR Vale do Jaguaribe/Centro-Sul, cuja localização no estado do Ceará decorre exclusivamente, segundo a empresa, da proximidade de uma das matérias-primas utilizadas no processo produtivo (não foi citada qual a matéria-prima).

Tabela 5.1.3.3

Fatores que Influenciaram a Localização da Empresa no Estado do Ceará, Segundo as ADRs

Ceará

1998

<i>Fatores</i>	<i>Especial</i>	<i>Litoral</i>	<i>Vale do Jaguaribe/ Centro-Sul</i>	<i>Cariri</i>	<i>Sertão Central</i>	<i>Sobral/ Ibiapaba</i>	<i>Total</i>
Conquista do mercado	24,4	18,4	0,0	11,1	7,1	12,5	18,3
Aproveitamento de matéria-prima local	11,1	10,5	0,0	11,1	14,3	12,5	11,3
Baixo custo da mão-de-obra	4,4	18,4	0,0	22,2	28,6	12,5	13,9
Infra-estrutura ¹	11,1	5,3	0,0	22,2	21,4	12,5	11,3
Incentivos estaduais	17,8	29,0	0,0	22,2	7,1	12,5	20,0
Incentivos federais	20,0	10,5	0,0	11,1	7,1	25,0	14,8
Linhas especiais de crédito	0,0	7,9	0,0	0,0	7,1	12,5	4,3
Outros	11,1	0,0	100,0	0,0	7,1	0,0	6,1
Total	39,1	33,0	0,9	7,8	12,2	7,0	100,0

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

¹ Transporte, energia elétrica, água, comunicações etc.

Através da tabela 5.1.3.4, percebe-se a importância dos incentivos governamentais praticamente em todos os gêneros, despontando-se as variações nos bens de consumo não duráveis, com bastante relevância para os gêneros de Perfumaria, sabões e velas e Vestuário, calçados e artefatos de tecidos, com 75,0% e 54,6%, nos quais a participação dos incentivos estaduais é de 50,0% e 36,4%, respectivamente. Para o gênero de Produtos alimentares, os incentivos são bem menos relevantes, enquanto o aproveitamento da matéria-prima e o baixo custo da mão-de-obra são apontados como os fatores mais destacados, representando ambos 23,0%.

BCME - BIBLIOTECA

Tabela 5.1.3.4

Fatores que Influenciaram a Localização da Empresa no Estado do Ceará, Segundo o Gênero

Ceará

1998

<i>Fatores</i>	<i>Minerais não-metálicos</i>	<i>Metalmúrgica</i>	<i>Mecânica</i>	<i>Material elétrico e de comunicação</i>	<i>Química</i>	<i>Perfumaria, sabões e velas</i>	<i>Produtos de matérias plásticas</i>	<i>Têxtil</i>	<i>Vestuário, calçados e artefatos de tecidos</i>	<i>Produtos alimentares</i>	<i>Total</i>
Conquista do mercado	23,5	10,5	28,6	25,0	0,0	25,0	33,3	12,5	9,1	15,4	18,3
Aproveitamento da matéria-prima	23,5	10,5	0,0	12,5	0,0	0,0	16,7	6,2	4,5	23,0	11,3
Baixo custo da mão-de-obra	5,9	15,8	14,2	12,5	0,0	0,0	0,0	18,7	18,2	23,0	13,9
Infra-estrutura	11,8	10,5	28,6	12,5	0,0	0,0	16,7	12,5	4,5	15,4	11,3
Incentivos estaduais	5,9	15,8	28,6	12,5	0,0	50,0	16,7	25,0	36,4	7,7	20,0
Incentivos federais	17,6	21,1	0,0	12,5	0,0	25,0	16,7	12,5	18,2	7,7	14,8
Linhas especiais de crédito	5,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	12,5	4,5	7,7	4,3
Outros	5,9	15,8	0,0	12,5	100,0	0,0	0,0	0,0	4,5	0,0	6,1
Total	15,0	16,8	6,2	7,1	0,9	3,5	5,3	14,2	19,5	11,5	100,0

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

Para os setores de bens intermediários e de bens de consumo duráveis e de capital, constou como fator mais importante as possibilidades oferecidas à conquista do mercado, destacando-se entre eles: os gêneros de

Produtos de matérias plásticas; Mecânica; Material elétrico e de comunicação e Minerais não-metálicos. Pode-se deduzir que a estrutura dos mercados da economia do estado dispõem de espaço para o crescimento de diversas atividades, principalmente nos setores mais dinâmicos. Dessa forma, elimina-se aparentemente a influência das barreiras à entrada,⁵¹ em virtude principalmente dos motivos que levaram à instalação da planta industrial de acordo com o item 5.1.2, que mostra as empresas passando por processos de expansão. Ou seja, algumas empresas já fazem parte do mercado no qual estão-se expandindo; ademais têm amplo conhecimento dos métodos de produção, e seus produtos são conhecidos no mercado, conforme será exposto no item sobre os motivos que levaram a empresa a investir em determinada atividade específica no estado do Ceará.

5.1.4. As razões que motivaram a empresa a investir na atividade específica no estado do Ceará

No que concerne aos motivos que levaram a empresa a investir em uma atividade específica no Ceará, tornou-se evidente que a experiência no ramo industrial é o principal fator apontado pelas empresas pesquisadas. Isto se deve, segundo Magalhães(1983), ao fato de que “na decisão de um novo investimento o empresário leva em conta, em primeiro lugar, a informação disponível sobre a atividade a ser desenvolvida”.⁵² E ainda a opção pela atividade decorre da “experiência do grupo empresarial ou da possibilidade

⁵¹ Segundo Possas(1990), as barreiras à entrada devem-se a três tipos de circunstâncias, todas elas caracterizando vantagens das firmas estabelecidas diante das entrantes: a) vantagens absolutas de custo, atribuídas a controle de métodos de produção; b) vantagens de diferenciação de produtos, atribuídas a preferência dos produtos existentes; e c) economias de escala, tanto no processo produtivo quanto na comercialização dos produtos.

⁵² Magalhães, 1983, p.57.

de adquirir essa experiência, mediante a aquisição de *know-how* e/ou associação com outros grupos mais experientes”.⁵³ Para Steindl (1990) na decisão do empreendedor quanto à aplicação em um novo investimento, considera-se primordialmente a possibilidade de investir na mesma linha de produtos em que atua, existindo outra saída: a associação com grupos que trabalham na atividade.

A experiência representa 56,1% da preferência total, merecendo destaque a ADR Sobral/Ibiapaba, com 66,6%. A inexistência de competição, com 16,7%, é citada como segundo fator mais importante, despontando, dentre as demais, a participação da ADR Sertão Central, com 28,6%. Outros fatores destacados pelas empresas são a disponibilidade de matéria-prima e a instalação de clientes de outras regiões no estado. (Tabela 5.1.4.1)

Tabela 5.1.4.1

Fatores que Levaram a Empresa a Investir na Atividade Específica no Ceará, Segundo as ADRs

Ceará

1998

Fatores	Especial	Litoral	Vale do Jaguaribe/ Centro-Sul	Cariri	Sertão Central	Sobral/ Ibiapaba	Total
Experiência no ramo industrial	56,0	57,1	0,0	50,0	28,6	66,6	51,8
Associação com grupo tradicional do ramo	8,0	0,0	0,0	0,0	14,2	0,0	5,6
Existência de maiores incentivos do que em outros ramos industriais	8,0	21,4	0,0	0,0	0,0	33,3	11,1
Inexistência de competição	16,0	14,3	0,0	25,0	28,6	0,0	16,7
Outros	12,0	7,1	100,0	25,0	28,6	0,0	14,8
Total	46,3	25,9	1,8	7,4	13,0	5,6	100,0

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

⁵³ Id. *ibid.*, p.57.

Analisando as ADRs Sobral/Ibiapaba e Litoral, verifica-se, em ambas, a existência de maiores incentivos no ramo da atividade escolhida do que em outros ramos industriais, com participação de 33,3% e 21,4%, respectivamente, sendo este um fator extremamente importante, nestas regiões, para as empresas do gênero de Vestuário, calçados e artefatos de tecidos.

Vale ressaltar que, pela ótica setorial, ocorre comportamento semelhante. Os resultados apresentados na tabela 5.1.4.2 mostram a grande relevância da experiência no ramo industrial para a tomada de decisão sobre em qual atividade investir. Isso em praticamente todos os setores, excetuando-se o gênero de Produtos alimentares, com apenas 13,7%, enquanto a inexistência de competição contribui de forma importante em vários gêneros, dentre eles: o de Produtos alimentares, com 50,0%; o de Mecânica, com 33,3%; o de Metalúrgica, com 28,6%; e o de Material elétrico e de comunicação, com 25,0%. Estes três últimos, entretanto, compõem as indústrias dinâmicas, indicando que esta nova fase da industrialização cearense está voltada para o preenchimento dos espaços existentes, onde a ampliação dos setores mais dinâmicos da indústria se faz necessária para o crescimento e dinamismo da economia cearense.

A indução específica de incentivos em determinada atividade torna-se bastante explícita nos setores representativos da força da indústria cearense ao longo dos anos. Os gêneros de Vestuário, calçados e artefatos de tecidos e Têxtil são citados com 28,6% e 20,0%, para a existência de maiores incentivos nestes ramos industriais do que em outros ramos da indústria cearense. Destaque-se, aqui, a preocupação do governo estadual em transformar e desenvolver um pólo calçadista moderno e viável para as

condições locais, compondo-o de indústrias de grande porte. Como visto na tabela 5.1.3.1, o gênero de Vestuário, calçados e artefatos de tecidos participa com um quarto dos novos estabelecimentos.

Tabela 5.1.4.2

Fatores que Levaram a Empresa a Investir na Atividade Específica no Estado do Ceará, Segundo o

Gênero
Ceará
1998

<i>Fatores</i>	<i>Minerais não-metálicos</i>	<i>Metalmúrgica</i>	<i>Mecânica</i>	<i>Material elétrico e de comunicação</i>	<i>Química</i>	<i>Perfumaria, sabões e velas</i>	<i>Produtos de matérias plásticas</i>	<i>Têxtil</i>	<i>Vestuário, calçados e artefatos de tecidos</i>	<i>Produtos alimentares</i>	<i>Total</i>
Experiência no ramo industrial	50,0	57,1	33,3	75,0	0,0	100,0	100,0	60,0	50,0	13,7	51,8
Associação com grupo tradicional do ramo	10,0	0,0	33,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	7,1	0,0	5,6
Existência de maiores incentivos do que em outros ramos industriais	10,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	20,0	28,6	0,0	11,1
Inexistência de competição	0,0	28,6	33,3	25,0	0,0	0,0	0,0	20,0	7,1	50,0	16,7
Outros	30,0	12,3	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	7,1	33,3	14,8
Total	18,8	13,2	5,7	7,5	1,9	1,9	3,8	9,4	26,4	11,3	100,0

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

5.1.5. Os fatores que influenciaram a localização da empresa em determinado município cearense

Considerando os motivos que influenciaram as empresas a se localizarem em determinado município, a tabela 5.1.5.1 evidencia que novamente a intervenção governamental tem papel decisivo para a efetivação dos investimentos, seja através da disponibilidade de incentivos, seja por meio do fornecimento de infra-estrutura. Convém notar a participação de

17,4% dos incentivos municipais para a tomada de decisões locais dos empresários, visto que, comparando à análise de Magalhães (1983) e à pesquisa da SUDENE/BNB (1992), tais incentivos mostravam-se praticamente inoperantes, fazendo que os empresários não os levasse em conta em suas decisões locais. A existência de infra-estrutura, porém, composta de: energia elétrica, água, comunicações, transporte etc., representa o segundo item mais importante, participando com 18,4%. Desse modo, tanto o crescimento de 20,8% do consumo industrial de energia elétrica, apresentado na tabela 3.3.1, como o crescimento de 85,1% no volume de água distribuída no estado do Ceará para o período de 1991-1995, da tabela 3.3.2., demonstram claramente a existência de infra-estrutura como pré-condição à implantação de indústrias.

BCME-BIBLIOTECA

Tabela 5.1.5.1

Fatores que Influenciaram a Localização da Empresa em Determinado Município, Segundo as ADRs Ceará 1998

<i>Fatores</i>	<i>Especial</i>	<i>Litoral</i>	<i>Vale do Jaguaribe/ Centro-Sul</i>	<i>Cariri</i>	<i>Sertão Central</i>	<i>Sobral/ Ibiapaba</i>	<i>Total</i>
Incentivos estaduais	20,5	33,3	0,0	12,5	7,7	0,0	21,4
Incentivos municipais	23,1	21,2	0,0	0,0	7,7	0,0	17,4
Proximidade da matéria-prima	10,3	6,1	100,0	12,5	15,4	25,0	11,2
Proximidade do mercado	12,8	6,1	0,0	25,0	7,7	25,0	11,2
Existência de infra-estrutura	17,9	12,1	0,0	37,5	23,1	25,0	18,4
Baixo custo da mão-de-obra	5,1	12,1	0,0	12,5	23,1	25,0	11,2
Inexistência de sindicalização	0,0	9,1	0,0	0,0	0,0	0,0	3,1
Outros	10,3	0,0	0,0	0,0	15,4	0,0	6,1
Total	39,8	33,7	1,0	8,2	13,2	4,1	100,0

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

Analisando o caso pela ótica regional, percebe-se nas indústrias localizadas mais próximas à capital, ou seja, as ADRs Especial e Litoral, a importância atribuída pelas empresas à existência de incentivos

governamentais, de forma que os incentivos estaduais representam 20,5% e 33,3%, na Especial e na Litoral, enquanto os incentivos municipais totalizam 23,1% e 21,2%, respectivamente. As empresas localizadas nas outras regiões (mais distantes da RMF), no entanto, colocam estes fatores em segundo plano, e citam: a infra-estrutura, a proximidade da matéria-prima e o baixo custo da mão-de-obra como os principais motivos para a localização da empresa no município, levando à conclusão de que as empresas próximas à RMF tendem a ser mais facilmente deslocáveis do que as situadas nas ADRs mais distantes.

Tabela 5.1.5.2

Fatores que Influenciaram a Localização da Empresa em Determinado Município, Segundo o Gênero Ceará 1998

<i>Fatores</i>	<i>Minerais não-metálicos</i>	<i>Metalmúrgica</i>	<i>Mecânica</i>	<i>Material elétrico e de comunicação</i>	<i>Química</i>	<i>Perfumaria, sabões e velas</i>	<i>Produtos de matérias plásticas</i>	<i>Têxtil</i>	<i>Vestuário, calçados e artefatos de tecidos</i>	<i>Produtos alimentares</i>	<i>Total</i>
Incentivos estaduais	15,8	27,3	22,2	14,3	0,0	40,0	25,0	36,4	23,8	0,0	21,4
Incentivos municipais	5,3	18,1	22,2	28,5	0,0	40,0	25,0	27,3	19,0	0,0	17,4
Proximidade da matéria-prima	26,3	9,1	0,0	14,3	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	30,0	11,2
Proximidade do mercado	21,1	0,0	22,2	14,3	0,0	0,0	0,0	0,0	14,3	10,0	11,2
Existência de infra-estrutura	15,8	27,3	22,2	14,3	0,0	20,0	25,0	19,1	14,3	20,0	18,4
Baixo custo da mão-de-obra	5,3	9,1	11,1	14,3	0,0	0,0	0,0	9,1	14,3	30,0	11,2
Inexistência de sindicalização	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,0	9,1	4,7	0,0	3,1
Outros	10,5	9,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	9,5	10,0	6,1
Total	19,4	11,2	9,2	7,1	1,0	5,1	4,1	11,2	21,4	10,2	100,0

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

Para completar a análise dos fatores que influenciaram a localização nos municípios, deve-se proceder observação por setor. A

existência de incentivos governamentais é fator preponderante na maioria, excetuando-se nos gêneros de: Minerais não-metálicos, Química e Produtos alimentares, que consideram relevantes: a proximidade da matéria-prima e a do mercado, a existência de infra-estrutura e o baixo custo da mão-de-obra. A existência de infra-estrutura é significativa para as empresas em praticamente todos os setores. Citamos, ainda, o gênero de Produtos alimentares, em virtude da importância atribuída ao baixo custo da mão-de-obra e da proximidade da matéria-prima, que chegam a 30,0%.

Outra constatação destacada é a preocupação com a inexistência de sindicalização das empresas localizadas na ADR Litoral. Tal fator chega a ser mais importante que a proximidade da matéria-prima e do mercado, tanto no gênero de Produtos de matérias plásticas, totalizando 25,0%, com participação decisiva quanto à localização no município, como nos gêneros Têxtil e de Vestuário, calçados e artefatos de tecidos, que participam com 9,1% e 4,7%. Este fator é ainda mais significativo para empresas oriundas de outras regiões brasileiras, onde a atuação sindical é bem mais intensa.

BCME-BIBLIOTECA

5.2. Tecnologia e desempenho operacional

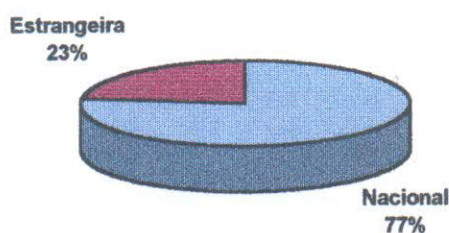
Com a finalidade de medir a tecnologia e o desempenho operacional das indústrias instaladas no Ceará, o estudo observará os seguintes pontos: 1. a origem e as formas de aquisição da tecnologia empregada na produção; 2. as razões, a qualidade e as vantagens da tecnologia empregada na produção; 3. a origem dos processos de produção

e o desempenho operacional; 4. a origem e a natureza da assistência técnica; e 5. o funcionamento das empresas.

5.2.1. A origem e as formas de aquisição da tecnologia empregada na produção

De acordo com os dados apresentados nos gráficos 13 e 14, pode-se verificar que o suprimento de bens de capital à nova indústria cearense é basicamente de procedência extra-regional, porquanto apenas 9,4% dos equipamentos são adquiridos no Ceará, quase dois terços provêm do resto do país e um quarto do exterior.

Gráfico 13
Tecnologia Empregada na Produção, Segundo a Origem
Ceará
1998



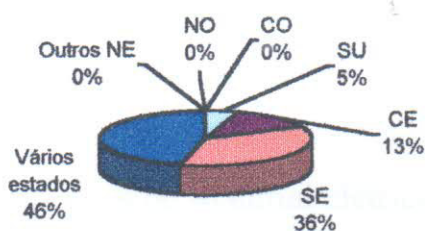
Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

Da tecnologia adquirida nacionalmente, chama a atenção de imediato a participação do Sudeste com 36,0%, e nela o estado de São Paulo,

como fornecedor de equipamentos, o que era esperado, pois tanto esta região como o estado concentram o núcleo da indústria de bens de capital do país. É interessante notar a participação da região Sul, com 5,1%, oriundos, principalmente, dos estados de Santa Catarina, em face da industrialização das rochas ornamentais, e do Rio Grande do Sul, por causa da indústria calçadista.

A tecnologia adquirida internacionalmente representa 23,0% dos equipamentos, originária, principalmente, dos países desenvolvidos. Temos, então, a Alemanha, os Estados Unidos, a Itália e o Japão com uma participação equilibrada, de 18,5% cada um. Quanto à participação de Taywan, esta deve-se ao fato de as indústrias do setor Mecânico e de Produtos alimentares deste país fazerem parte das empresas instaladas neste período no Ceará. (Tabela 5.2.1.1)

Gráfico 14
Tecnologia Empregada na Produção, Segundo a Origem Nacional
Ceará
1998



Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.
Nota: Não foram citados os "Vários estados".

No que diz respeito às formas de aquisição da tecnologia adotada, é observado que: 45,8% das empresas compram, enquanto 52,1% utilizam tecnologias desenvolvidas pela própria empresa, sendo estas tecnologias de: produto, de processo e de trabalho, seguindo a tendência das empresas instaladas no Nordeste sob a égide dos incentivos fiscais federais, pois como se observa na pesquisa da SUDENE (1992) 34,6% das indústrias incentivadas usavam tecnologia própria da empresa.

BCME - BIBLIOTECA

Tabela 5.2.1.1
Tecnologia Empregada na Produção, Segundo a Origem Estrangeira
Ceará
1998

<i>Origem</i>	<i>%</i>
Alemanha	15,8
Estados Unidos	15,8
Itália	15,8
Japão	15,8
Taiwan	5,2
Vários ¹	31,6
Total	100,0

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

¹ Não foram citados.

De acordo com a tabela 5.2.1.2, pode-se verificar que das indústrias levantadas na pesquisa as dos gêneros de Metalúrgica e de Química só utilizam tecnologia desenvolvida na própria empresa, ou grupo, enquanto os gêneros de Produtos de matérias plásticas e de Vestuário, calçados e artefatos de tecidos, os de Material elétrico e de comunicações e o de Perfumaria, sabões e velas usam 66,7%, 50,0% e 50,0%, respectivamente. Os gêneros de Minerais não-metálicos, Produtos alimentares e de Mecânica, entretanto, compram suas tecnologias em, respectivamente, 66,7%, 60,0% e 33,3%, ao passo que o gênero Têxtil compra inteiramente a tecnologia utilizada no seu processo produtivo.

Tabela 5.2.1.2

Forma de Aquisição da Tecnologia Empregada na Produção, Segundo o Gênero

Ceará

1998

<i>Forma</i>	<i>Minerais não-metálicos</i>	<i>Metalmúrgica</i>	<i>Mecânica</i>	<i>Material elétrico e de comunicação</i>	<i>Química</i>	<i>Perfumaria, sabões e velas</i>	<i>Produtos de matérias plásticas</i>	<i>Têxtil</i>	<i>Vestuário, calçados e artefatos de tecidos</i>	<i>Produtos alimentares</i>	<i>Total</i>
Compra	66,7	0,0	33,3	50,0	0,0	50,0	33,3	100,0	33,3	60,0	45,8
Licenciamento	0,0	0,0	33,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,1
Tecnologia própria	33,3	100,0	33,3	50,0	100,0	50,0	66,7	0,0	66,7	40,0	52,1
Total	19,1	10,6	6,4	8,5	2,1	4,3	6,4	8,5	25,5	10,6	100,0

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

5.2.2. As razões, a qualidade e as vantagens da tecnologia empregada na produção

O constatado quanto à escolha da tecnologia empregada na produção, conforme apresenta a tabela 5.2.2.1, é que as indústrias usam determinadas tecnologias em seu processo produtivo principalmente pela necessidade de competir no mercado. Ou seja, 29,0% das empresas pesquisadas utilizam equipamentos pela necessidade de mercado.

Os outros dois fatores básicos que fizeram as empresas optar por determinada tecnologia são a qualidade final e a especificidade do produto a ser obtido, participando com 27,5% e 26,1%, respectivamente, enquanto a necessidade de produzir adequadamente ao nível das outras empresas do mesmo grupo responde por 14,5%.

Tabela 5.2.2.1

Tecnologia Empregada na Produção, Segundo a Escolha

Ceará

1998

<i>Escolha</i>	<i>%</i>
Devido à especificidade do produto	26,1
Devido à qualidade do produto a ser obtido	27,5
Pela necessidade de competir no mercado	29,0
Pela necessidade de produzir adequadamente ao nível das outras empresas do mesmo grupo	14,5
Outros	2,9
Total	100,0

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

BCME - BIBLIOTECA

A pesquisa mostra também que as novas indústrias instaladas no Ceará são empresas representativas quanto à qualidade da tecnologia implementada, em virtude da boa qualidade dos equipamentos utilizados no processo produtivo, pois 60,4% destes são viáveis para as condições de mercado, 35,4% são modernos, enquanto apenas 4,2% são obsoletos.

Relativamente à distribuição espacial da qualidade dos equipamentos, vale destacar as indústrias instaladas na ADR Sobral/Ibiapaba, que possuem equipamentos 100,0% modernos. Quanto à distribuição setorial, o gênero Têxtil detém a participação mais significativa nos equipamentos modernos, fato talvez relacionado, como vimos anteriormente, a esta tecnologia ser 100,0% comprada. Devemos mencionar os gêneros de Material elétrico e de comunicação e de Vestuário, calçados e artefatos de tecidos como os únicos que apresentam empresas com equipamentos obsoletos, com 20,0% e 8,3%, respectivamente, sendo estas de origem local e situadas na ADR Especial. Outro gênero destacável é o de Minerais não-metálicos, pela qualidade do produto a ser obtido, para o qual as indústrias específicas de exploração de rochas ornamentais não contam

com equipamentos modernos, o que pode gerar graves problemas para a comercialização dos produtos. (Tabelas 5.2.2.2 e 5.2.2.3)

Tabela 5.2.2.2
Equipamentos Produtivos, Segundo as ADRs
Ceará
1998

<i>Equipamentos</i>	<i>Especial</i>	<i>Litoral</i>	<i>Vale do Jaguaribe/ Centro-Sul</i>	<i>Cariri</i>	<i>Sertão Central</i>	<i>Sobral/ Ibiapaba</i>	<i>Total</i>
Obsoletos	8,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,2
Viáveis para as condições de mercado	65,2	57,1	100,0	75,0	50,0	0,0	60,4
Modernos	26,1	42,9	0,0	25,0	50,0	100,0	35,4
Total	47,9	29,2	2,1	8,3	8,3	4,2	100,0

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

Tabela 5.2.2.3
Equipamentos Produtivos, Segundo o Gênero
Ceará
1998

<i>Gênero</i>	<i>Obsoletos</i>	<i>Viáveis</i>	<i>Modernos</i>
Minerais não-metálicos	0,0	87,5	12,5
Metalúrgica	0,0	83,3	16,7
Mecânica	0,0	33,3	66,6
Material elétrico e de comunicação	20,0	40,0	40,0
Química	0,0	100,0	0,0
Perfumaria, sabões e velas	0,0	50,0	50,0
Produtos de matérias plásticas	0,0	66,6	33,3
Têxtil	0,0	0,0	100,0
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	8,3	58,3	33,3
Produtos alimentares	0,0	75,0	25,0
Estado	4,2	60,4	35,4

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

Observa-se, ainda, a qualidade das tecnologias implementadas, propiciando diversas vantagens para as indústrias, surgindo de formas diferenciadas. Segundo o grau de importância para as empresas, mencionaram-se como principais vantagens: a melhoria da qualidade de

produto, com 40,8%; o aumento da produtividade física, com 28,2%; e a menor utilização de mão-de-obra, com 18,3%. (Tabela 5.2.2.4)

Tabela 5.2.2.4

Vantagens da Tecnologia Empregada na Produção, com Relação a Outras Empresas do Setor
Ceará
1998

<i>Vantagens</i>	%
Aumento da produtividade física	28,2
Melhoria na qualidade do produto	40,8
Redução das despesas com manutenção	8,5
Menor utilização de mão-de-obra	18,3
Outras	4,2
Total	100,0

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

À luz do argumento anterior, podemos chegar à seguinte conclusão. As indústrias que se instalaram no estado do Ceará no período sob análise seguem, conforme Galvão (1998), a tendência das que se instalam em países e regiões menos desenvolvidas. Para ele, estas são indústrias intensivas em recursos naturais e com mão-de-obra menos qualificada, muitas delas até intensivas em capital e utilizadoras de tecnologias avançadas, porém baseadas em operações repetitivas e elementares, com exigência de reduzido número de trabalhadores muito qualificados, conforme veremos na tabela 5.4.1, que apresenta a distribuição produtiva do pessoal ocupado nas empresas. Seguindo esta mesma linha de raciocínio, muitas indústrias poderão optar por localizar-se (ou realocar-se) em regiões onde existam: mão-de-obra equivalente e mais barata, reduzidas exigências ambientais e distância de ambientes fortemente dominados por sindicatos organizados”.⁵⁴

⁵⁴ Galvão, 1998, p. 774.

5.2.3. A origem dos processos de produção e o desempenho operacional

No que tange à origem dos processos de produção, de acordo com a tabela 5.2.3.1, 38,9% deles são criados dentro, e pela própria empresa, outros 38,9% são reproduzidos de outras empresas nacionais, sejam elas do mesmo grupo empresarial ou não, e somente 18,5% são reproduzidos do exterior. Quanto aos processos criados na empresa, merecem destaque as empresas dos gêneros: de Química e de Perfumaria, sabões e velas, com 100,0%, cada uma; de Vestuário, calçados e artefatos de tecidos, com 53,8%; e as de Material elétrico e de comunicação e de Produtos de matérias plásticas, com 50,0%, cada uma. Nos processos reproduzidos de outras empresas nacionais, destacam-se as indústrias dos setores de bens intermediários: Metalúrgica, com 66,6%; e as de Minerais não-metálicos e de

Tabela 5.2.3.1
Processos de Produção, Segundo a Origem e o Gênero
Ceará
1998

<i>Origem</i>	<i>Minerais não-metálicos</i>	<i>Metalúrgica</i>	<i>Mecânica</i>	<i>Material elétrico e de comunicação</i>	<i>Química</i>	<i>Perfumaria, sabões e velas</i>	<i>Produtos de matérias plásticas</i>	<i>Têxtil</i>	<i>Vestuário, calçados e artefatos de tecidos</i>	<i>Produtos alimentares</i>	<i>Total</i>
Criados pela empresa	16,7	16,7	0,0	50,0	100,0	100,0	50,0	40,0	53,8	50,0	38,9
Reproduzidos de outras empresas nacionais	50,0	66,6	33,3	33,3	0,0	0,0	50,0	20,0	38,5	25,0	38,9
Reproduzidos do exterior	25,0	16,7	66,7	16,7	0,0	0,0	0,0	40,0	0,0	25,0	18,5
Outros	8,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	7,7	0,0	3,7
Total	22,2	11,1	5,6	11,1	1,9	3,7	3,7	9,2	24,1	7,4	100,0

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

Produtos de matérias plásticas, com 50,0%, cada uma. As empresas com processos reproduzidos do exterior que se destacam são: Mecânicas, com 66,7%, e Têxtil, com 40,0%.

No que se refere ao desempenho operacional, um significativo ponto levantado pela pesquisa é o da existência ou não do controle de qualidade, e de qual forma este é realizado. Constatou-se que este controle é efetivado de modo praticamente igual em quase todas as etapas da elaboração do produto, devendo-se pequeno destaque quanto ao produto acabado, que participa com 38,4%, contra 30,2% tanto de matéria-prima como do processo de produção. Duas outras observações merecem ser feitas: uma delas é sobre a inexistência do controle de qualidade durante o processo produtivo por parte das indústrias de Produtos de matérias plásticas; e a outra é o controle de qualidade mantido pelas indústrias de Vestuário, calçados e artefatos de tecidos da ADR Especial após a venda do produto. (Tabela 5.2.3.2)

BCME - BIBLIOTECA

Tabela 5.2.3.2

Controle de Qualidade, Segundo a Etapa do Processo Produtivo e o Gênero

Ceará

1998

<i>Etapa</i>	<i>Minerais não-metálicos</i>	<i>Metalúrgica</i>	<i>Mecânica</i>	<i>Material elétrico e de comunicação</i>	<i>Química</i>	<i>Perfumaria, sabões e velas</i>	<i>Produtos de matérias plásticas</i>	<i>Têxtil</i>	<i>Vestuário, calçados e artefatos de tecidos</i>	<i>Produtos alimentares</i>	<i>Total</i>
Na matéria-prima	33,3	20,0	40,0	25,0	33,3	25,0	33,3	30,0	27,8	42,8	30,2
No processo empregado na produção	27,8	30,0	20,0	37,5	33,3	25,0	0,0	40,0	33,3	28,6	30,2
No produto acabado	38,9	50,0	40,0	37,5	33,3	50,0	66,7	30,0	33,3	28,6	38,4
Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,6	0,0	1,2
Total	20,9	11,6	5,8	9,3	3,5	4,7	3,5	11,6	20,9	8,1	100,0

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

5.2.4. A origem e a natureza da assistência técnica

A respeito da origem da assistência técnica, constata-se, conforme a tabela 5.2.4.1 e o gráfico 15, a intensa utilização da assistência local, representando 63,5% do total, enquanto a assistência das regiões Sudeste e Sul participam com 23,1% e estrangeira, com 13,5%.

Tabela 5.2.4.1
Origem da Assistência Técnica, Segundo o Gênero
Ceará
1998

<i>Origem</i>	<i>Minerais não-metálicos</i>	<i>Metalmúrgica</i>	<i>Mecânica</i>	<i>Material elétrico e de comunicação</i>	<i>Química</i>	<i>Perfumaria, sabões e velas</i>	<i>Produtos de matérias plásticas</i>	<i>Têxtil</i>	<i>Vestuário, calçados e artefatos de tecidos</i>	<i>Produtos alimentares</i>	<i>Total</i>
Local	66,7	83,3	33,3	50,0	50,0	100,0	100,0	66,7	54,5	60,0	63,5
Nacional ¹	25,0	16,7	0,0	50,0	50,0	0,0	0,0	33,3	27,3	0,0	23,1
Estrangeira ²	8,3	0,0	66,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	18,2	40,0	13,5
Total	23,1	11,5	5,8	7,7	3,8	1,9	3,8	11,5	21,2	9,6	100,0

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

¹ Regiões Sul (RS e SC) e Sudeste (SP, MG e ES).

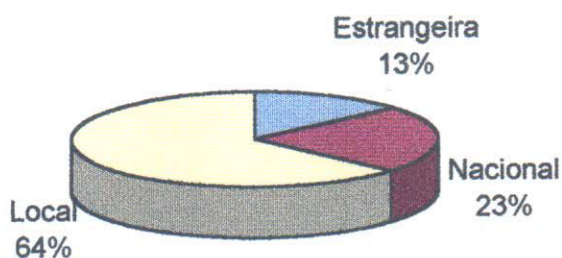
² Alemanha, Argentina, Estados Unidos, Japão e Taiwan.

Verifica-se que os setores de bens intermediários e de consumo durável são os que mais utilizam a assistência técnica de fora do estado, destacando-se entre eles os gêneros de: Material elétrico e de comunicação e de Química, importando metade da sua assistência técnica das regiões Sudeste e Sul do país; o gênero de Mecânica é o que merece maior atenção, pois depende de mais de dois terços da assistência técnica importada, sendo esta dependência totalmente estrangeira; saliente-se, ainda, o gênero de

Vestuário, calçados e artefatos de tecidos, que importa quase metade da sua assistência técnica, distribuída da seguinte forma: 27,3% nacional e 18,2% estrangeira.

Gráfico 15
Assistência Técnica, Segundo a Origem

Ceará
1998



Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

Ao se analisar a natureza da assistência técnica utilizada pelas empresas, verifica-se que quase todas usam sua própria assistência técnica, com um índice de 84,4%. Embora boa parte importe de outros locais, podemos concluir que estas são importadas das matrizes das próprias empresas. O gênero de Material elétrico e de comunicação, por exemplo, adquire metade da sua assistência técnica de terceiros. Quanto às regiões, somente as empresas localizadas nas ADRs Especial, Cariri e Sobral/Ibiapaba adquirem assistência técnica de terceiros, enquanto as empresas localizadas mais distantes da RMF, independentemente de sua natureza, recorrem a serviços de outras regiões com maior frequência do que

as demais. Segundo Azzoni (1986), as empresas que se localizam em cidades maiores lançam mão dos serviços de terceiros em outras regiões com frequência muito menor do que aquelas localizadas em municípios de porte pequeno, caracterizando essas áreas como diferenciadas diante das demais, no que diz respeito a localização.⁵⁵ (Tabelas 5.2.4.2 e 5.2.4.3)

Tabela 5.2.4.2
Natureza da Assistência Técnica, Segundo o Gênero
Ceará
1998

<i>Natureza</i>	<i>Minerais não-metálicos</i>	<i>Metalmúrgica</i>	<i>Mecânica</i>	<i>Material elétrico e de comunicação</i>	<i>Química</i>	<i>Perfumaria, sabões e velas</i>	<i>Produtos de matérias plásticas</i>	<i>Têxtil</i>	<i>Vestuário, calçados e artefatos de tecidos</i>	<i>Produtos alimentares</i>	<i>Total</i>
Próprio	80,0	80,0	100,0	50,0	100,0	100,0	100,0	100,0	81,8	100,0	84,4
Terceiros	20,0	20,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	18,2	0,0	15,6
Total	22,2	11,1	4,4	8,9	2,2	4,4	4,4	8,9	24,4	8,9	100,0

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

Tabela 5.2.4.3
Natureza da Assistência Técnica, Segundo as ADRs
Ceará
1998

<i>Natureza</i>	<i>Especial</i>	<i>Litoral</i>	<i>Vale do Jaguaribe/Centro-Sul</i>	<i>Cariri</i>	<i>Sertão Central</i>	<i>Sobral/Ibiapaba</i>	<i>Total</i>
Próprio	77,3	100,0	100,0	66,7	100,0	66,7	84,4
Terceiros	22,7	0,0	0,0	33,3	0,0	33,3	15,6
Total	48,9	26,7	2,2	6,7	8,9	6,7	100,0

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

⁵⁵ Azzoni, 1986, p. 99.

Através da composição das indústrias implantadas no estado do Ceará, apresentada na tabela 4.2.4, observamos expressiva participação das micro, pequenas e médias empresas, representando mais de 90,0% do total. Segundo Galvão (1998), as novas formas de produção estão possibilitando oportunidades ao crescimento de inúmeras pequenas e médias firmas, tanto em regiões industrializadas quanto nas menos desenvolvidas, e isto deve-se, segundo ele, a três fatores: a) política de descentralização das grandes corporações, onde as grandes empresas são desmembradas em plantas menores ou instalam subsidiárias em diversas regiões do país ou de outras nações; b) concessão de direito de produção a outras empresas na forma de licenciamento e franquia; c) desverticalização nas grandes empresas, onde se destacam a terceirização, subcontratação e o *out-sourcing* (busca de fornecedores externos de insumos, peças, componentes e serviços antes produzidos na própria empresa).⁵⁶

BCME-BIBLIOTECA

Considerando os serviços contratados das outras empresas no mesmo município de funcionamento, percebe-se a influência das economias de urbanização, em especial, na contratação de serviços terceirizados, fazendo com que as novas indústrias instaladas possuam potencial para gerar empregos indiretos. Os serviços de alimentação, de transporte da produção e de funcionários, e de manutenção concentram as maiores possibilidades de crescimento e oportunidade de empregos, em face das maiores necessidades das empresas nestes serviços, merecendo destaque, como já esperávamos, o de alimentação, nas ADRs Especial e Litoral, e, principalmente, o de transporte da produção nas demais ADRs. (Tabelas 5.2.4.4 e 5.2.4.5)

⁵⁶ Galvão, 1998, p. 774.

Tabela 5.2.4.4

Serviços Contratados de Outras Empresas do Município, Segundo as ADRs

Ceará

1998

<i>Serviços</i>	<i>Especial</i>	<i>Litoral</i>	<i>Vale do Jaguaribe/ Centro-Sul</i>	<i>Cariri</i>	<i>Sertão Central</i>	<i>Sobral/ Ibiapaba</i>	<i>Total</i>
Alimentação	40,0	39,3	0,0	0,0	30,0	33,3	36,8
Transporte da produção	26,6	17,8	50,0	100,0	40,0	33,3	27,6
Transporte de funcionários	16,7	25,0	0,0	0,0	20,0	16,7	19,7
Outros	16,7	17,8	50,0	0,0	10,0	16,7	15,8
Total	39,0	36,4	2,6	1,3	13,0	7,8	100,0

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

Tabela 5.2.4.5

Serviços Contratados de Outras Empresas do Município, Segundo o Gênero

Ceará

1998

<i>Serviços</i>	<i>Minerais não- metálicos</i>	<i>Metalúrgica</i>	<i>Mecânica</i>	<i>Material elétrico e de comunicação</i>	<i>Química</i>	<i>Perfumaria, sabões e velas</i>	<i>Produtos de matérias plásticas</i>	<i>Têxtil</i>	<i>Vestuário, calçados e artefatos de tecidos</i>	<i>Produtos alimentares</i>	<i>Total</i>
Alimentação	40,0	37,5	25,0	50,0	0,0	50,0	33,3	33,3	36,8	33,3	36,8
Transporte da produção	26,7	50,0	25,0	0,0	50,0	25,0	33,3	11,1	26,3	33,3	27,6
Transporte de funcionários	6,6	12,5	25,0	0,0	0,0	25,0	0,0	44,4	26,3	22,2	19,7
Outros	26,7	0,0	25,0	50,0	50,0	0,0	33,3	11,1	10,5	11,1	15,8
Total	19,5	10,4	5,2	5,2	2,6	5,2	3,9	11,7	24,7	11,7	100,0

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

Os resultados da pesquisa indicam estar havendo um processo de subcontratação produtiva. Para Carleial (1997), assim como para Pagnani (1989), a subcontratação pressupõe uma relação “não de mercado”, pela existência de relação contratual entre uma empresa primária (contratante) e uma empresa secundária (subcontratada), podendo esta ser estabelecida

formal ou informalmente, pela simples entrega da solicitação de pedidos.⁵⁷ As empresas que utilizam este processo o fazem em busca de diversas vantagens, dentre as quais podemos citar: a) reduzir o tamanho da planta; b) externalizar investimentos em ativos fixos, riscos, custos trabalhistas etc.; e c) revitalizar-se pelo estabelecimento de novas relações.⁵⁸ Este processo surge nos ramos mais dinâmicos, através dos setores de bens intermediários e de bens de consumo não duráveis, nas empresas dos gêneros de Produtos plásticos e de Mecânica, em 33,3% e 25,0%, respectivamente.

BCME - BIBLIOTECA

5.2.5. O funcionamento das empresas

Considerando o funcionamento das empresas, observa-se que a maioria trabalha em pelo menos dois turnos. Conforme esperávamos, isso decorre da qualidade dos equipamentos utilizados no processo de produção, apresentados anteriormente, dos quais cerca de 95,0% estão entre viáveis e modernos. Neste cenário são excetuadas as empresas dos gêneros de: Mecânica, operando apenas em um turno e com capacidade ociosa de 77,5%; um quarto do gênero de Produtos alimentares, com 35,0% de capacidade ociosa; e 10,0% das empresas do gênero de Vestuário, calçados e artefatos de tecidos, funcionando com 32,9% delas com capacidade ociosa. Todas as indústrias pesquisadas dos gêneros de Química e de Perfumaria operam suas atividades em dois turnos, mas apresentam significativo índice de capacidade ociosa. As indústrias Têxteis são as únicas que trabalham nos três turnos, em virtude, talvez, de seus equipamentos serem totalmente modernos,

⁵⁷ Pagnani, 1989, p. 49.

⁵⁸ Carleial, 1997, p. 116.

apresentando portanto o menor índice de capacidade ociosa, com apenas 5,0%. (Tabelas 5.2.5.1 e 5.2.5.2)

Tabela 5.2.5.1
Funcionamento das Empresas, Segundo o Gênero
Ceará
1998

Gênero	Turnos		
	1	2	3
Minerais não-metálicos	0,0	37,5	62,5
Metalúrgica	0,0	80,0	20,0
Mecânica	100,0	0,0	0,0
Material elétrico e de comunicação	0,0	66,6	33,3
Química	0,0	100,0	0,0
Perfumaria, sabões e velas	0,0	100,0	0,0
Produtos de matérias plásticas	0,0	50,0	50,0
Têxtil	0,0	0,0	100,0
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	10,0	30,0	60,0
Produtos alimentares	25,0	75,0	0,0
Total	7,3	48,8	43,9

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

BCME-BIBLIOTECA

Tabela 5.2.5.2
Capacidade Ociosa das Empresas, Segundo o Gênero
Ceará
1998

Gênero	Capacidade Ociosa
Minerais não-metálicos	20,6
Metalúrgica	52,0
Mecânica	77,5
Material elétrico e de comunicação	46,7
Química ¹	100,0
Perfumaria, sabões e velas	35,0
Produtos de matérias plásticas	40,0
Têxtil	5,0
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	32,9
Produtos alimentares	35,0
Média	34,0

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

¹ Empresa com atividade paralisada.

As indústrias situadas na ADR Sobral/Ibiapaba são as que mais estão utilizando seu potencial produtivo, pois apresentam apenas 10,0% de

capacidade ociosa, levando à conclusão de que as novas indústrias estão funcionando muito aquém do seu potencial instalado, visto que detêm uma média de 34,0% de capacidade ociosa.

Tabela 5.2.5.3
Capacidade Ociosa das Empresas, Segundo as ADRs
Ceará
1998

<i>Áreas de Desenvolvimento Regional</i>	<i>Capacidade Ociosa</i>
Especial	30,5
Litoral	35,0
Vale do Jaguaribe/ Centro-Sul ¹	100,0
Cariri	57,7
Sertão Central	42,5
Sobral/Ibiapaba	10,0
Total	34,0

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

¹ Empresa com atividade paralisada.

5.3. Mercado de matérias-primas e produtos

Objetivando compreender alguns fatores passíveis de subsidiar a análise locacional dos novos investimentos industriais no Ceará, passa-se neste momento à observação da origem da matéria-prima empregada na produção e de uma possível busca de integração intra-regional das indústrias envolvidas.

Como mostrado na tabela 5.3.1 sobre a origem da matéria-prima das indústrias implantadas, a predominância das matérias-primas utilizadas é proveniente do próprio estado do Ceará, com 38,8%, enquanto a região

Sudeste, em segundo lugar na origem das matérias-primas, está com 29,5%, os outros estados da região Nordeste participam com 13,8% e o exterior apresenta apenas 7,8%.

Tabela 5.3.1
Origem da Matéria-Prima, Segundo as Regiões e o Gênero
Ceará
1998

<i>Regiões</i>	<i>Minerais não-metálicos</i>	<i>Metalmúrgica</i>	<i>Mecânica</i>	<i>Material elétrico e de comunicação</i>	<i>Química</i>	<i>Perfumaria, sabões e velas</i>	<i>Produtos de matérias plásticas</i>	<i>Têxtil</i>	<i>Vestuário, calçados e artefatos de tecidos</i>	<i>Produtos alimentares</i>	<i>Total</i>
Ceará	66,6	44,0	27,5	25,0	20,0	50,0	57,5	5,3	23,2	55,0	38,8
Outros estados do Nordeste	10,4	5,0	5,0	6,6	70,0	12,5	2,5	25,5	13,5	22,5	13,8
Norte	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2	0,1
Centro-Oeste	1,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	9,5	0,0	2,6
Sudeste	20,4	51,0	35,0	66,7	10,0	35,0	40,0	12,0	31,6	1,2	29,5
Sul	1,8	0,0	0,0	1,7	0,0	2,5	0,0	23,7	18,4	0,0	7,3
Exterior	0,0	0,0	32,5	0,0	0,0	0,0	0,0	33,5	3,8	20,0	7,8
Total	19,6	12,2	4,9	7,3	2,4	4,9	4,9	9,7	24,4	9,7	100,0

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

No que se refere aos setores industriais, o gênero Têxtil é o que menos utiliza a matéria-prima local, com apenas 5,3%, sendo esta importada principalmente do exterior, dos outros estados do Nordeste e da região Sul. Vale salientar que o estado do Ceará passa por enormes dificuldades na produção algodoeira. Contudo, através da aquisição das matérias-primas do gênero de Química, constata-se a existência de maior integração com os demais estados do Nordeste, neste gênero, principalmente com a Bahia, em face do Pólo Petroquímico de Camaçari. Verifica-se, também, que os setores de bens intermediários e de consumo durável mantêm parte significativa de

suas matérias-primas oriundas da região Sudeste, seguindo a tendência da pesquisa realizada em 1992 pela SUDENE⁵⁹ sobre as indústrias incentivadas.

Finalmente, quando da análise do gênero de Vestuário, calçados e artefatos de tecidos são encontrados números substanciais, assim como no gênero Têxtil, indicando forte dependência em relação às regiões Sul e Sudeste, ou seja, estas duas regiões, juntas, respondem pela metade da matéria-prima utilizada na produção destes gêneros.

Quanto à origem da matéria-prima, vista pelo lado das ADRs, percebe-se a expressiva participação dos produtos oriundos dos outros estados do Nordeste nas ADRs Vale do Jaguaribe/Centro-Sul e Cariri, principalmente pelas empresas do setor de bens de consumo não duráveis, em virtude da maior proximidade de alguns estados da região Nordeste do que da capital do estado do Ceará. Vale destacar, também, a origem da matéria-prima da ADR Sertão Central, da qual 36,3% advém do exterior, uma vez que indústrias dos gêneros de Mecânica e de Produtos alimentares, como vimos, são oriundas do exterior, mais especificamente, de Taywan.

Através da matéria-prima adquirida no Ceará, tabela 5.3.3, constata-se: a concentração desta nos municípios que compõem a RMF (a capital participa com 32,32% do total) e nos municípios mais desenvolvidos das ADRs, somando-se ao observado no item 5.1.3, sobre a localização das indústrias, que apresenta a concentração das novas indústrias nestes municípios, fortalece a constatação da existência de economias de aglomeração, relacionadas à proximidade com outras indústrias e insumos produtivos. Ou seja, as indústrias conseguem reduzir seus custos unitários de

⁵⁹ SUDENE, 1992, p. 56.

produção graças à localização da firma junto a outras firmas do mesmo setor ou firmas fornecedoras de suas matérias-primas.

Tabela 5.3.2
Origem da Matéria-Prima, Segundo as Regiões e as ADRs

Ceará
1998

<i>Regiões</i>	<i>Especial</i>	<i>Litoral</i>	<i>Vale do Jaguaribe/ Centro-Sul</i>	<i>Cariri</i>	<i>Sertão Central</i>	<i>Sobral/ Ibiapaba</i>	<i>Total</i>
Ceará	39,9	41,5	20,0	13,3	41,3	55,0	38,8
Outros estados do Nordeste	11,2	6,4	70,0	43,3	8,7	20,0	13,8
Norte	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Centro-Oeste	5,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,6
Sudeste	35,6	30,4	10,0	33,3	11,2	10,0	29,5
Sul	7,0	8,8	0,0	10,0	2,5	10,0	7,3
Exterior	0,7	12,5	0,0	0,0	36,3	5,0	7,8
Total	46,3	29,3	2,4	7,3	9,8	4,9	100,0

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

Tabela 5.3.3
Origem da Matéria-Prima, Segundo os Municípios Cearenses

Ceará
1998

<i>Municípios Cearenses</i>	<i>%</i>
Acarape	0,61
Barro	0,49
Camocim	0,12
Caucaia	2,20
Eusébio	2,44
Fortaleza	32,32
Horizonte	4,76
Iguatu	4,83
Irauçuba	1,22
Itaitinga	0,49
Jaguaruana	2,44
Maracanaú	5,66
Maranguape	2,68
Massapê	1,71
Missão Velha	1,71
Pacajus	3,90
Redenção	1,22
Santa Quitéria	1,22
Sobral	3,05
Total	100,0

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

Pode-se verificar claramente a existência de forças de aglomeração, quando da observação das tabelas que se seguem, e que retratam: 1. a utilização da produção de uma empresa para fabricação de outros produtos de outras empresas; 2. a empresa como estímulo ao surgimento de empresas fornecedoras de matérias-primas; e 3. se a empresa foi implantada com a finalidade de ser fornecedora de matéria-prima às outras empresas.

O primeiro fator pode ser observado através das tabelas 5.3.4 e 5.3.5, que apresentam a participação das empresas cujos produtos possam ser utilizados na fabricação de outros bens de empresas instaladas no estado do Ceará, verificando-se que 41,5% delas possuem produtos que podem ser utilizados em outros processos produtivos, indicando a possibilidade de inter-relação produtiva entre as empresas.

Quanto aos gêneros industriais, os números mais significativos dizem respeito às empresas de Material elétrico e de comunicação e de Química, nas quais seus produtos podem ter um aproveitamento total; três quartos das empresas do gênero Têxtil e metade das empresas de Produtos de matérias plásticas e de Vestuário, calçados e artefatos de tecidos afirmaram que seus produtos podem ser utilizados nos processos produtivos de outras empresas. Em relação às ADRs, as que geram índices mais significativos são aquelas localizadas nas ADRs Vale do Jaguaribe/ Centro-Sul e Sobral/Ibiapaba, com aproveitamento total, e Sertão Central, com 50,0%.

Tabela 5.3.4

Utilização da Produção para a Fabricação de Outros Produtos, Segundo o Gênero

Ceará

1998

<i>Gênero</i>	<i>Sim</i>	<i>Não</i>
Minerais não-metálicos	37,5	62,5
Metalúrgica	20,0	80,0
Mecânica	0,0	100,0
Material elétrico e de comunicação	100,0	0,0
Química	100,0	0,0
Perfumaria, sabões e velas	0,0	100,0
Produtos de matérias plásticas	50,0	50,0
Têxtil	75,0	25,0
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	50,0	50,0
Produtos alimentares	25,0	75,0
Total	41,5	58,5

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

Tabela 5.3.5

Utilização da Produção para a Fabricação de Outros Produtos, Segundo as ADRs

Ceará

1998

<i>Áreas de Desenvolvimento Regional</i>	<i>Sim</i>	<i>Não</i>
Especial	36,9	63,1
Litoral	33,3	66,7
Vale do Jaguaribe/ Centro-Sul	100,0	0,0
Cariri	33,3	66,7
Sertão Central	50,0	50,0
Sobral/ Ibiapaba	100,0	0,0
Total	41,5	58,5

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

As tabelas 5.3.6 e 5.3.7 mostram indícios quanto ao surgimento e ampliação dos complexos setoriais e regionais, visto que 40,5% das novas indústrias foram instaladas com a finalidade de serem fornecedoras de matérias-primas para outras indústrias do estado, enquanto outras 25,6% foram capazes de estimular o surgimento de empresas fornecedoras de suas matérias-primas. Para tanto, merecem maiores destaques, com suas respectivas finalidades e capacidades de estímulo, os setores de: a) bens de consumo não duráveis, com os gêneros: Têxtil, com 66,7% e 50,0%; de Produtos alimentares, com 50,0% e 50,0%; e de Vestuário, calçados e

artefatos de tecidos, com 33,3% e 30,0%; e b) bens de consumo duráveis, com os gêneros de: Material elétrico e de comunicação, com 66,7% e 33,3%; e Mecânica, com 50,0% e 50,0%.

Tabela 5.3.6

Empresa como Estímulo ao Surgimento de Empresas Fornecedoras de Matéria-Prima, Segundo o Gênero
Ceará
1998

<i>Gênero</i>	<i>Sim</i>	<i>Não</i>
Minerais não-metálicos	12,5	87,5
Metalúrgica	20,0	80,0
Mecânica	50,0	50,0
Material elétrico e de comunicação	33,3	66,7
Química	0,0	100,0
Perfumaria, sabões e velas	0,0	100,0
Produtos de matérias plásticas	0,0	100,0
Têxtil	50,0	50,0
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	30,0	70,0
Produtos alimentares	50,0	50,0
Total	25,6	74,4

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

BCME-BIBLIOTECA

Tabela 5.3.7

Finalidade da Implantação da Firma, Segundo o Gênero
Ceará
1998

<i>Gênero</i>	<i>Fornecedora</i>	<i>Não Fornecedora</i>
Minerais não-metálicos	28,6	71,4
Metalúrgica	20,0	80,0
Mecânica	50,0	50,0
Material elétrico e de comunicação	66,7	33,3
Química	0,0	100,0
Perfumaria, sabões e velas	100,0	0,0
Produtos de matérias plásticas	0,0	100,0
Têxtil	66,7	33,3
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	33,3	66,7
Produtos alimentares	50,0	50,0
Total	40,5	59,5

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

Analisando o caso pela ótica dos complexos regionais, através das tabelas 5.3.8 e 5.3.9, percebemos que as novas indústrias instaladas nas

ADRs Especial e Litoral - podendo dizer, pertencentes à RMF - na sua maioria têm como finalidade de implantação o fornecimento de matéria-prima às indústrias já existentes, e isto se deve, principalmente, à existência de um complexo industrial. A maioria das indústrias instaladas nas ADRs do Sertão Central e Sobral/Ibiapaba, entretanto, pelo fato de seus complexos ainda estarem se formando, tanto possuem empresas com a finalidade de fornecedora como também com a de estimular o surgimento de outras empresas, ou seja, estas novas indústrias vieram complementar a cadeia produtiva local.

Tabela 5.3.8

Empresa como Estímulo ao Surgimento de Empresas Fornecedoras de Matéria-Prima, Segundo as ADRs
Ceará
1998

<i>Áreas de Desenvolvimento Regional</i>	<i>Sim</i>	<i>Não</i>
Especial	15,8	84,2
Litoral	20,0	80,0
Vale do Jaguaribe/ Centro-Sul	0,0	100,0
Cariri	33,3	66,7
Sertão Central	75,0	25,0
Sobral/ Ibiapaba	50,0	50,0
Total	25,6	74,4

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

Tabela 5.3.9

Finalidade da Implantação da Firma, Segundo as ADRs
Ceará
1998

<i>Áreas de Desenvolvimento Regional</i>	<i>Fornecedora</i>	<i>Não Fornecedora</i>
Especial	41,2	58,8
Litoral	60,0	40,0
Vale do Jaguaribe/ Centro-Sul	0,0	100,0
Cariri	0,0	100,0
Sertão Central	25,0	75,0
Sobral/ Ibiapaba	50,0	50,0
Total	40,5	59,5

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

Finalmente, analisa-se o mercado consumidor e as formas de fixação dos preços dos produtos das novas indústrias instaladas no Ceará. As tabelas 5.3.10 e 5.3.11 demonstram que o grande mercado consumidor destas novas empresas localiza-se no próprio estado e na própria região nordestina, ficando em terceiro plano os estados do Sudeste, com 16,2%. Os gêneros de Química e Têxtil, entretanto, destinam 60,0% e 44,5% da sua produção à região Sudeste, enquanto as ADRs Vale do Jaguaribe/Centro-Sul e Sertão Central também remetem 60,0% e 27,5%, para o Sudeste; ademais esta última ADR envia, ainda, 21,2% para o exterior, merecendo destaque o fato de todas pertencerem ao setor de bens intermediários.

BCME-BIBLIOTECA

Tabela 5.3.10

Destino da Produção, Segundo as Regiões e as ADRs

Ceará

1998

<i>Regiões</i>	<i>Especial</i>	<i>Litoral</i>	<i>Vale do Jaguaribe/ Centro-Sul</i>	<i>Cariri</i>	<i>Sertão Central</i>	<i>Sobral/ Ibiapaba</i>	<i>Total</i>
Ceará	53,0	41,3	10,0	46,6	11,3	25,5	41,2
Outros estados do Nordeste	21,8	18,1	30,0	50,0	20,0	15,0	21,7
Norte	3,8	3,4	0,0	1,7	15,0	13,5	4,9
Centro-Oeste	6,9	2,3	0,0	1,7	0,0	1,0	3,9
Sudeste	6,7	25,0	60,0	0,0	27,5	25,0	16,2
Sul	6,8	3,1	0,0	0,0	5,0	15,0	5,1
Exterior	1,1	6,7	0,0	0,0	21,2	5,0	4,6
Total	48,0	26,5	2,5	7,7	10,2	5,1	100,0

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

Tabela 5.3.11

Destino da Produção, Segundo as Regiões e o Gênero

Ceará

1998

<i>Regiões</i>	<i>Minerais não- metálicos</i>	<i>Metalúrgica</i>	<i>Mecânica</i>	<i>Material elétrico e de comunicação</i>	<i>Química</i>	<i>Perfumaria, sabões e velas</i>	<i>Produtos de matérias plásticas</i>	<i>Têxtil</i>	<i>Vestuário, calçados e artefatos de tecidos</i>	<i>Produtos alimentares</i>	<i>Total</i>
Ceará	58,1	47,0	45,0	40,0	10,0	50,0	29,0	14,7	39,8	48,5	41,2
Outros estados do Nordeste	21,9	32,0	15,0	29,7	30,0	32,5	30,0	9,5	20,0	15,2	21,7
Norte	10,6	2,0	10,0	3,3	0,0	15,0	1,0	0,8	3,8	1,2	4,9
Centro-Oeste	0,3	0,0	0,0	3,3	0,0	2,5	30,0	9,8	3,8	2,5	3,9
Sudeste	0,9	2,0	25,0	20,3	60,0	0,0	10,0	44,5	18,4	27,5	16,2
Sul	5,0	0,0	5,0	3,3	0,0	0,0	0,0	7,2	11,2	5,0	5,1
Exterior	2,5	17,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	13,5	3,0	0,2	4,6
Total	19,9	12,5	5,0	7,5	2,5	5,0	5,0	10,0	22,5	10,0	100,0

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

Quanto à política de preços, segundo as empresas pesquisadas, os preços são fixados, principalmente, com base nos custos médios, não afastando a preocupação das empresas sobre o preço dos concorrentes. Merecem destaque as empresas dos gêneros de: Mecânica e Produtos de matérias plásticas, com 66,7% e 50,0%, com base no preço dos concorrentes; Química, Minerais não-metálicos e Têxtil, com 33,3%, 25,0% e 20,0%, respectivamente, segundo orientação da empresa matriz. Outra observação a ser feita é o fato de nenhuma das empresas pesquisadas terem seus preços regulados pelo governo. (Tabela 5.3.12)

Tabela 5.3.12

Fixação de Preços, Segundo as Formas e o Gênero
Ceará
1998

<i>Formas</i>	<i>Minerais não- metálicos</i>	<i>Metalúrgica</i>	<i>Mecânica</i>	<i>Material elétrico e de comunicação</i>	<i>Química</i>	<i>Perfumaria, sabões e velas</i>	<i>Produtos de matérias plásticas</i>	<i>Têxtil</i>	<i>Vestuário, calçados e artefatos de tecidos</i>	<i>Produtos alimentares</i>	<i>Total</i>
Com base no preço dos concorrentes	25,0	28,6	66,7	25,0	33,3	0,0	50,0	20,0	20,0	33,3	27,9
Com base nos custos médios	50,0	57,1	33,3	75,0	33,3	100,0	50,0	60,0	53,3	66,7	55,7
Com base na orientação da matriz da empresa	25,0	14,3	0,0	0,0	33,3	0,0	0,0	20,0	6,7	0,0	11,5
Preço regulamentado pelo governo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	20,0	0,0	4,9
Total	19,7	11,5	4,9	6,6	4,9	3,3	6,6	8,2	24,6	9,8	100,0

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

5.4. Recursos humanos e salários

BCME-BIBLIOTECA

Na tentativa de verificar a origem e a qualificação da mão-de-obra, busca-se através da pesquisa obter dados sobre os recursos humanos utilizados pelas novas indústrias instaladas no Ceará. Isto é, fazer um levantamento da distribuição de pessoal e salarial e da existência ou não de dificuldades e necessidades para a contratação de mão-de-obra especializada.

Conforme mostra a tabela 5.4.1, toda a mão-de-obra não especializada empregada nas novas indústrias é de origem local, mas parte dos técnicos de nível superior e empregados especializados provêm das regiões Sudeste, Sul e Nordeste. Isto pode ser facilmente explicado, em face da origem das empresas e das grandes dificuldades para a contratação de mão-de-obra especializada, pois 56,1% destas empresas encontram

dificuldades em pelo menos uma especialidade. As empresas localizadas nas ADRs Vale do Jaguaribe/Centro-Sul e Sobral/Ibiapaba, constantes da tabela 5.1.3.1, são as que enfrentam mais dificuldades, com um índice de 100,0%; em seguida, as do Cariri, com 66,0%. Quanto aos gêneros, os que mostram mais dificuldades são: os de Material elétrico e de comunicação e o de Química, com 100,0%; o de Minerais não-metálicos, com 62,5%; e o de Vestuário, calçados e artefatos de tecidos, com 60,0% (Tabelas 5.4.2 e 5.4.3). Desse modo, era necessário que estes setores contratassem mão-de-obra especializada fora do Ceará, no caso, das regiões Nordeste, Sul e Sudeste, conforme apresenta a tabela 5.4.4.

BCME-BIBLIOTECA

Tabela 5.4.1

Distribuição Produtiva, Salarial e Origem do Pessoal

Ceará

1998

Especificação	Quantidade de pessoal		Origem da mão-de-obra							Média Salarial
	Produção	Outros setores	CE	Outros NE	NO	CO	SU	SE	Ext.	
Técnico nível superior	1,3	1,1	84,0	0,0	0,0	0,0	4,0	12,0	0,0	1.262,30
Empregados especializados	10,1	2,9	82,8	2,8	0,0	0,0	5,7	8,7	0,0	646,58
Empregados não especializados	123,0	18,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	168,61

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

Nota: Média salarial em R\$.

Tabela 5.4.2

Dificuldades para Contratação de Mão-de-Obra Especializada, Segundo as ADRs

Ceará

1998

Áreas de Desenvolvimento Regional	%
Especial	52,6
Litoral	50,0
Vale do Jaguaribe/Centro-Sul	100,0
Cariri	66,0
Sertão Central	50,0
Sobral/ Ibiapaba	100,0
Estado	56,1

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

Em relação aos salários dos profissionais, constata-se as seguintes médias: técnicos de nível superior, R\$ 1.262,30; empregados especializados, R\$ 646,58; e empregados não especializados, R\$ 168,61.

Tabela 5.4.3

Dificuldades para Contratação de Mão-de-Obra Especializada, Segundo o Gênero

Ceará

1998

<i>Gênero</i>	<i>%</i>
Minerais não-metálicos	62,5
Metalúrgica	40,0
Mecânica	50,0
Material elétrico e de comunicação	100,0
Química	100,0
Perfumaria, sabões e velas	50,0
Produtos de matérias plásticas	50,0
Têxtil	25,0
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	60,0
Produtos alimentares	50,0
Estado	56,1

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

BCME-BIBLIOTECA

Tabela 5.4.4

Necessidade de Contratação de Mão-de-Obra Especializada Fora do Estado do Ceará, Segundo o Gênero e as Regiões

Ceará

1998

<i>Gênero</i>	<i>Nordeste</i>	<i>Sudeste</i>	<i>Sul</i>	<i>Média</i>
Minerais não-metálicos	33,3	33,3	33,3	37,5
Metalúrgica	0,0	0,0	0,0	0,0
Mecânica	0,0	0,0	0,0	0,0
Material elétrico e de comunicação	0,0	100,0	0,0	33,3
Química	0,0	0,0	0,0	0,0
Perfumaria, sabões e velas	0,0	0,0	0,0	0,0
Produtos de matérias plásticas	0,0	0,0	0,0	0,0
Têxtil	0,0	50,0	50,0	50,0
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	0,0	33,3	66,6	30,0
Produtos alimentares	0,0	100,0	0,0	25,0
Estado	-	-	-	24,4

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

Sobre a origem da mão-de-obra contratada do estado do Ceará, mostrou-se evidenciado que as indústrias a requisitam principalmente do mesmo município no qual se instalaram. Quando muito, buscam na mesma região. Exceto no caso de alguns técnicos de nível superior e/ou empregados especializados, mais facilmente encontrados na capital, em praticamente todos os setores, todos os novos contratados recebem algum tipo de treinamento, na própria empresa ou fora dela.

BCME - BIBLIOTECA

Tabela 5.4.5

Contratação de Mão-de-Obra do Estado do Ceará, Segundo os Municípios e as ADRs

Ceará

1998

<i>Áreas de Desenvolvimento Regional</i>	<i>Próprio Município</i>	<i>Mesma ADR</i>	<i>Outra ADR</i>
Especial	61,3	35,5	3,2
Litoral	54,5	9,1	36,4
Vale do Jaguaribe/ Centro-Sul	50,0	0,0	50,0
Cariri	75,0	25,0	0,0
Sertão Central	44,4	33,3	22,2
Sobral/Ibiapaba	66,6	33,3	0,0
Média	77,8	-	-

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

Tabela 5.4.6

Treinamento de Contratados, Segundo o Gênero

Ceará

1998

<i>Gênero</i>	<i>%</i>
Minerais não-metálicos	62,5
Metalúrgica	60,0
Mecânica	100,0
Material elétrico e de comunicação	100,0
Química	100,0
Perfumaria, sabões e velas	100,0
Produtos de matérias plásticas	100,0
Têxtil	100,0
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	90,0
Produtos alimentares	100,0
Estado	85,4

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração nossa.

Diante do exposto sobre a mão-de-obra utilizada pelas novas empresas instaladas no estado do Ceará, constata-se que o panorama educacional existente consta como uma restrição à atração dos mesmos, mas, ao que parece, as empresas estão-se adequando a esta realidade, em virtude das vantagens de custo desta mão-de-obra, considerando-se a média salarial de R\$ 168,61 dos empregados não especializados. Sendo assim, a mão-de-obra barata não constitui empecilho direto à competitividade e à lucratividade, uma vez que permite reduzir custos e preços de produção; ademais, seu estrangulamento em relação ao uso de técnicas mais avançadas não demonstra ser um problema crucial até o momento, em decorrência das outras vantagens oferecidas.

BCME-BIBLIOTECA

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de evolução e crescimento da economia cearense, ao longo das três fases apresentadas nesta dissertação, mostra-se inteiramente relacionado às dinâmicas ocorridas tanto no plano regional quanto no nacional.

Como visto no segundo capítulo, constata-se que após relativa autonomia - voltada principalmente ao comércio com o exterior - a economia nordestina assumiu posição secundária no contexto nacional. Passa, então, a fornecer divisas ao crescimento da economia do Centro-Sul, através de seus superávits comerciais com o exterior, e déficits com o resto do país, levando, portanto, a um crescimento econômico diferenciado nas regiões brasileiras, com maior acumulação de capital no Centro-Sul.

Tal situação decorreu, também, da origem de formação do complexo econômico nordestino, baseado, a princípio, no sistema açucareiro e criatório e, posteriormente, no sistema algodoeiro. As crises do setor externo nordestino provocaram incremento no processo de articulação com o Centro-Sul. Diante disso, o setor industrial nordestino e o cearense concentraram-se na produção de gêneros tradicionais como: Têxtil, Alimentos, Bebidas e Couros.

Verificou-se que a grande maioria dos estabelecimentos cearenses estavam concentrados na zona urbana, constituídos juridicamente por firmas individuais de pequeno porte, onde quase a totalidade de seus sócios desempenhavam atividades dentro da própria empresa. Desse modo, ocorreu

a expressiva participação do capital local para a consecução dos investimentos no setor industrial, demonstrando a transição do capital agrário-exportador para o capital industrial.

Com o agravamento das disparidades inter-regionais desponta nova fase para a economia nordestina, assim como para a cearense, na qual a solução dos desequilíbrios existentes dependia da efetiva intervenção do estado, através do planejamento regional. Admitiu-se naquele instante que a industrialização era o único meio capaz de reverter as disparidades existentes e promover a equidade regional, além de absorver o grande volume de mão-de-obra disponível. Destarte, a indústria surge como a força motriz da economia nordestina, para promover uma maior integração nacional.

BCME - BIBLIOTECA

Dá-se, a partir de então, o processo de fomento da industrialização nordestina fundamentado nas transferências de capital do Centro-Sul para o Nordeste, através dos mecanismos de incentivos fiscais. Nestes, as decisões sobre os investimentos ficaram a critério das necessidades dos investidores, conseqüentemente, os novos estabelecimentos condicionaram-se à complementaridade produtiva da região Centro-Sul, visto que as decisões quanto a produção, localização etc., conformavam-se à competitividade dos capitais existentes.

No contexto nordestino, o Ceará diferenciou-se da Bahia e de Pernambuco por manter como características básicas a maior participação do capital local neste processo e concentração nos setores tradicionais, sendo, portanto, de significativa importância para o fortalecimento e crescimento de sua indústria de transformação, que passa de 0,57% para 1% de participação no VTI nacional, no período de 1960 a 1985. Quer dizer, propiciando uma

indústria mais competitiva e capaz de crescer a taxas superiores à média nacional. Este crescimento, contudo, mostrou-se extremamente concentrado na Região Metropolitana de Fortaleza, que participa com 80,6% dos estabelecimentos instalados neste período, levando a um profundo desequilíbrio econômico e social no Ceará.

Pelas constatações verificadas, encontraram-se evidências de que, em face da grave crise fiscal e financeira sofrida pelo governo federal, a partir da década de 80, as políticas de desenvolvimento regional foram relegadas a segundo plano. Conseqüentemente, ocorreram drásticas reduções tanto de projetos liberados quanto de recursos para este fim, levando a uma quase inexistência de estratégias de longo prazo para o setor industrial no contexto nacional.

BCME - BIBLIOTECA

Diante disto, observou-se novo posicionamento dos estados federados quanto à consecução das políticas de desenvolvimento econômico. Tal fato decorre, principalmente, da possibilidade de utilização de mecanismos fiscais, em virtude de alterações no sistema tributário, através da Constituição de 1988, constatando-se a manutenção do processo de desconcentração dos capitais do Centro-Sul ao longo dos últimos anos, pois estes capitais estavam passando por deseconomias de aglomeração, o que levava os estados nordestinos com melhores condições a se beneficiarem mais deste processo.

Neste intuito, tentou-se observar as mudanças de comportamento na estrutura administrativa e financeira do estado do Ceará, verificando-se que as transformações na estrutura econômica e social do estado dependem, a princípio, de reestruturação a fim de tornar o estado mais eficiente, capaz

de induzir o desenvolvimento; para isso foi implementado um conjunto de ações de ordem administrativa e financeira.

De acordo com o apresentado no terceiro capítulo, a reestruturação administrativa e financeira do estado do Ceará perseguia como objetivo central a melhoria das condições financeiras, que serviriam de sustentáculo às políticas de integração econômica estadual. Isto é, criar condições objetivas e subjetivas capazes de gerar bom ambiente, no qual o setor privado local e externo adquirisse confiança e estímulo para investir em novas atividades no Ceará.

BCME-BIBLIOTECA

Desse modo, é após o saneamento das finanças públicas que surgem possibilidades para a abertura de espaços à dinamização da atividade privada, através da retomada por parte do governo de novos investimentos e da busca de crescimento econômico, visto que este reordenamento financeiro resulta na formação crescente de poupança em conta corrente, propiciando ao governo a oportunidade de aumentar seus investimentos com recursos próprios.

Os efeitos deste processo podem ser comprovados quando se constata a significativa melhora nas condições de infra-estrutura, com o aumento no fornecimento de energia elétrica, água tratada e outros; e quando se comparam os indicadores econômicos cearenses aos dos demais estados da região nordestina. O Ceará passa, então, a receber maior destaque na economia regional, em virtude do crescimento nas participações dos PIBs brasileiro e nordestino, como também nas taxas de arrecadação de IPI e ICMS, dentre outros.

Neste contexto, o Ceará segue na busca de ajuste fiscal e de credibilidade, a fim de atrair novos investimentos e promover o desenvolvimento. Inclui, porém, uma nova meta: a interiorização do crescimento industrial. Na tentativa de compreender os reais motivos indutores do crescimento na economia cearense através de novos investimentos por parte das empresas que se instalaram no estado, desenvolveu-se pesquisa diretamente nessas empresas visando à obtenção de dados sobre os aspectos que condicionaram e influenciaram a atração destes novos capitais ao setor produtivo das diversas regiões do Ceará.

BCME - BIBLIOTECA

No quarto capítulo, a realização de uma pesquisa mais detalhada mostrou-se importante por gerar um banco de dados, possibilitando diversos estudos sobre a indústria cearense. Dentre eles, o que enfocou os determinantes da sua nova configuração setorial e espacial, afóra outros abrangendo os mais variados aspectos sobre o processo recente da industrialização cearense, indicando novos rumos para o desenvolvimento de novas políticas voltadas ao setor industrial do estado.

Quanto aos dados da pesquisa apresentados no quinto capítulo, observou-se que a significativa participação do capital local nos novos investimentos propiciou maior direcionamento aos setores tradicionais e mais integrados ao mercado regional, sobressaindo, também, a participação da região Sul, com 23,3% do volume total investido no estado, orientado, apenas, para os gêneros de Vestuário, calçados e artefatos de tecidos e Têxtil, proporcionando a consolidação dos pólos têxteis, calçadistas e de confecções.

A maioria das empresas que se instalaram no Ceará no referido período estavam passando por processos de expansão, sejam estes, da planta já existente ou da instalação de uma nova planta em outro local, ocorrendo tanto pela diferenciação do produto quanto pela diversificação das atividades.

BCME-BIBLIOTECA

A opção de expandir estes investimentos no Ceará deveu-se, segundo as empresas pesquisadas, principalmente à existência de mecanismos fiscais, federais e estaduais. Este último despontou, em virtude do seu crescimento ao longo dos últimos anos, como conseqüência do aumento da capacidade de financiamento do estado, conforme exposto, proveniente do saneamento das finanças públicas. Em seguida, mostraram-se também importantes a conquista de novos mercados, o baixo custo da mão-de-obra e o aproveitamento de matéria-prima e infra-estrutura. Todavia, quanto aos benefícios e incentivos fiscais proporcionados pelos estados nordestinos, para a atração de novos empreendimentos, constatou-se que todos oferecem condições iguais ou semelhantes. Observa-se, portanto, que existe algo mais a induzir a atração destes novos empreendimentos para a economia cearense, em detrimento dos outros estados, fator este talvez condicionado à credibilidade conquistada pelo governo estadual entre os empreendedores quanto à capacidade de cumprimento dos benefícios e condições oferecidas, em decorrência do ordenamento e controle fiscal e financeiro do estado do Ceará.

A junção dos fatores que definiram a implantação das empresas no estado, com os condicionantes de determinação municipais, levou à perspectiva de que neste processo ocorrem economias de aglomeração, pelo

fato de mais da metade destes novos estabelecimentos concentrarem-se no eixo da Região Metropolitana de Fortaleza, nas ADRs Especial e Litoral.

Sobre a decisão de em que investir, as novas empresas optaram, prioritariamente, por atividades nas quais tinham experiência. Esta decisão se complementou com o fato de a maioria destas indústrias usarem tecnologias adquiridas nacionalmente, algumas até eram empregadas por outras empresas do mesmo grupo empresarial. Verificou-se, ainda, que a utilização destas tecnologias deveu-se à necessidade de competir no mercado, tanto que cerca de 95% dos equipamentos usados eram viáveis e modernos para as condições de mercado.

SCME - BIBLIOTECA

Quanto à assistência técnica das empresas, mais da metade era de origem local. Como ocorria a contratação de outros serviços de diversas empresas do estado, supôs-se haver, em muitos casos, terceirização e/ou subcontratação produtiva. Observaram-se, porém, diversas inter-relações produtivas entre as empresas, pois quase metade destas fabricavam utilitários que possibilitavam a utilização em outros processos produtivos das outras indústrias instaladas no Ceará, enquanto parte considerável destes novos estabelecimentos surgiram com a finalidade de fornecedor de matérias-primas. Sendo assim, baseados nas análises dos dados da pesquisa, constatase a existência de economias de aglomeração, relacionadas também à proximidade com outras indústrias e insumos produtivos.

Em suma, este estudo leva à percepção de um grande salto quantitativo e qualitativo da economia cearense. Tal crescimento da economia, porém, mostra-se preponderantemente concentrado na Região Metropolitana de Fortaleza, não sendo capaz de reduzir as disparidades

existentes entre as demais regiões do estado. Tanto que nas outras sub-regiões (ADRs) também se constata elevada concentração destes novos investimentos nos municípios mais dinâmicos, que têm interligação com o processo produtivo realizado na RMF, em face da presença de economias de aglomeração. Observa-se, contudo, uma estrutura industrial mais complexa, com maiores relações com o investimento privado e com evolução do capital extra-regional, embora predomine ainda o capital local. Um fator positivo, todavia, diz respeito à expressiva participação de pequenas e médias empresas, significando portanto enorme potencial gerador de empregos, além de maior flexibilidade diante das mudanças no ambiente econômico.

BEME-BIBLIOTECA

A evolução da estrutura industrial cearense, como percebido ao longo do trabalho, leva a uma estrutura mais complexa, em que se destacam: o fortalecimento dos setores Têxtil e de Vestuário, calçados e artefatos de tecidos, promovendo o desenvolvimento dos pólos já existentes; a retração do setor de Produtos alimentares, o qual tem elevada perda de participação, visto que, em 1960, participava com 35,2% no número de estabelecimentos instalados no estado, passando para apenas 9,8%; e o crescimento do setor metalúrgico, que nos mesmos períodos passa de 1,1% para 12,2%, sobressaindo, como fator decisivo para a consecução deste, a presença do capital local, cuja participação, em 1985, chegou a mais de 85% do volume de investimentos. Na pesquisa, contudo, o observado é uma redução do capital local, embora ainda com significativa participação de 40,3%.

A preocupação básica consiste na necessidade de elaboração de políticas públicas mais consistentes para o setor industrial, objetivando principalmente o ordenamento de projetos por setor de atividade, bem como programas de capacitação e qualificação profissional, já que a tendência da

indústria é empregar cada vez menos e exigir cada vez mais dos empregados contratados. A dificuldade de contratação de mão-de-obra qualificada foi verificada como um entrave, contrabalanceado com a vantagem do seu baixo custo, e em alguns setores também com a inexistência de sindicalização.

Contudo a tendência de prolongamento deste processo deve-se não somente a concessões financeiras e de infra-estrutura, mas também à migração de empresas e às características da mão-de-obra local. Como o Ceará possui uma política fiscal estável, com suas finanças saneadas, dando portanto credibilidade para novos investidores, ainda existem possibilidades para se reverter o quadro de desenvolvimento centralizado apenas na região mais próxima à RMF, e alcançar maior equidade econômica e social. Ao longo das três fases, observa-se que existe, lentamente, a redução de concentração na RMF e o crescimento concentrado de outras regiões no interior do estado, ou seja, mostra-se a tendência de desconcentração, provocando outra concentração, em face das relações produtivas entre as empresas pesquisadas. Urge melhor direcionamento por parte do governo estadual, no intuito de induzir mais investimentos em setores e áreas de menor desenvolvimento. Ou seja, a busca pela interiorização do desenvolvimento.

BCME-BIBLIOTECA

7. ANEXOS

Lavras da Mangaral - RJ
Limoeiro do Norte
Morada Nova
Orós
Palhano
Pereiro
Piracema
Piraúna

1. Áreas de Desenvolvimento Regional, Municípios

ADR ESPECIAL

Aquiraz
Caucaia
Eusébio
Fortaleza
Guaiúba
Maracanaú
Maranguape
Pacatuba

ADR LITORAL

Acaraú
Amontada
Apuiarés
Aracati
Barroquinha
Beberibe
Bela Cruz
Camocim
Cascavel
Chaval
Chorozinho
Cruz
General Sampaio
Granja
Horizonte
Icapuí
Irauçuba
Itaiçaba
Itapajé
Itapipoca
Itarema
Jaguaruana
Jijoca de Jericoacoara
Marco
Martinópolis
Miraíma
Morrinhos
Pacajus
Paracuru

Paraipaba
Pentecoste
Pindoretama
Santana do Acaraú
São Gonçalo do Amarante
São Luís do Curu
Senador Sá
Tejuçuoca
Trairi
Tururu
Umirim
Uruburetama
Uruoca

ADR VALE DO JAGUARIBE/ CENTRO-SUL

Acopiara
Alto Santo
Antonina do Norte
Baixio
Cariús
Cedro
Ereré
Ibicuitinga
Icó
Iguatu
Ipaumirim
Iracema
Jaguetama
Jaguaribara
Jaguaribe
Jucás
Lavras da Mangabeira
Limoeiro do Norte
Morada Nova
Orós
Palhano
Pereiro
Potiretama
Quixelô

BCME - BIBLIOTECA

Quixeré
Russas
Saboeiro
São João do Jaguaribe
Tabuleiro do Norte
Umari
Várzea Alegre

ADR CARIRI

Abaiara
Altaneira
Araripe
Assaré
Aurora
Barbalha
Barro
Brejo Santo
Campos Sales
Caririaçu
Crato
Farias Brito
Granjeiro
Jardim
Jati
Juazeiro do Norte
Mauriti
Milagres
Missão Velha
Nova Olinda
Penaforte
Porteiras
Potengi
Salitre
Santana do Cariri
Tarrafas

ADR SERTÕES DOS INHAMUNS

Aiuaba
Ararendá
Arneiroz

Catarina
Crateús
Independência
Ipaporanga
Ipueiras
Nova Russas
Novo Oriente
Parambu
Poranga
Quiterianópolis
Tamboril
Tauá

ADR SERTÃO CENTRAL

Acarape
Aracoiaaba
Aratuba
Banabuiú
Barreira
Baturité
Boa Viagem
Canindé
Capistrano
Caridade
Catunda
Deputado Irapuan Pinheiro
Guaramiranga
Hidrolândia
Ibaretama
Itapiúna
Itatira
Madalena
Milhã
Mombaça
Monsenhor Tabosa
Mulungu
Ocara
Pacoti
Palmácia
Paramoti
Pedra Branca

BCME - BIBLIOTECA

Piquet Carneiro
Quixadá
Quixeramobim
Redenção
Santa Quitéria
Senador Pompeu
Solonópole

ADR SOBRAL/IBIAPABA

Alcântaras
Cariré
Carnaubal
Coreaú
Croatá
Forquilha
Frecheirinha
Graça
Groaíras
Guaraciaba do Norte
Ibiapina
Ipu
Massapê
Meruoca
Moraújo
Mucambo
Pacujá
Pires Ferreira
Reriutaba
São Benedito
Sobral
Tanguá
Ubajara
Varjota
Viçosa do Ceará

BCME-BIBLIOTECA

2. Empresas pesquisadas

A & A QUÍMICA LTDA.
AÇOFORTE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS S/A.
AGRIQUÍMICA DO NORDESTE S A.
AGUANAMBI INDUSTRIAL S/A.
ALUMIC-ALUMÍNIO DO BRASIL LTDA.
AMARCOS INDÚSTRIA DE PREMOLDADOS LTDA.
ANTONIO LINARD INDÚSTRIA ALIMENTICIA LTDA.
AUTONORD INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.
BOMFILHOS INDUSTRIAL E COMERCIAL DE SABÃO LTDA.
BONEBRAS-IND. COM. IMP. E EXP. DE BONÉS E CONFEC. EM GERAL LTDA.
CALCÁRIO DO BRASIL S/A.
CANINDÉ CALÇADOS LTDA.
CARACOL - CERÂMICA ARAGÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
CARCAL - CARCARÁ COMÉRCIO INDÚSTRIA E MINERAÇÃO
CARTOGRAF - EMBALAGENS E SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA.
CBCON - CIA. BRASILEIRA DE CONFECÇÕES.
CEC COMPANHIA EXPORTADORA DE CASTANHA
CEPLAL - CEARÁ PLÁSTICOS LTDA.
CERÂMICA TOPÁZZIO LTDA.
CIA CEARENSE DE CIMENTO PORTLAND
CIAC - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO.
CIBRACAL - COMPANHIA BRASILEIRA DE COMPONENTES DE CALÇADOS.
CIGRAMA - CIA INDUSTRIAL DE GRANITOS E MÁRMORES.
CIMPEX - COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
COINCOL - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PREMOLDADOS LTDA.
CONPREM - CONCRETO PREMOLDADO LTDA.
CONTEM - EQUIPAMENTOS TÊXTEIS DO NORDESTE LTDA.
CORDESA - CORDOARIA CEARENSE S/A.
COTECE S/A.
CRISTINA INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES S/A.
DAFERRO S A ALUMÍNIO E AÇO.
DAFIL-INDÚSTRIA DE SABÃO LTDA.
DAFRUTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
DAKOTA NORDESTE LTDA.
DUCOCO PRODUTOS ALIMENTÍCIOS S/A.
ENZILAV PROCESSAMENTOS TÊXTEIS LTDA.
ETIQUETAS DO NORDESTE LTDA.
FABSTEX – FABRIC. E BENEFIC. DE SUBPRODUTOS TÊXTEIS LTDA.
FACOPEL IND. E COM. DE PREMOLDADOS E PEDRAS DECORATIVAS LTDA.
FIARTEXTIL - FIAÇÃO E ARTIGOS TÊXTEIS LTDA.
FITESA HORIZONTE INDUSTRIAL LTDA.
FLEXIOORK INDÚSTRIA DE COMPONENTES DE CALÇADOS LTDA.
FORALDA INDUSTRIAL LTDA.
FORMISA - FORNECEDORA DE MATERIAIS INDUSTRIAIS S/A.
FRANCE INDÚSTRIA MOVELEIRA LTDA.
FUJIGRAN - GRANITOS E MÁRMORES LTDA.

BCME - BIBLIOTECA

FUJISAN LABORATÓRIO DE REAGENTES S/A.
FUJITA GRANITOS S/A.
FUJITEC-FUJITA TECNOLOGIA SERVIÇOS COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA.
FYBER EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA.
GIASSETTI ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.
GRANOS GRANITOS DO NORDESTE S/A.
GRANVILLE CONFECÇÕES S/A.
GRENDENE SOBRAL S/A.
HIAP - HORIZONTE INDÚSTRIA DE AUTO PEÇAS LTDA.
HIDROSERV - INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
HMM-HORIZONTE METAL MECÂNICA LTDA.
IAMA – INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE MADEIRA LTDA.
IBEVA – INDÚSTRIA BARBALHENSE DE EVA LTDA.
IBIZA METALÚRGICA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
IDEAL INDÚSTRIA DE ALIMENTOS S.A.
IMARF – GRANITOS E MINERAÇÃO S/A.
INDÚSTRIA COM. EXP. DE PEÇAS E VEÍCULOS ESPECIAIS LTDA.
INDÚSTRIA DE BEBIDAS ANTÁRTICA DO CEARÁ S/A.
INDÚSTRIA DE MÁRMORES E GRANITOS MABEL LTDA.
INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE LIMPEZA DUPOVO LTDA.
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS ELÉTRICOS LTDA.
IRMA DO NORDESTE LTDA.
ISOMEL INDÚSTRIA SOBRALENSE METALÚRGICA LTDA.
ITALDIAMANT DE REPASTILHAMENTO DO BRASIL LTDA.
JANGADEIRO TÊXTIL S/A.
JELLY INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
KAO LIN NORDESTE S/A.
KAOPIPE CONSULTORIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
LAM CONFECÇÕES S.A.
LIBRA LIGAS DO BRASIL S/A.
LIH CHIH NORDESTE S/A.
LISBONENSE-INDÚSTRIA DE MASSAS ALIMENTÍCIAS LTDA.
LORD INDÚSTRIA DE ASSENTOS SANITÁRIOS LTDA.
M D M-MODULADOS DANILO MARQUES, MÁRMORES E GRANITOS S/A.
M. N. TEIXEIRA MACIEL.
MAGNESIUM DO BRASIL LTDA.
MALHARIA REBECA S/A.
MALLORY NORDESTE LTDA.
MANUFATURA DE ORNAMENTOS LTDA.
MARIA DAS CANDEIAS BEZERRA DIÓGENES.
MECÂNICA FIRENZE LTDA.
MECOL - METALÚRGICA COBICA LTDA.
MENDES PAMPLONA & CIA LTDA.
METALSERT - METALURGIA E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.
METALÚRGICA BACE LTDA-FILIAL.
MONTGRAN - MONTEIRO MÁQUINAS E GRANITOS LTDA.
MOVIMENTO FRUTICAL LTDA.

MULTIGRAN - MINERAÇÃO DE GRANITOS LTDA.
MULTIPOLIPETRUS S/A.
NACIONAL UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA.
NEVES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRA LTDA.
NOR RESIN RESINAS SINTÉTICAS LTDA.
NORTE MÁRMORES E GRANITOS LTDA.
NORTESTE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PARA GASES LTDA.
NUTRIMAI AGROINDUSTRIAL E COMERCIAL DE ALIMENTOS S.A.
NUTRIMED INDUSTRIAL LTDA.
OLUKASA INDÚSTRIA DE TIJOLOS LTDA.
OVER DRESS INDÚSTRIA E COMÉRCIO S. A.
PASCHOAL CALVANO INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA.
PINCOL - PREMOLDADOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
POLIANA SOUZA DE OLIVEIRA – MICROEMPRESA.
POLYNEWS-INDÚSTRIA DE LENTES LTDA.
PUERI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES S/A.
PVC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA.
PVP SOCIEDADE ANÔNIMA.
R G MORAES COMÉRCIO INDÚSTRIA LTDA.
R. L. INDÚSTRIA ÓTICA LTDA.
RD MECAN INDÚSTRIA DE MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO S.A.
REN ULIS IND.COM.IMP.E EXPORT.DE MAT.ESPORTIVOS LTDA.
RIGESA DO NORDESTE S/A.
SANTA HELENA INDUSTRIAL LTDA.
SANTANA FABRIL INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA.
SANTANA TÊXTIL S/A.
SILVEIRA E RUPPENTHAL LTDA.
TECSENGE - TECNOLOGIA E ENGENHARIA INDUSTRIAL LTDA.
TÊXTIL HORIZONTE ETIQUETAS LTDA.
TROLER VEÍCULOS ESPECIAIS LTDA.
TROPICAL TÊXTIL S. A.
TROPIFLEX CIA INDUSTRIAL DE MÓVEIS.
TUBOCONE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
UNIFLEX INDUSTRIAL LTDA.
UNITE SUTURE DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
VANINI NORDESTE S/A.
VEMATEX VERDES MARES TÊXTIL LTDA.
VENT LIFE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
VICUNHA NORDESTE S/A INDÚSTRIA TEXTIL.
VIGOM - IND. COM. IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ALIMENTOS LTDA.
VULCABRAS DO NORDESTE S/A.
WALERIA CUNHA DE MEDEIROS.
YAMACOM NORDESTE S.A.
YAMATA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
YOSHIDA NORDESTE S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO.
ZIPPY INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

BCME - BIBLIOTECA

Perfil da Nova Indústria Cearense

Nº DO QUESTIONÁRIO:

1. IDENTIFICAÇÃO, LOCALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL

1.1. Razão Social:

1.2. Endereço da fábrica

Rua:

Número: Complemento:

Bairro:

Município:

CEP:

UF:

BCME - BIBLIOTECA

1.3. Situação da empresa:

- Em instalação (sem produção)
 Funcionando (em operação)
 Paralisada (atividade produtiva encerrada)

1.4. Origem do grupo: unidade da federação ou país.

UF:

País:

Para os itens a seguir, marque com "x" a(s) alternativa(s) mais importante(s):

1.5. Quais os motivos que levaram à instalação da planta industrial?

- Expansão da empresa
 Outros (especificar): _____

1.6. Quais os fatores que influenciaram a localização da empresa no Ceará?

- Conquista do mercado
 Aproveitamento de matéria-prima local
 Baixo custo da mão-de-obra
 Infra-estrutura (transporte, energia elétrica, água, comunicações, etc.)
 Incentivos estaduais (FDE, ICMS)
 Incentivos federais (FINOR)
 Linhas especiais de crédito
 Outros (especificar): _____

1.7. Quais os motivos que levaram o grupo (a empresa) a investir nessa atividade no Ceará?

- Experiência no ramo industrial
 Associação com grupo tradicional do ramo
 Existência de maiores incentivos do que em outros ramos industriais
 Inexistência de competição
 Outros (especificar): _____

Perfil da Nova Indústria Cearense

1.8. Quais os fatores que influenciaram a localização da empresa no município?

- Incentivos estaduais
- Incentivos municipais
- Proximidade da matéria-prima
- Proximidade do mercado
- Existência de infra-estrutura (transporte, energia elétrica, água, comunicações, etc.)
- Baixo custo de mão-de-obra
- Inexistência de sindicalização
- Outros (especificar): _____

BCME - BIBLIOTECA

2. TECNOLOGIA E DESEMPENHO OPERACIONAL

Para os itens a seguir, marque com "x" a(s) alternativa(s) mais importante(s):

2.1. Indique por que a empresa escolheu a tecnologia empregada na produção.

- Devido à especificidade do produto
- Devido à qualidade do produto a ser obtido
- Pela necessidade de competir no mercado
- Pela necessidade de produzir adequadamente ao nível das outras empresas do mesmo grupo
- Outros (especificar): _____

2.2. Com relação aos processos de produção, estes foram:

- Criados pela empresa
- Reproduzidos de outras empresas nacionais
- Reproduzidos do exterior
- Outros(especificar): _____

2.3. Indique a origem da tecnologia predominantemente empregada na produção?

_____ % nacional(UF): _____
_____ % importada(País): _____

2.4. De que forma essa tecnologia foi adquirida?

- Compra
- Licenciamento
- Tecnologia própria

2.5. Indique as vantagens da tecnologia empregada em relação à adotada por outras empresas do setor:

- Aumento da produtividade física
- Melhoria na qualidade do produto
- Redução das despesas com manutenção
- Menor utilização de mão-de-obra
- Outras (especificar): _____

2.6. Caso a empresa realize controle de qualidade, indicar onde se processa:

- Na matéria-prima
- No processo empregado na produção
- No produto acabado
- Outros (especificar): _____

Perfil da Nova Indústria Cearense

2.7. Qual a natureza da assistência técnica dada ao processo produtivo?

- Própria
 Terceiros

2.8. Qual a origem dessa assistência técnica?

- Local
 Outras UF: _____
 Estrangeira (País): _____

2.9. Dada a capacidade operacional da empresa, qual o percentual opera atualmente?

_____ %

2.10. Em quais turnos de trabalho funciona a parte produtiva da empresa?

- Manhã
 Tarde
 Noite

2.11. Do ponto de vista tecnológico, como são considerados os equipamentos essenciais à produção?

- Obsoletos
 Viáveis para as condições de mercado
 Modernos

3. MATÉRIA-PRIMA, RECURSOS HUMANOS E SALÁRIOS

3.1. Indique, em percentual, onde a empresa adquire a matéria-prima para produção:

- _____ % Ceará
_____ % outros estados do Nordeste
_____ % Norte
_____ % Centro-Oeste
_____ % Sudeste
_____ % Sul
_____ % exterior(País): _____

3.2. De acordo com a resposta anterior, indique, percentualmente, os municípios do Ceará dos quais a empresa mais adquire sua matéria-prima para produção:

- _____ % _____
_____ % _____
_____ % _____
_____ % _____

3.3. O produto gerado pode ser utilizado na produção de outros produtos de empresas instaladas no estado do Ceará?

- Não
 Sim. Quais empresas: _____

3.4. A empresa tem problema para contratação de mão-de-obra especializada?

- Não
 Sim

BCME - BIBLIOTECA

Perfil da Nova Indústria Cearense

3.5. Se a resposta anterior for afirmativa, especifique quais os setores.

3.6. A empresa necessita contratar mão-de-obra especializada fora do estado?

- () Não
() Sim. De onde? _____

3.7. Relacione, no quadro abaixo, a distribuição quantitativa, salarial do pessoal e origem, segundo os níveis vigentes.

NÍVEIS	QUANTIDADE PESSOAS		* ORIGEM MÃO-DE - OBRA UF/PAÍS	MÉDIA SALARIAL
	PRODUÇÃO	OUTROS SETORES		
Técnicos de Nível Superior				
Empregados Especializados				
Empregados não Especializados				

* Informar a origem da maioria da mão-de-obra.

3.8. De acordo com a quantidade de mão-de-obra existente na empresa, indique em percentual a quantidade contratada do estado do Ceará.

- _____ % no próprio município da empresa
_____ % em outros municípios (especificar): _____

3.9. Os funcionários contratados recebem algum tipo de treinamento?

- () Não
() Sim (especificar): _____

4. MERCADO

4.1. Relacione percentualmente a estrutura de destino da produção da empresa.

- _____ % Ceará
_____ % outros estados do Nordeste
_____ % Norte
_____ % Centro-Oeste
_____ % Sudeste
_____ % Sul
_____ % exterior(País): _____

4.2. Marque com "x" a(s) alternativa(s) relacionada(s) à(s) forma(s) como são fixados os preços dos produtos.

- () Com base no preço dos concorrentes
() Com base nos custos médios
() Com base na orientação da matriz da empresa
() Preço regulamentado pelo governo
() Outros (especificar): _____

Perfil da Nova Indústria Cearense

4.3. A instalação desta empresa estimulou o surgimento no estado de novas empresas fornecedoras de matérias-primas, insumos, etc. para utilização na produção de sua empresa?

() Não

() Sim (especificar): _____

4.4. Com relação ao item anterior, a empresa foi instalada com a finalidade de fornecedora?

() Não

() Sim

4.5. Marque com "x" a(s) alternativa(s) relacionada(s) ao(s) tipo(s) de serviços que a empresa contrata de outras empresas instaladas no município, ou arredores:

() Alimentação

() Transporte da produção

() Transporte de funcionários

() Outros (especificar): _____

BCME - BIBLIOTECA

5. GERAIS

5.1. Cite os principais pontos fortes e fracos nos ambientes interno e externo da empresa.

Ambiente interno:

Ambiente externo:

____ / ____ / ____

Responsável pela informação: _____

Fone: _____ Ramal: _____ Fax: _____

4. Políticas Estaduais
 ICMS: Modalidades de incentivos e benefícios fiscais

Nordeste

Tipos	Alagoas	Bahia	Ceará	Maranhão	Paraíba	Pernambuco	Piauí	Rio G. Norte	Sergipe
Benefícios fiscais	Diferimento da alíquota do ICMS incidente sobre bens do ativo fixo. Diferimento do ICMS para saída do produto industrializado sobre a matéria-prima efetivamente utilizada no processo industrial.	Diferimento do ICMS na entrada de insumos.	Isenção do ICMS para micro e pequenas indústrias.	Investimento fixo.	As micro e pequenas empresas recolhem o ICMS pelo sistema de estimativa. Crédito presumido, redução da base de cálculo para produtos semi-elaborados. Diferimento do ICMS nas operações internas e de importação de máquinas, aparelhos e equipamentos	Diferimento do ICMS na aquisição de máquinas e equipamentos para microempresa. Benefício para redução de ICMS com o pagamento antecipado de apenas 2,55% para gêneros alimentícios e 5,1% para os demais produtos.	Indústria nova sem produto similar: Isenção de 100% de ICMS nos 5 primeiros anos, 60% no 6º e 7º ano e 30% no 8º e 10º ano. Projetos com mais de 1.000 empregos: 100% nos 8 primeiros anos e 60% no 9º e 10º ano.	Diferimento de alíquota do ICMS nas compras de bens de capital. Carência para pagamento do ICMS devido no caso de empreendimentos industriais novos.	
Concessão financeira diferenciada	FUNED: Financiamento de até 100% do ICMS a ser recolhido para beneficiária investimento de giro e capital de participação acionária do estado.	FUNDECON: Financiamento para pagamento de impostos. PROCEM: Reforço de capital de giro. PRÓ-RENDA: Investimento fixo. PRÓ-BAHIA: Investimento fixo e capital de giro. PRÓ-TURISMO: Investimento fixo e capital de giro.	FDI: Investimento fixo + capital de giro. FADES: Investimento fixo e misto. FCE: Investimento fixo + capital de giro. PCI: Investimento fixo + capital de giro.	PRODEIN: Investimento fixo. FEEDT: Complementação de linhas de crédito.	FUNDESP: Investimento fixo e capital de giro. FAIN: Investimento fixo + capital de giro, subscrição de ações.	FCP: Investimentos fixos. FEMICRO: Investimento fixo e capital de giro.	PROADI: Formação ou reforço de ativar circulares.	PSDI: Investimento fixo ou misto e para subscrição de ações.	
Limite	Até 100% do ICMS no primeiro biênio e 70% no período restante.	PRÓ-BAHIA: Até 50% do ICMS na região metropolitana de Salvador. Até 75% do ICMS no interior. PRÓ-TURISMO: Até 70% do empreendimento. PROCEM: Até 50% do valor da média mensal de compras de mercadorias tributáveis programadas para 6 meses e fixadas em UPFBA. Até o dobro da diferença de carga tributária do ICMS a que tenham sido oneradas no mês anterior as contribuições estabelecidas no estado, comparativamente com seus concorrentes.	FDI: Até 100% do ICMS a ser recolhido pela beneficiária. FADES: 800 UFIRs até 70% do investimento total em investimentos fixos e 650 UFIRs de capital de giro, para empresas industriais. 2.500 UFIRs para empresas associativas. FCE: Micro: 70% do investimento máximo de 35.000 UFIRs. Pequena e média: 60% do investimento máximo de 85.000 UFIRs. PCI: Até 70% do investimento total.	PRODEIN: Até 75% do valor do ICMS a ser recolhido pela beneficiária. FEEDT: Micro e pequenas até 70% do investimento total. Médias: até 60% do investimento total.	FUNDESP: de acordo com o projeto. FAIN: Até 52,5% do ICMS a ser recolhido pela beneficiária em João Pessoa, Cabedelo, Bayeux e Santa Rita. Até 67,5% do ICMS a ser recolhido pela beneficiária em Campina Grande e Queimados. Até 75% do ICMS a ser recolhido para beneficiárias nos demais municípios ou por empreendimentos pioneiros.	FCP: Até 80% do ICMS a ser recolhido pela beneficiária nos 4 primeiros anos e 70% nos últimos 4 anos. FEMICRO: Até 80% do total do projeto.	60% do ICMS limitado a 10% do faturamento. 2º, 3º e 4º anos: 55% do ICMS 5º ao 8º anos: 30% do ICMS.	Até 80% do valor do ICMS recolhido do 1º ao 4º ano. Até 70% do valor do ICMS recolhido do 5º ao 8º ano.	

BCME - BIBLIOTEC

Tipos	Alagoas	Bahia	Ceará	Maranhão	Paraná	Pernambuco	Piauí	Rio G. Norte	Sergipe
Prazo	Até 5 anos, inclusive 2 anos de carência.	FUNDECON: 3 meses. PROCEM: 1 ano + 6 meses de carência. PRO-BAHIA: Até 6 anos + 3 anos de carência. PRO-TURISMO: 8 anos + 2 anos de carência.	FDI: Região Metropolitana, 6 anos sem carência. Interior, 10 anos sem carência. FADES: Fixo: 2 anos com 1 ano de carência. Capital de giro: 18 meses, inclusive 1 mês de carência. FCE: 5 anos, inclusive 2 anos de carência. PCI: Até 3 anos, inclusive 6 meses de carência.	PRODEIN: Até 7 anos de carência. FEDEI: Até 6 anos, inclusive 2 anos de carência.	FUNDESP: 3 anos de carência. FAIN: Até 10 anos.	FCEP: 10 anos inclusive 2 anos de carência. FEMICRO: Até 80% do total do projeto.		10 anos inclusive 2 anos de carência.	Até 10 anos inclusive 2 anos de carência.
Encargos	Juros de até 70% das taxas praticadas no mercado.	FUNDECON: Juros de 12% a.a. + correção monetária. PROCEM: Juros de 12% a.a. + correção monetária. PRO-BAHIA: Não há incidência de juros, apenas correção monetária. PRO-TURISMO: Até 7% a.a. de acordo com o porte e tipo de operação + correção monetária.	FDI: De acordo com a natureza do projeto. FADES: Juros de 8% a.a. FCE: Microempresa: 3% a.a. juro + 30% correção monetária. Não há incidência de juros, apenas correção monetária. Pequena e média: 5% a.a. juro + 30% correção monetária. PCI: Juros de 12% a.a. + correção monetária.	PRODEIN: Apenas de caso inadimplência, juros de mora de 1% + correção monetária. FEDEI: Juros de 8% a.a. + correção monetária.	FUNDESP: Juros de 12% a.a. + correção monetária. FAIN: Juros de 6% a.a. + correção monetária.	FCP: Juros de até 3% a.a. FEMICRO: Juros de 6% a.a. + taxa de juros de 1% + 70% da correção monetária.		12% a.a. cobrados trimestralmente + 50% da correção monetária.	50% da correção monetária + taxa de administração de 5% sobre os valores do benefício a título de remuneração de serviços prestados pelo BANESE.

BCME - BIBLIOTECA

Fonte: CNI, DEC, DAMPI, 1994.

5. Indicadores Demográficos e Sociais

Ceará

1960-1995

<i>Especificação</i>	1960	1970	1980	1991	1995
População Residente (1.000 habs.)	3.296	4.362	5.288	6.367	6.734
Distribuição Espacial (1.000 habs.)					
Urbana	1.099	1.780	2.810	4.162	4.363
Rural	2.197	2.582	2.478	2.205	2.371
Taxa de Urbanização	33,3	40,80	53,1	65,4	64,8
Taxa Geométrica de Crescimento Anual (p/1.000 habs.)					
População Total	2,96	2,84	1,95	1,70	1,41
População Urbana	4,84	4,94	4,67	3,63	1,19
População Rural	0,85	1,62	0,41	-1,06	1,83
Taxa de Fecundidade Total	7,53	7,74	6,05	...	3,68
Taxa de Mortalidade Infantil (p/1.000 habs.)	175,38	156,54	140,15	...	47,20
Taxa de Analfabetismo (15 anos e mais)	59,81	55,04	44,75	37,38	31,50
Esperança de Vida (Anos)	38,90	43,14	46,99	...	60,80 ¹

Fonte: SUDENE, 1997, p.250.

¹ Dados de 1993.

BCME - BIBLIOTECA

8. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALVES, Francisco F.; GOMES, Francisco A. L.; SILVA FILHO, Guerino; ARY, José C. A. ; VIANA, Manuel O. L. & SOARES, Paulo H. O setor industrial do Nordeste: diagnóstico, modernização e concentração espacial. In: *Banco do Nordeste do Brasil. Diretrizes para um plano de ação do BNB (1991-1995): setor secundário.* Fortaleza: BNB, estudos econômicos e sociais, 1997, v.3, p. 9-260.

AMARAL FILHO, Jair do. *Desenvolvimento regional endógeno: (re)construção de um conceito, reformulação de estratégias alternativas (à guerra fiscal).* Salvador: Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia ANPEC, 1995, p. 590-609.

_____. Ajustes no estado e crescimento recente no Ceará: o papel dos 'Jovens Empresários'. São Paulo. *Economia & Empresa*, jan./mar. 1997, v. 4, nº 1, p.63-80.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste.* São Paulo: Brasiliense, 1973.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Industrialização do Nordeste: intenções e resultados. In: MARANHÃO, Sílvio (org.). *A questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 71-82.

_____. Nordeste: evolução recente da economia regional. In: *Federalismo brasileiro: desigualdades e desequilíbrios regionais.* Recife: FUNDAP/IESP, 1994. p. 125-156.

AZZONI, C. R. *Indústria e reversão da polarização no Brasil.* São Paulo: IPE/USP, 1986.

BENKO, G. & LIPIETZ, A. (org.). *Les régions qui gagnent. Districts et réseaux: les nouveaux paradigmes de la géographie économique.* Paris: Ed. Puf, 1992.

BOTELHO, Demartone Coelho. *Ajuste fiscal e reforma do estado: o caso do estado do Ceará, 1987 a 1991.* Fortaleza: CAEN/UFC. Dissertação de Mestrado, 1994.

BRITO, Adriana & BONELLI, Régis. *Políticas industriais descentralizadas: as experiências européias e as iniciativas sub-nacionais no Brasil*. Brasília: IPEA, 1996. (Versão preliminar)

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: DIFEL, 1977.

BCME - BIBLIOTECA

_____. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial do Brasil - 1930-70*. Campinas: Global Editora, 1985.

CARLEIAL, Liana M. Reestruturação industrial, relação entre firmas e mercado de trabalho: as evidências na indústria eletroeletrônica na região metropolitana de Curitiba. Rio de Janeiro: ANPEC, *Revista ANPEC*, n° 2, p.115-157, 1997.

CAVALCANTE, Antônio N. Quezado. *Um estudo sobre a política de industrialização do Nordeste*. São Paulo: FGV/Escola de Administração de Empresas. Dissertação de Mestrado. 1973.

CAVALCANTE, Jaqueline Franco. *Desenvolvimento e a dinâmica da industrialização recente no estado do Ceará*. Fortaleza: CAEN/UFC. Dissertação de Mestrado. 1982.

CEARÁ, Governo do Estado. *Plano de Mudanças: 1987-1991*. Fortaleza, 1987.

CEARÁ, Governo do Estado. *Cadastro industrial do Ceará: 1992*. Fortaleza: SIC/SEBRAE/FIEC, 1992.

CEARÁ, Governo do Estado. *Cadastro industrial do Ceará: 1997*. Fortaleza: SIC/SEBRAE, 1997, disquete.

COHN, Amélia. *Crise regional e planejamento: o processo de criação da SUDENE*. Brasília: Editora Perspectiva, 1976.

Confederação Nacional da Indústria. *Políticas estaduais de apoio à indústria*. Rio de Janeiro: CNI, 1998.

COURLET, Claude. Novas dinâmicas de desenvolvimento e sistemas industriais localizados (SIL). Porto Alegre: FEE, *Ensaio FEE*, v.14, n° 1, 1993.

DINIZ, Clélio Campolina. *Dinâmica regional da indústria no Brasil: Início de desconcentração, risco de reconcentração*. Belo Horizonte: UFMG. Tese para concurso de Prof. Titular. 1991.

FARIAS, Carlos E.G. e CALAES, Alberto D. *Mercado nacional*. Fortaleza: Instituto Euvaldo Lodi - IEL, 1995, série Estudos Econômicos sobre rochas ornamentais, v. 2.

FRITSCH, Winston. Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p. 31-72.

FERREIRA, Assuéro. *Esboço de um perfil sócio-econômico do estado do Ceará*. Fortaleza: CAEN/UFC. Td. 89, 1990.

_____. O crescimento recente da economia cearense. Fortaleza: BNB, *REN*, abr./jun. 1995, v. 26, nº 2, p. 157-180.

BCME - BIBLIOTECA

GADELHA, Carlos A.G. *O debate recente em torno da experiência do leste asiático: uma crítica neo-schumpeteriana*. Salvador: Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia ANPEC, 1995, p. 253-271.

GALINDO, Osmil. Os distritos industriais e os grandes eixos de atividade econômica do Nordeste. In: *Banco do Nordeste do Brasil. Diretrizes para um plano de ação do BNB (1991-1995); Infra-estrutura econômica e social do Nordeste*. Fortaleza: BNB, estudos econômicos e sociais, v. 59, 1997, v.6, t.2, p.75-117.

GALVÃO, Olímpio J. A. Velhas e novas políticas de desenvolvimento regional à luz dos conceitos de especialização flexível e de novos espaços industriais. Fortaleza: BNB, *REN*, jul. 1998, v. 29, nº especial, p. 761-785.

GTDN. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. 2. ed. Recife: SUDENE, 1967.

GUIMARÃES, Eduardo A. *Acumulação e crescimento da firma: um estudo de organização industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Notas sobre emprego e indústria no Nordeste. Fortaleza: BNB, *REN*, jul./set. 1984, v. 15, nº 3, p. 535-574.

_____. *Introdução à formação econômica do Nordeste*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989.

_____. *Desconcentração espacial recente na economia brasileira (Formas de desconcentração e fatores determinantes)*. João Pessoa: UFPB/Mestrado em economia, Td. 80, 1994a.

BCME-BIBLIOTECA

_____. Desigualdades regionais e federalismo. In: *Federalismo brasileiro: desigualdades e desequilíbrios regionais*. Recife: FUNDAJ/IESP, 1994b. p. 13-59.

_____. & GALINDO, Osmil. "*Quem controla o que na indústria incentivada no Nordeste?*" Campos do Jordão: Anais do XX Encontro Nacional de Economia ANPEC. 1992, v. 2, p. 81-98.

HADDAD, Paulo. Padrões locacionais das atividades de alta tecnologia: a questão dos desequilíbrios regionais de desenvolvimento reexaminada. Fortaleza: BNB, *REN*, abr./jun. 1990, v. 21, n°2, p.225-286.

_____. Desenvolvimento endógeno. In: *Projeto Áridas: uma estratégia de desenvolvimento sustentável do Nordeste - Economia, Ciência e Tecnologia*. Brasília: SEPLAN, 1994, GT.V, tomo 1.

HIRSCHMAN, Albert O. *The strategy of economic development*. New Haven: Yale University Press, 1958.

HOLANDA FILHO, S. B. *Estrutura industrial no Brasil: concentração e diversificação*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1983.

IBGE. *Censo industrial 1960-1970-1975-1980-1985*. Rio de Janeiro: IBGE.

IPLANCE. *Anuário estatístico*. Fortaleza: IPLANCE, 1993.

LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana & NABUCO, Maria (org.). *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: ANPUR/HUCITEC, 1993.

LAVINAS, Lena; GARCIA, Eduardo & AMARAL, Marcelo. *Desigualdades regionais e retomada do crescimento num quadro de integração econômica*. Rio de Janeiro: IPEA, Td. 466, 1997.

LIMA, Ricardo A. *Projeto Áridas-Nordeste: uma estratégia para geração de emprego e renda*. Brasília: IPEA, Td. 387, 1995.

MAGALHÃES, Antônio R. Comércio e desenvolvimento (Observações sobre as relações triangulares no comércio da região Nordeste). Fortaleza: BNB, *REN*, out./dez. 1979, v. 10, n° 4, p. 841-868.

_____. *Industrialização e desenvolvimento regional: a nova indústria do Nordeste*. Brasília: IPEA/IPLAN, série estudos para o planejamento, 24, 1983.

MANZAGOL, Claude. *Lógica do espaço industrial*. São Paulo: Difel, 1985.

MARTINE, George. Evolução espacial da população brasileira. In: *Federalismo brasileiro: desigualdades e desequilíbrios regionais*. Recife: FUNDAP/IESP, 1994. p. 63-91.

BCME - BIBLIOTECA

MELO, Ademir Alves & DUARTE, Renato Santos. A dinâmica da economia do Nordeste nas décadas de 1970 e 1980 e perspectivas para os anos 1990. In: *Banco do Nordeste do Brasil. Diretrizes para um plano de ação do BNB (1991-1995); Infra-estrutura econômica e social do Nordeste*. Fortaleza: BNB, estudos econômicos e sociais, v.59, 1997, v.6, t. 2, p. 33-73.

MOREIRA, Raimundo. *O Nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

NEGRI, Barjas. *A desconcentração da indústria paulista nos últimos vinte anos (1970-1990)*. Campos do Jordão: Anais do XX Encontro Nacional de Economia ANPEC. 1992, v. 2, p. 111-122.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PAGNANI, Éolo M. *A subcontratação na pequena e média empresa*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

PEROBELLI, Fernando S. *Transformações no padrão locacional industrial: o caso de Santa Rita do Sapucaí*. Brasília: IPEA, Td. 414, 1996.

PEROBELLI, Fernando S. & PIANCASTELLI, Marcelo. *ICMS: evolução recente e guerra fiscal*. Brasília: IPEA, Td. 402, 1996.

PIMES. *Desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro. A política de desenvolvimento regional*. Recife: UFPE/IPEA/SUDENE, 1984, v. 3.

POSSAS, Mário Luiz. *Estruturas de mercado em oligopólio*. São Paulo: Hucitec, 1990.

PROJETO ÁRIDAS. *Nordeste: uma estratégia de desenvolvimento sustentável*. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento, 1995.

RICHARDSON, H. W. *Polarization reversal in developing countries*. Papers of the Regional Science Association, 1980, v. 45, p. 67-85.

ROCHA, Euripedys E. *Interiorização da indústria no Ceará: experiências em ambientes planejados*. Fortaleza: CAEN/UFC. Dissertação de Mestrado. 1988.

ROCHA, Francisco J. Sales. *Dinâmica industrial do Nordeste: por que as trajetórias de crescimento entre estados diferem?* Fortaleza: CAEN/UFC. Dissertação de Mestrado. 1993.

BCME - BIBLIOTECA

ROLIM, Cássio F. Camargo. *Espaço e região: retorno aos conceitos originais*. Fortaleza: CAEN/UFC, Td. 80, 1980.

ROMÃO, Maurício & BRAZILEIRO, Girley. *Organização do espaço regional e indústria*. In: *Projeto Áridas: uma estratégia de desenvolvimento sustentável do Nordeste - Organização do espaço regional e agricultura*. Brasília: SEPLAN, 1994, GT.IV, tomo 5.

ROSSI, José W. *Índices de desigualdade de renda e medidas de concentração industrial: aplicação a casos brasileiros*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SICSÚ, Abraham B. & LIMA, João Policarpo. *Desenvolvimento regional e pólos de base local: reflexões e estudos de caso*. Recife: PIMES/UFPE, Td. 386, 1997.

SILVEIRA, José Dantas da (e outros). *Estrutura industrial, emprego e produtividade na indústria de transformação cearense no período: 1960-80*. Fortaleza: IPLANCE/CAEN, 1983.

SOARES, Francisco A. & SANTOS, Sandra M. *A questão da industrialização estadual no contexto do ajuste público do Ceará*. Fortaleza: CAEN/UFC, Td. 130, 1993.

SOUZA, João Gonçalves de. *O Nordeste brasileiro: uma experiência de desenvolvimento regional*. Fortaleza: BNB, 1979.

SOUZA, Nali de Jesus de. Polarização e despolarização industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul. Porto Alegre. *Análise Econômica*. março de 1990, ano 8, nº 13, p. 173-191.

STEINDL, Joseph. *Maturity and stagnation in american capitalism*. New York: Basil Blacwell, 1952.

BCME - BIBLIOTECA ▲

_____. *Pequeno e grande capital – Problemas econômicos do tamanho das empresas*. São Paulo: Hucitec, 1990.

SUDENE & BNB. *O sistema FINOR: resultados e sugestões de aperfeiçoamento*. Fortaleza: BNB, 1986.

_____. *Relatório de pesquisa sobre o desempenho da indústria incentivada no Nordeste 1988*. Recife: SUDENE, DPG/PLI. 1992.

_____. *Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR. Liberações de recursos realizados no período 1970/1995 segundo os estados*. Recife: SUDENE, 1996, mimeo.

_____. *Boletim Conjuntural Nordeste do Brasil*. Recife: SUDENE, nº 5, nov.1997.

SUZIGAN, Wilson. Estado e industrialização no Brasil. São Paulo. *Revista de Economia Política*, out./dez. 1988, v. 8, nº 4, p. 5-16.

TELES DA ROSA, Antônio Lisboa. Crescimento e mudança tecnológica: o caso da indústria cearense durante o período de 1970-80. In: MELO, M. Cristina P. (org.). *Modernização tecnológica e competitividade industrial*. Fortaleza: UFC/CAEN, 1992. p. 85-113.

_____. *Fatores estruturais e desempenho industrial: um estudo comparativo entre as regiões Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil*. São Paulo: IPE/USP, set./dez. 1995, estudos econômicos, v.25, nº 3, p. 389-414.

_____. *Desempenho industrial das regiões Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil*. Fortaleza: IPLANCE, Teses & Monografias 1, 1996.

_____. Reestruturação regional da indústria brasileira: em direção a um processo de reconcentração nos anos 90? São Paulo. *Economia & Empresa*. jul./set. 1996, v. 3, nº 3, p. 47-63.

TOWNROE, Peter M. & KEEN, David. *Polarization reversal in the State of São Paulo, Brazil*. Washington DC: The World Bank, 1983, Regional Studies, v. 18.1, p. 45-54.

WANDERLEY, Lívio de Andrade. Industrialização do Nordeste e (des)regionalização. Fortaleza: BNB, *REN*, jan./mar. 1996, v. 27, nº 01.

BCME - BIBLIOTECA▲